



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPD)**

**CODEFOZ:**  
**UM POSSÍVEL CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO**

**RENANN FERREIRA**

Foz do Iguaçu  
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPD)**

**CODEFOZ:  
UM POSSÍVEL CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO**

**RENANN FERREIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira  
Coorientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

Foz do Iguaçu  
2018

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

F383

Ferreira, Renann.

CODEFOZ: um possível caminho para o desenvolvimento regional endógeno / Renann Ferreira. - Foz do Iguaçu, 2018.

143 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu, 2018.

1. Conselhos de cidade - Foz do Iguaçu. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento econômico - efeitos da educação. 4. Capital social. 5. Economia regional. I. Oliveira, Gilson Batista de. II. Queiroz Neto, Exzolvildres. III. Título.

CDU 332.14

RENANN FERREIRA

**CODEFOZ:**

UM POSSÍVEL CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

**BANCA DE EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Doutor Gilson Batista de Oliveira  
UNILA

Prof. Doutor Weimar Freire da Rocha Junior  
UNIOESTE

Prof. Doutor Jamur Johnas Marchi  
UNILA

Foz do Iguaçu, 06 de abril de 2018.

Dedico este trabalho a todos aqueles que atuam dia-a-dia em prol do desenvolvimento da região da tríplice fronteira transformando-a em um lugar melhor para se viver.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador pela constante orientação neste trabalho e pela disposição imediata sempre que precisei, bem como pela compreensão e por acreditar em todas as propostas que surgiram durante o programa como a organização do “I Encontro de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável: os 17 objetivos para transformar o mundo da ONU em debate” dentro da Conferência Latino-Americana de Rotaract Clubs - CLARO em 2017.

Igualmente imprescindível agradecer ao meu coorientador que também sempre esteve à disposição e acreditou nessas propostas.

Aos professores das bancas tanto de qualificação quanto de defesa pelas orientações e considerações para aprimorar o trabalho.

Aos colegas e professores da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que marcaram a história deste mestrado, que dará muito mais bons frutos à região.

A toda equipe e membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu – CODEFOZ, que colaboraram tanto com a disponibilização de dados e contatos, quanto com as entrevistas para o desenvolvimento deste estudo, que tem o intuito de contribuir com as atividades desenvolvidas pelo conselho.

À Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, em especial ao seu atual presidente, por sempre incentivar nós colaboradores a estudar e por possibilitar condições para tanto.

Enfim, aos clubes de Rotaract de Foz do Iguaçu, especialmente ao meu clube M'Boicy, pela trabalho incansável para organização da CLARO e do Encontro de Políticas Públicas.

*Desejamos que todos os seres humanos, juntos ou considerados isoladamente, jovens ou idosos, ricos ou pobres, nobres ou plebeus, homens ou mulheres, possam se instruir plenamente e se tornar seres realizados. (Jean Amos Comenius, R.C.)*

## RESUMO

Em quatro anos de funcionamento um colegiado torna-se referência para outros municípios e países como órgão deliberativo em prol do desenvolvimento econômico e social de uma cidade, destacando-se em diversas mídias como jornais, revistas, rádios, entre outros. Assim revelou-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ, que foi replicado para vários municípios do Oeste paranaense, para Puerto Iguazú na Argentina e para todas as cidades do Paraguai, começando por Ciudad del Este. Este destaque inquietou o pesquisador a compreender por que o CODEFOZ tornara-se modelo de conselho para outras cidades e se ele constituía-se como um caminho para o desenvolvimento regional endógeno. Para tanto foi preciso estudar algumas teorias e definir alguns conceitos como a teoria do sujeito, a cooperação, o capital social, a democracia deliberativa e os conselhos. Após, foi estudada a formação da região Oeste do Paraná até chegar à fundação de Foz do Iguaçu, e passando a seguir à criação do CODEFOZ, que surge inspirado no Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM e em substituição ao antigo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu, igualmente nomeado de CODEM e que restara infrutífero, conforme se poderá perceber no decorrer da pesquisa. Por meio do estudo de caso utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas realizadas tanto pessoalmente quanto por meio de questionário com os membros do conselho, e também utilizando da pesquisa documental, o trabalho objetivou especificamente monitorar a participação no conselho, averiguar possíveis processos mais efetivos de concretização de políticas públicas e compreender o capital social e a cooperação dentro deste espaço. Com a pesquisa pode-se perceber que as lições aprendidas de um conselho para o outro - como o CODEFOZ aprendeu com o CODEM Maringá e repassou aos demais conselhos - foram fundamentais à concretização do espaço; que a construção de um órgão que congregasse a participação de diversas lideranças em prol de uma mesma bandeira também teve sua importância; tudo isso sendo planejado e posteriormente articulado com os poderes executivo e legislativo, construindo o capital social com a sabedoria de cada sujeito por meio de uma relação de confiança a fim de gerar a cooperação entre as forças locais tornou o espaço um caminho para o desenvolvimento regional endógeno. Pode-se perceber também a importância da educação à participação e para o desenvolvimento dos potenciais regionais e da ativação social dos membros regidos por um líder para que possam “enxergar a sua região em trezentos e sessenta graus” - no caso da tríplice fronteira tanto os países vizinhos quanto o Oeste do Paraná. Este conselho “guarda-chuva” mostrou que o modelo consiste em um espaço composto por várias organizações servindo principalmente como elo para o diálogo entre os anseios da sociedade civil e as ações dos poderes constituídos, construindo uma política pública de Estado, que sobreviva as trocas de gestões e concretize a vontade da população.

**Palavras-chave:** Conselhos. Desenvolvimento regional endógeno. Participação. Capital social. Educação.



## ABSTRACT

In four years of operation a collegiate becomes a reference for other municipalities and countries as a deliberative organ for the economic and social development of a city, standing out in diverse media like newspapers, magazines, radios, among others. Thus was revealed the Council of Economic and Social Development of Foz do Iguacu - CODEFOZ, which was replicated to several municipalities of the West of Parana, to Puerto Iguazu in Argentina and to all the cities of Paraguay, beginning with Ciudad del Este. This highlight drove the researcher to understand why CODEFOZ had become a role model for other cities and whether it had constituted itself as a path to endogenous regional development. To do so, it was necessary to study some theories and define some concepts such as subject theory, cooperation, social capital, deliberative democracy and councils. After that, the formation of the western region of Parana was studied until the founding of Foz do Iguacu, and following to the creation of CODEFOZ, which was raised inspired by the Economic Development Council of Maringa - CODEM and replacing the former Economic Development Council of Foz do Iguacu, also named CODEM and which remained pointless, as will be seen in the course of the research. Through the case study using semi-structured interviews conducted both personally and through a questionnaire with the members of the council, also using documentary research, the work specifically aimed at monitoring the participation in the council, ascertaining possible more effective processes of public policies and understand the social capital and cooperation within this space. With the research one can see that the lessons learned from one council to the other - as CODEFOZ learned from CODEM Maringa and passed on to other councils - were fundamental to the concretization of space; that the construction of an organ that congregates the participation of several leaderships for the same flag also had its importance; all this being planned and later articulated with the executive and legislative powers, building social capital with the wisdom of each subject through a relationship of trust in order to generate cooperation between local forces made space a path to regional development endogenous. One can also see the importance of education to the participation and development of regional potentials and the social activation of the members governed by a leader so that they can "see their region in three hundred and sixty degrees" - in the case of the triple border both the neighboring countries as well as Western Parana. This "umbrella" council showed that the model consists of a place composed of several organizations serving mainly as a link for the dialogue between the aspirations of civil society and the actions of the constituted powers, developing a public policy of State, that survives the exchanges of managements and concretize the will of the population.

**Keywords:** Councils. Endogenous regional development. Participation. Social capital. Education.

## RESUMEN

En cuatro años de funcionamiento un colegiado se convierte en referencia para otros municipios y países como órgano deliberativo en pro del desarrollo económico y social de una ciudad, destacándose en diversos medios como periódicos, revistas, radios, entre otros. Así se reveló el Consejo de Desarrollo Económico y Social de Foz de Iguazú - CODEFOZ, que fue replicado para varios municipios del Oeste paranaense, para Puerto Iguazú en Argentina y para todas las ciudades del Paraguay, comenzando por Ciudad del Este. Este destaque inquietó al investigador a comprender por qué el CODEFOZ se había convertido en modelo de consejo para otras ciudades y si se constituía como un camino para el desarrollo regional endógeno. Para eso fue necesario estudiar algunas teorías y definir algunos conceptos como la teoría del sujeto, la cooperación, el capital social, la democracia deliberativa y los consejos. Después, fue estudiada la formación de la región Oeste de Paraná hasta llegar a la fundación de Foz de Iguazú, y pasando a continuación a la creación del CODEFOZ, que surge inspirado en el Consejo de Desarrollo Económico de Maringá - CODEM y en sustitución al antiguo Consejo de Desarrollo Económico de Foz de Iguazú, igualmente nombrado de CODEM y que quedara infructuoso, conforme se podrá percibir en el transcurso de la investigación. Por medio del estudio de caso utilizando entrevistas semiestructuradas realizadas tanto personalmente como por medio de cuestionario con los miembros del consejo, y también utilizando la investigación documental, el trabajo objetivó específicamente monitorear la participación en el consejo, averiguar posibles procesos más efectivos de concreción de políticas públicas y comprender el capital social y la cooperación dentro de este espacio. Con la investigación se puede percibir que las lecciones aprendidas de un consejo para el otro - como el CODEFOZ aprendió con el CODEM Maringá y repasó a los demás consejos - fueron fundamentales a la concreción del espacio; que la construcción de un órgano que reuniera la participación de diversos líderes en favor de una misma bandera también tuvo su importancia; todo ello siendo planificado y posteriormente articulado con los poderes ejecutivo y legislativo, construyendo el capital social con la sabiduría de cada sujeto por medio de una relación de confianza a fin de generar la cooperación entre las fuerzas locales, ha convertido el espacio en un camino para el desarrollo regional endógeno. Se puede percibir también la importancia de la educación a la participación y al desarrollo de los potenciales regionales y de la activación social de los miembros regidos por un líder para que puedan "ver su región en trescientos sesenta grados" - en el caso de la triple frontera tanto países vecinos como el Oeste de Paraná. Este consejo "paraguas" mostró que el modelo consiste en un espacio compuesto por varias organizaciones que sirven principalmente como eslabón para el diálogo entre los anhelos de la sociedad civil y las acciones de los poderes constituidos, construyendo una política pública de Estado, que sobreviva a los intercambios de gestiones y concretar la voluntad de la población.

**Palabras claves:** Consejos. Desarrollo regional endógeno. Participación. Capital social. Educación.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 01</b> – Sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente .....                                 | 39 |
| <b>Figura 02</b> – Localização das mesorregiões e microrregiões do Estado do Paraná -<br>2014.....                    | 45 |
| <b>Figura 03</b> – Municípios do Oeste paranaense .....   | 45 |
| <b>Figura 04</b> – Região Oeste e Lago de Itaipu .....  | 47 |
| <b>Figura 05</b> – Perímetro municipal e malha urbana da sede e do Distrito Bananal .....                             | 52 |
| <b>Figura 06</b> – Evolução populacional .....  | 53 |
| <b>Figura 07</b> – Avanço da urbanização do município de Foz do Iguaçu considerando o<br>período de 1970 a 2007 ..... | 54 |
| <b>Figura 08</b> – Resumo geral das ações do CODEFOZ em 2015 .....  | 73 |

## LISTA DE IMAGENS

|   |    |
|---|----|
| <b>Imagem 01</b> – Croqui de uma redução jesuítica.....   | 57 |
| <b>Imagem 02</b> – Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus Foz do Iguaçu.....                                   | 57 |
| <b>Imagem 03</b> – Projeto Beira Foz.....   | 61 |
| <b>Imagem 04</b> – Projeto da Avenida Beira Rio, que vai do antigo Hotel e Casino Acaray até o limite norte de CDE..... | 62 |
| <b>Imagem 05</b> – Plaza Jesuítica Shopping Ciudad del Este.....  | 62 |
| <b>Imagem 06</b> – Reformas previstas no projeto do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu.....                       | 63 |
| <b>Imagem 07</b> – Projeto da duplicação da BR-469.....   | 63 |
| <b>Imagem 08</b> – Rota da Via Perimetral Leste.....  | 64 |
| <b>Imagem 09</b> – Segunda ponte entre o Brasil e Paraguai.....   | 74 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| <b>Quadro 01</b> – Conferências nacionais dos últimos 20 anos .....   | 34 |
| <b>Quadro 02</b> – Resumo das normas e legislações .....  | 38 |
| <b>Quadro 03</b> – Indicadores selecionados para as mesorregiões geográficas paranaenses .....  | 46 |
| <b>Quadro 04</b> – A distribuição dos royalties, feita mensalmente, é proporcional à área alagada dos municípios .....                                      | 47 |
| <b>Quadro 05</b> – Ciclos econômicos de Foz do Iguaçu.....  | 50 |
| <b>Quadro 06</b> – Área territorial.....  | 51 |
| <b>Quadro 07</b> – Taxa de redução .....  | 59 |
| <b>Quadro 08</b> – Relação e participação percentual das dez maiores economias do Paraná em relação ao PIB a preços correntes dos anos de 2006 a 2011 ..... | 65 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |   |
|---------------|---|
| A.a           | Ao ano  |
| ABAV PR       | Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná                    |
| ABIH          | Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Paraná                    |
| ABTI          | Associação das Transportadoras Internacionais                             |
| ACEFI         | Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira de Foz do Iguaçu          |
| ACIFI         | Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu                        |
| ACT           | Ana Cláudia Teixeira  |
| ADEJ          | Agência de Desenvolvimento de Jundiá e Região                             |
| AEFI          | Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu       |
| AEIT          | Área Especial de Interesse Turístico                                      |
| AGETURFI      | Associação de Agências de Viagens e Turismo Receptivo de Foz do Iguaçu    |
| AMOP          | Associação dos Municípios do Oeste do Paraná                              |
| APL           | Arranjos Produtivos Locais  |
| APP Sindicato | Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná                 |
| ARG           | Argentina   |
| ATIFI         | Associação das Transportadoras Internacionais de Foz do Iguaçu            |
| ATRIFI        | Associação de Receptivo Internacional de Foz do Iguaçu                    |
| Av.           | Avenida   |
| BID           | Banco Interamericano de Desenvolvimento                                   |
| BR            | Brasil  |
| CAB           | Cultivando Água Boa   |
| CACIOPAR      | Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná |
| CC            | Carta Capital   |
| CCBI          | Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu                     |
| CDE           | Ciudad del Este   |
| CEAEC         | Centro de Altos Estudos da Conscienciologia                               |
| CEPAL         | Comissão Econômica para América Latina e o Caribe                         |
| CEXPAN        | Centro de Exportação do Paraná  |
| CFR           | Casas Familiares Rurais   |

|             |  |
|-------------|--|
| CLARO       | Conferência Latino-Americana de Rotaract Clubs   |
| CMAS        | Conselho Municipal de Assistência Social   |
| CMDCA       | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente                              |
| CMFI        | Câmara Municipal de Foz do Iguaçu  |
| CNPJ        | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica   |
| CODEFOZ     | Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu                          |
| CODELESTE   | Consejo de Desarrollo de Ciudad del Este   |
| CODEM       | Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu                                   |
| CODEM       | Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá   |
| CODESPI     | Consejo de Desarrollo Económico y Social de Puerto Iguazú                                |
| COJEFI      | Conselho do Jovem Empreendedor de Foz do Iguaçu  |
| COMTUR      | Conselho Municipal de Turismo  |
| CONNECTADEL | Programa Regional de Formação para o Desenvolvimento Econômico Local com Inclusão Social |
| COPEFI      | Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos de Foz do Iguaçu                            |
| COPEL       | Companhia Paranaense de Energia  |
| CORECON     | Conselho Regional de Economia  |
| CRC         | Conselho Regional de Contabilidade   |
| CREA        | Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura                                 |
| CRECI       | Conselho Regional de Corretores de Imóveis   |
| CRF         | Conselho Regional de Farmácia  |
| CRFB        | Constituição da República Federativa do Brasil   |
| CRM         | Conselho Regional de Medicina  |
| CRO         | Conselho Regional de Odontologia   |
| CRP         | Conselho Regional de Psicologia  |
| CT          | Câmara (s) Técnica (s)   |
| CTSP        | Câmara Técnica de Segurança Pública  |
| DBA         | Declaração de Bagagem Acompanhada  |
| DD          | Democracia deliberativa  |
| DER         | Departamento de Estradas de Rodagem  |
| DLIS        | Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável   |
| EADI        | Estação Aduaneira do Interior  |
| ECA         | Estatuto da Criança e do Adolescente   |

|                 |   |
|-----------------|---|
| EMATER          | Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural            |
| FACIAP          | Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná |
| Facimar         | Faculdade de Marechal Cândido Rondon                                    |
| Facisa          | Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu                |
| Facitol         | Faculdade de Toledo   |
| Fecivel         | Faculdade de Cascavel   |
| FECOMÉRCIO      | Federação do Comércio do Paraná   |
| FIEP            | Federação das Indústrias do Estado do Paraná                            |
| FIEP            | Federação Internacional de Educação Física                              |
| FMDES           | Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social                   |
| FOCEM           | Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul                        |
| FOZTRANS        | Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu                    |
| FPTI            | Fundação Parque Tecnológico Itaipu                                      |
| IAP             | Instituto Ambiental do Paraná   |
| IB              | Itaipu Binacional   |
| IBGE            | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas                        |
| ICMBio          | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade                 |
| ICMS            | Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços                    |
| ICVB            | Iguassu Convention & Visitors Bureau                                    |
| IDH             | Índice de Desenvolvimento Humano  |
| IDH-M           | Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios                         |
| IES             | Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu               |
| IFPR            | Instituto Federal do Paraná   |
| ILAESP          | Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política            |
| INESC           | Instituto de Estudos Socioeconômicos                                    |
| INFRAERO        | Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica                        |
| IPARDES         | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico                       |
| ITAI            | Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação                             |
| JIE             | Jornal Eletrônico de Itaipu   |
| KM <sup>2</sup> | Quilômetros quadrados   |
| KW              | Kilowatts   |
| LDO             | Lei de Diretrizes Orçamentárias   |
| LOA             | Lei Orçamentária Anual  |



|             |   |
|-------------|---|
| MAPA        | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                                     |
| MERCOSUL    | Mercado Comum do Cone Sul   |
| MPE         | Ministério Público Estadual   |
| MPF         | Ministério Público Federal  |
| MS          | Mato Grosso do Sul  |
| MW          | Megawatts   |
| MWh         | Megawatts por hora  |
| NTI         | Núcleo de Tecnologia da Informação  |
| OAB         | Ordem dos Advogados do Brasil   |
| ODM         | Objetivos do Desenvolvimento do Milênio   |
| ODS         | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  |
| ONGS        | Organizações Não-Governamentais   |
| ONU         | Organizações das Nações Unidas  |
| PDDIS       | Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável                                |
| PDE-Foz     | Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu                                     |
| PDM         | Plano Diretor Municipal   |
| PDP         | Partido Democrata Progressista  |
| PF          | Polícia Federal   |
| PIB         | Produto Interno Bruto   |
| PL          | Projeto de Lei  |
| PMFI        | Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu   |
| PMID        | Política Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu |
| PNUD        | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento                                       |
| POD         | Programa Oeste em Desenvolvimento   |
| POLOIGUASSU | Instituto Polo Internacional Iguassu  |
| PPMA        | Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica                          |
| Pq.         | Parque  |
| PR          | Paraná  |
| PRODEFI     | Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu                                  |
| PSB         | Partido Socialista Brasileiro   |
| PT          | Partido dos Trabalhadores   |
| PTI         | Parque Tecnológico de Itaipu  |

|            |  |
|------------|--|
| Resp       | Recurso Especial   |
| RK         | Ranking  |
| RPC        | Rede Paranaense de Comunicação   |
| RS         | Rio Grande do Sul  |
| SANEPAR    | Companhia de Saneamento do Paraná  |
| SEBRAE     | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas   |
| SECHSFI    | Sindicato dos Empregados em Turismo em Foz do Iguaçu   |
| SECOVI     | Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado do Paraná            |
| SENAC      | Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial   |
| SESCAP PR  | Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná |
| SETU       | Secretaria de Estado do Turismo  |
| SINDETUR   | Sindicato das Empresas de Turismo de Foz do Iguaçu   |
| Sindhotéis | Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Foz do Iguaçu  |
| SINDTAXI   | Sindicatos dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários  |
| SINDUSCON  | Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná   |
| SINGTUR    | Sindicato dos Guias de Turismo de Foz do Iguaçu e Municípios da Costa Oeste  |
| SINPROFOZ  | Sindicato dos Professores de Ensino Superior e Escolas Particulares da Região de Foz do Iguaçu                                       |
| SMTU       | Secretaria Municipal de Turismo  |
| SP         | São Paulo  |
| STJ        | Superior Tribunal de Justiça   |
| TI         | Tecnologia da Informação   |
| UEM        | Universidade Estadual de Maringá   |
| UF         | Unidade Federativa   |
| UMAMFI     | União Municipal Associação de Moradores de Foz do Iguaçu   |
| UNILA      | Universidade Federal da Integração Latino-Americana  |
| UNIOESTE   | Universidade Estadual do Oeste do Paraná   |

US

Dólares americanos

## SUMÁRIO

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>7</b>   |
| 1.1      | JUSTIFICATIVA.....  | 9          |
| 1.2      | PROBLEMA.....   | 12         |
| 1.3      | PROPOSIÇÕES INICIAIS.....   | 12         |
| 1.4      | OBJETIVOS.....  | 13         |
| 1.5      | METODOLOGIA.....  | 14         |
| <b>2</b> | <b>DA TEORIA DO SUJEITO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO.....</b> | <b>17</b>  |
| 2.1      | TEORIA DO SUJEITO.....  | 17         |
| 2.2      | O CAPITAL SOCIAL E A COOPERAÇÃO.....                                  | 19         |
| 2.3      | DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO..                 | 23         |
| 2.3.1    | Educação e Endogenia.....   | 28         |
| 2.4      | DEMOCRACIA DELIBERATIVA E OS CONSELHOS.....                           | 31         |
| <b>3</b> | <b>FOZ DO IGUAÇU E O CODEFOZ.....</b>                                 | <b>43</b>  |
| 3.1      | CONTEXTO HISTÓRICO E REGIONAL.....                                    | 43         |
| 3.1.1    | Ciclos Econômicos.....  | 49         |
| 3.2      | FOZ DO IGUAÇU HOJE.....   | 57         |
| 3.3      | SURGE O CODEFOZ.....  | 65         |
| <b>4</b> | <b>O ESTUDO DE CASO.....</b>  | <b>75</b>  |
| 4.1      | ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – EIXO 01.....                                | 75         |
| 4.2      | ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – EIXO 02.....                                | 89         |
| 4.3      | ANÁLISE DOCUMENTAL.....   | 102        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                      | <b>114</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>119</b> |
|          | <b>APÊNDICES.....</b>   | <b>130</b> |
|          | <b>APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA.....</b>           | <b>131</b> |
|          | <b>ANEXOS.....</b>  | <b>132</b> |
|          | <b>ANEXO A – LEI Nº 4.041, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012.....</b>         | <b>133</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da Nova República o legislador constituinte originário brasileiro estabeleceu como cerne da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o Estado Democrático de Direito, prevalecendo à vontade popular sobre o império da lei conforme disciplina o artigo 1º<sup>1</sup>. Este entendimento ratificou-se no parágrafo único deste mesmo artigo, qual salienta que todo o poder emana do povo, sendo exercido por meio de representantes ou de forma direta, estabelecendo constitucionalmente a democracia participativa como fundamento do Estado brasileiro (GOHN, 2002).

Por meio da participação popular<sup>2</sup> nas políticas públicas<sup>3</sup> pode-se formular, deliberar e controlar as ações governamentais e não-governamentais - esta diante da incapacidade do Estado em suprir todas as necessidades - as quais buscam alcançar os objetivos constitucionais do artigo 3º da Constituição<sup>4</sup>, de maneira a fortalecer a cidadania, além de atingir a justiça e o bem-estar social com base no primado do trabalho.

Como forma direta e legítima de participação popular e de controle social<sup>5</sup>, os conselhos - espaços utilizados para mediações entre a sociedade e o Estado - buscam efetivar e garantir direitos de determinadas vertentes, tais como: criança e adolescente, juventude, idoso, mulher, pessoa com deficiência, assistência social, saúde,

<sup>1</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político. (BRASIL, 1988)

<sup>2</sup> “A participação popular foi definida, naquele período, como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlam a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias. O povo, os excluídos dos círculos do poder dominante eram os agentes e os atores básicos da participação popular.” (GOHN, 2002, p. 11)

<sup>3</sup> “Jenkins (1978) define a política pública como “um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomada por um ator ou um grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores” (Jenkins, 1978).” (JENKINS *apud* HOWLETT, 1955, p. 08)

<sup>4</sup> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

<sup>5</sup> “O controle social é entendido como sendo a participação da sociedade no acompanhamento, elaboração e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados.” (COORDENAÇÃO ESTADUAL DO FÓRUM DCA/PR, 2012, p. 05)

educação, desenvolvimento econômico e social, entre outros. Conhecidos como conselhos gestores, eles concretizaram a democracia participativa. Leis específicas federais, nacionais e municipais trataram do tema constitucional normatizando estes espaços para que congregassem em iguais números representantes do Estado e das organizações da sociedade civil, a chamada composição paritária ou paridade, além de dar caráter deliberativo (GOHN, 2002), mas alguns exceções estas regras, como os conselhos de segurança alimentar e nutricional, da saúde e do desenvolvimento econômico.

Assim, este exercício democrático facultado às organizações da sociedade civil foi multiplicado pelos municípios, estados e pela União. Explorando como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente, este prevê em seu artigo 88, inciso II, a criação em todos os entes federativos dos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, com o intuito de deliberar e controlar as ações voltadas ao público estatutariamente previsto (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2013).

Este misto de democracia direta com a representativa deu origem à democracia deliberativa, uma nova forma de administração dos negócios públicos a partir da redemocratização do país de forma institucionalizada. Os conselhos constituem-se como órgãos auxiliares da gestão pública vinculados ao poder executivo como parte da gestão descentralizada e participativa (GOHN, 2002).

Neste caminho surgiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM em meados dos anos 90. A cidade, abalada pela abertura econômica da consolidação do MERCOSUL e pela âncora cambial do Plano Real, precisou repensar seu desenvolvimento. Para tanto, representações das organizações da sociedade civil uniram-se e em diálogo com o poder executivo criaram o referido conselho, com o afim de dar continuidade às ações organizadas e planejadas ao município (CODEM, s. d., s. p.).

Em Foz do Iguaçu não foi diferente. Inspirada em Maringá, a cidade iguaçuense promulgou a Lei Municipal nº 4.041, de 12 de novembro de 2012, a qual criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ, congregando organizações públicas e privadas com o objetivo de desenvolver econômica e socialmente a cidade e quiçá suas proximidades, conforme previsão normativa.

Com sua composição prevista em lei, o CODEFOZ apresenta uma composição não paritária de participação, ou seja, a quantidade de membros

representantes do governo municipal não corresponde ao mesmo número de conselheiros não governamentais, sendo que estes últimos sobrepõem àqueles.

Esta composição não paritária possui como atores o prefeito do município como presidente de honra, secretarias municipais, órgãos de classes, universidades, associação comercial, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Itaipu Binacional, dentre outros. O Conselho tem inspirado a criação de outros colegiados semelhantes, tanto no Brasil quanto no Paraguai e na Argentina, demonstrando a relevância de compreender mais a fundo o seu funcionamento, que poderá ser replicado a outros espaços participativos (CODEFOZ, 2016).

## 1.1 JUSTIFICATIVA

Depois da expansão da democracia na América Latina a partir do último quarto do século XX (OLIVEIRA, 2014) e de 27 anos de Constituição Cidadã brasileira (STORTO, 2014) monitorar e avaliar são processos necessários aos meios constitucionais e legais de participação, não apenas nas políticas públicas, pois, para Dias (2002, p. 82) “quanto mais direto for o exercício do poder político, mais acentuada será a capacidade democrática das instituições políticas, cujas decisões estarão mais próximas de traduzir a genuína vontade popular”.

Em meados dos anos 80 diversos países latinos emergiam de regimes militares (CINTRA, 2000), os quais tinham como características a supressão dos direitos individuais e a não participação da sociedade nos assuntos ligados à construção política do Estado. Este cenário alterou-se no Brasil durante a década de 80 com a Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988 e nos demais países da América Latina com o encorajamento da democracia. A participação, a cidadania e o controle social ganharam instrumentos como conselhos, comitês, audiências públicas, orçamentos participativos, planos, plebiscitos, referendos, leis de iniciativa popular, entre outros.

A participação da sociedade, mais especificamente das organizações da sociedade civil, além de cumprir o artigo 25 do Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos<sup>6</sup> e o artigo 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>7</sup> (STORTO, 2014),

---

<sup>6</sup> “Todo cidadão terá o direito e a possibilidade, sem qualquer das formas de discriminação mencionadas no artigo 2 e sem restrições infundadas:

tem um papel importante na construção das políticas públicas segundo a teoria do desenvolvimento regional endógeno de Sthor e Taylor (1981) e Boisier (1989).

Para Souza Filho (2002, p. 01) esta teoria mostrou “que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido”. Pode-se compreender disso que o sujeito que ao mesmo tempo participa da construção da política pública de sua localidade, via de regra, irá pautar suas escolhas sobre as necessidades que precisam ser atendidas para que o local onde viva se desenvolva, e os recursos necessários para esta transformação encontram-se ao seu redor, em sua região.

A inquietação que levou a opção do pesquisador por este tema vem da demora observada na concretização destas escolhas, das deliberações, em políticas públicas dentro dos espaços dos conselhos durante a vivência profissional e acadêmica, mais especificamente nos conselhos relacionados à criança e ao adolescente e assistência social. Percebia-se empiricamente que mesmo com o conselho deliberando, as concretizações das deliberações andavam em ritmos mais lentos, tornando estes espaços “conselhos de papel”.<sup>8</sup>

Em alguns casos, quando os conselhos mostram-se hipossuficientes para concretizarem a participação, a exemplo do chefe do executivo que se nega a cumprir o deliberado pelo órgão colegiado, percebe-se que a dinâmica jurisdicional busca efetivar o poder do povo como garante a Constituição. Tem-se como exemplo o Recurso Especial nº 493.811 que foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo como relatora a Ministra Eliana Calmon, como recorrente o Ministério Público do Estado de São Paulo e recorrido o município de Santos que reconheceu a “legitimidade do Ministério Público para exigir do Município a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por

---

a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos;

b) de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores.” (STORTO, 2014, p. 26)

<sup>7</sup> “1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades:

a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos;

b) de votar e ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a livre expressão da vontade dos eleitores.” *Idem, ibidem.*

<sup>8</sup> “Há uma crise de legitimidade, pois, como não ouvem a voz das ruas, muitos desses colegiados limitam-se a produzir atas e mais atas de discussões estéreis, sem intervenção no mundo real, tornando-se verdadeiros “Conselhos de Papel”. Impera o desconhecimento da sociedade brasileira sobre a função constitucional dos Conselhos Sociais, alienação incrementada pela omissão da mídia, que não assume responsabilidade social sobre a matéria.” (BERCLAZ; MOURA, 2010, p. 05)



meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente” (STJ, RESP nº 493.811).

Especificamente no caso do CODEFOZ observou-se primeiramente em reportagens e posteriormente durante as reuniões que este conselho poderia possuir algum diferencial. Esta percepção decorreu de motivos como a replicação do modelo iguaçuense em outras cidades da região Oeste do Paraná, da qual Foz do Iguaçu faz parte, bem como nos países vizinhos, a exemplo do Consejo de Desarrollo Económico y Social de Puerto Iguazú - CODESPI na cidade de Porto Iguazú na Argentina e do Consejo de Desarrollo de Ciudad del Este - CODELESTE em Ciudad del Este no Paraguai, este último país que, inclusive, manifestou interesse por meio do seu Senado em replicar a metodologia em todos os municípios paraguaios<sup>9</sup>.

As reportagens sobre a atuação do CODEFOZ demonstravam um suposto êxito em sua atuação e certa agilidade na concretização de suas proposições, o que despertou o interesse em investigar o que acontece dentro deste espaço para que possa ser replicado em outros colegiados semelhantes, dando resultado social para além do científico para o presente trabalho, contribuindo para o exercício direto da democracia e para o desenvolvimento regional endógeno. Além disso, o objeto em estudo, o CODEFOZ, encontra-se inexplorado academicamente constituindo-se como um campo vasto para investigações e descobertas.

---

<sup>9</sup> “O Senado do Paraguai pretende reproduzir a experiência de participação e integração do Codefoz (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). O senador Arnaldo Giuzzio (PDP), presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo da câmara legislativa do país vizinho, propôs a formalização de convênio para aplicar o modelo de atuação do conselho de desenvolvimento socioeconômico nos municípios paraguaios.

A proposta foi apresentada à plenária da quarta reunião ordinária do Codefoz pelo assessor parlamentar Pablo Rios, representante do senador Arnaldo Giuzzio. O objetivo da parceria, disse Rios, é compartilhar a metodologia e a forma de organização do conselho iguaçuense, que envolve diversos agentes sociais e instituições públicas em torno de propostas e ações para fomentar o crescimento econômico e a qualidade de vida da população.

“Formalizo o convite feito para a realização de convênio entre o Senado do Paraguai e o Codefoz. O objetivo é levar esse modelo de integração para todos os municípios paraguaios”, explicou o assessor da Câmara de Senadores. A mesa diretora do Codefoz irá agendar reunião de trabalho para discutir a proposta e os termos para a celebração da parceria com a instituição legislativa.

O presidente do Codefoz, Roni Temp, destacou a importância da integração e contribuição do colegiado para a formação dos conselhos socioeconômicos de Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). “O desenvolvimento deve ser integrado, por isso ajudamos a formar o Codeleste e o Codespi. É gratificante saber que esse trabalho coletivo é uma referência para uma instituição como o Senado do Paraguai”, enfatizou Temp.” (CODEFOZ, 2016, s. p.)

## 1.2 PROBLEMA

Quando se trata de participação e de desenvolvimento, logo se depara com o interesse de diversos atores fazendo-se necessária a concessão de parte da pretensão de cada um dos sujeitos envolvidos para atingir objetivos comuns<sup>10</sup>.

A busca pelo consenso inicia-se na construção dos objetivos, tendo em vista a pluralidade de prioridades de cada sujeito no processo, seja ele cidadão, empresa ou governo, podendo o foco ser a economia, infra-estrutura, saúde, educação, cultura, tecnologia, ciência, entre outros.

Para Sartre e Berdoulay (2005, p. 114), “a pluralidade do sujeito responde à multiplicidade dos espaços de referência: o sujeito constrói no seu próprio mundo um lugar que é o dele e que é coerente”, deixando claro que cada personalidade carrega a sua vivência e suas expectativas decorrentes destas, quais são levadas para dentro dos espaços de participação e que podem dar diversos rumos ao desenvolvimento.

Para que o desenvolvimento regional endógeno aconteça mostra-se como requisito o envolvimento dos múltiplos atores no processo de decisão, nas palavras de Oliveira e Souza-Lima (2006, p. 33) “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

A participação dos sujeitos consiste no ponto de partida para compreender o processo de desenvolvimento. Assim, neste trabalho buscar-se-á responder a seguinte pergunta: por que o CODEFOZ tornou-se modelo de conselho para outros municípios e seria esse um caminho para o desenvolvimento regional endógeno?

## 1.3 PROPOSIÇÕES INICIAIS

Para Avritzer (2008, s. p.), “no caso dos conselhos de políticas, eles constituem desenhos institucionais de partilha do poder e são constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais”. Para Boiser (1997, p. 01) “se aponta a un agente colectivo, societal, inclusivo, configurado ‘por

---

<sup>10</sup> “A capacidade de o local se tornar universal é uma conquista das forças vivas locais que se mobilizam e articulam para empoderar-se e desenvolverem-se a partir das potencialidades e competências locais, das habilidades de articulação e negociação dos interesses locais junto aos poderes de governo e econômicos de outras regiões.” (CARON *apud* KLEINMAYER; NEVES, 2008, p. 111)

todos nosotros' y que recupera para sí el nombre de **sociedad civil**, como única figura válida en la conducción del proceso permanente de modernización y cambio" para uma região.

Juntando os conceitos acima apresentados, as transformações, o desenvolvimento em si, quais poderão acontecer ou não, são destinadas aos sujeitos da região, colocando-o em dois papéis de *stakeholder*<sup>11</sup>, tanto de interessado no resultado final da deliberação do conselho quanto como de ator principal no processo de desenvolvimento regional endógeno (SOUZA FILHO, 2002).

Neste sentido, apresentam-se como proposições iniciais da pesquisa o capital social e a cooperação dentro do conselho, tendo como uma das possibilidades a presença de empresários e da Itaipu Binacional visando o desenvolvimento econômico do município, financiando e articulando ações.

Ainda, pela experiência empírica do pesquisador, a menor incidência governamental - com a figura do prefeito (a) como presidente de honra, mesa diretora apartidária e a composição não paritária e heterogênea - no processo decisório dando maior autonomia à sociedade civil mostra-se também como uma proposição inicial.

A sua composição não paritária - desigualdade no número de representantes do governo e da sociedade civil - contraria as recomendações de doutrinadores na área, como Gohn (2002, p. 30), que leciona que para o funcionamento dos conselhos "dentre as condições necessárias, destacamos: aumento efetivo de recursos públicos nos orçamentos e não apenas complementações pontuais de ajustes; eles têm que ser paritários, não apenas numericamente, mas também nas condições de acesso e de exercício da participação". E para Cremonese (2008, p. 02), "dentre as diferentes formas de participação, pode-se definir a participação política como o número e intensidade de indivíduos e grupos envolvidos nas tomadas de decisão".

#### 1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente estudo consiste em compreender por que o CODEFOZ tornou-se modelo de conselho para outros municípios e se ele constitui um caminho para o desenvolvimento regional endógeno.

---

<sup>11</sup> *Stakeholders*: atores políticos e sociais que possuem interesses ou que podem ser, direta ou indiretamente, atingidos por uma política pública. (PAIXÃO, 2014, p. 21)

Especificamente a pesquisa objetiva monitorar a participação no CODEFOZ; e identificar possíveis processos mais efetivos de concretização de políticas públicas.

## 1.5 METODOLOGIA

Como ponto de partida do estudo tem-se a pesquisa bibliográfica no intuito de buscar compreender conceitos e teorias essenciais para o desenvolvimento do trabalho, tais como a teoria do sujeito, o capital social, a cooperação, o desenvolvimento regional endógeno, os conselhos e a democracia deliberativa, utilizando de livros, artigos, revistas, sites, dentre outros.

Paralelamente ao desenvolvimento dos conceitos e das teorias apresentam-se as análises legislativa e constitucional brasileira, tendo como marco temporal a República Nova, indispensáveis para a compreensão do tema e de sua posição no ordenamento jurídico. Dar-se-á, em momento oportuno, especial atenção a Lei Municipal 4.041 de 12 de novembro de 2012, que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu.

Também será utilizada a pesquisa documental tanto por fontes primárias quanto secundárias, utilizando de relatórios, estudos, revistas, jornais nacionais e estrangeiros, entre outros documentos que possam contribuir para o trabalho.

Diante da impossibilidade de controle sobre o objeto em estudo e por se tratar de um contexto real, contemporâneo e complexo, qual não pode ser experimentado tendo em vista que não ocorre sob controle do pesquisador, preferiu-se o método estudo de caso explanatório. Nas palavras de Yin (2001, p. 19),

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

O estudo amplo e detalhado acontece unicamente sobre o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ por se tratar de um caso em destaque devido a sua repercussão e replicação.

Também constam entre as fontes de pesquisa as entrevistas gravadas semi-estruturadas, realizadas de forma qualitativa com os membros do plenário do colegiado entre todos aqueles que aceitaram participar do estudo. As entrevistas

aconteceram de forma individual, face a face. Para não haver perda de informação foram gravadas, constituindo como fontes primárias de pesquisa, e posteriormente transcritas.

Para todos os membros das câmaras técnicas do conselho foram utilizados questionários semi-estruturados enviados por correio eletrônico, acompanhando o mesmo roteiro das entrevistas gravadas, a partir de questões norteadoras, que se encontram no apêndice.

Privilegiou-se a entrevista ao questionário para os membros do plenário, pois aquela permite perguntas e respostas mais amplas, como também a complementação da indagação para explorar algo que o pesquisador acredite ser interessante, bem como pela suposta facilidade de acesso aos conselheiros pela participação anteriormente iniciada no conselho e por se tratar de um grupo numericamente menor em relação aos membros das câmaras técnicas. Nas palavras de Gil (2008, p. 110) a entrevista “possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado”.

Para o estudo utilizou-se de duas formas de entrevistas para contemplar o maior número possível de entrevistados. Todos os contatos foram obtidos por meio da secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, tanto das câmaras técnicas quanto da plenária.

O primeiro consistiu no envio de um formulário, via Google Forms, para o e-mail de todos os membros das câmaras técnicas do CODEFOZ, aproximando-se de 300 (trezentas) mensagens por envio, sendo que se buscou a comunicação por 03 (três) vezes. Dos e-mails enviados, 30 (trinta) retornaram com erro.

Referente aos integrantes da plenária do CODEFOZ, que entre eles estão incluídos a mesa diretora, conselheiros consultivos e os conselheiros titulares e suplentes, entrou-se em contato com 34 (trinta e quatro) pessoas, sendo obtidas apenas 05 (cinco) entrevistas pessoais. Notou-se uma baixa adesão devido ao período de férias, as pessoas não fazerem mais parte do Conselho e até mesmo por desinteresse em participar das entrevistas.

Tanto as entrevistas por meio de formulários quanto às entrevistas pessoais não foram identificadas, sendo os entrevistados nominados como: Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C, e assim sucessivamente. Além, as entrevistas foram baseadas em um roteiro semi-estruturado com 07 (sete) perguntas abertas divididas em 02 (dois) eixos, conforme disponibilizado no anexo B do trabalho.

O primeiro eixo buscou compreender a trajetória do entrevistado com a participação, bem como a sua compreensão de alguns conceitos, como o desenvolvimento. Já o segundo eixo teve como foco específico o CODEFOZ e a replicação do seu modelo para outras cidades e países. Durante a leitura das respostas dos formulários notou-se que possivelmente alguns membros do plenário responderam a entrevista via formulário.

As evidências coletadas a partir das fontes compõem o banco de dados do estudo de caso, espaço para confrontação e para encadeamento pela reunião formal dos dados. Igualmente fazem parte deste banco de dados as notas tomadas e digitadas em forma de diário durante as entrevistas. Já a estratégia analítica parte das proposições teóricas apresentadas, e o método principal de análise consiste na construção da explanação pelos elos causais entre os fenômenos.

Por fim, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Após a introdução passar-se-á a explanação das teorias que dão base ao trabalho, logo em seguida construir-se-á o contexto histórico da região Oeste do Paraná e de Foz do Iguaçu, chegando aos dias atuais até o surgimento do CODEFOZ. Após estes capítulos, far-se-á o estudo de caso analisando as entrevistas e os documentos, finalizando com as considerações finais.

## 2 DA TEORIA DO SUJEITO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

Após a segunda guerra mundial e a necessidade de reconstrução das nações, o desenvolvimento vem encabeçando a pauta dos países e também desponta nas pautas da Organização das Nações Unidas - ONU, em um passado recente nomeado como ODM, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e atualmente como ODS, ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, divididos em 17 grupos (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016).

O tema mostra-se complexo desde a tentativa de conceituar o termo desenvolvimento, tendo em vista a multiplicidade de rumos que podem ser trilhados para alcançar a transformação desejada, até mesmo sobre qual transformação que se deseja: econômica, social, humana, ambiental, outras, ou todas?

Um dos caminhos que se tem a disposição para o desenvolvimento encontra-se entre nós, o chamado desenvolvimento endógeno, que utiliza as forças encontradas dentro da região para transformá-la (OLIVEIRA; SOUZA-LIMA, 2006). Para tanto, traz a tona a necessidade de escuta e participação da população, precisando empoderá-la por meio da educação e fornecer a ela o acesso à informação.

Compreender a necessidade do envolvimento da população para o desenvolvimento, para sentir-se detentora e parte do processo, colaborará para a criação de políticas públicas integradas, atendendo assim a expectativa do público alvo, pois estarão envolvidos em todas as escolhas, desde o planejamento até a avaliação, e não terão de aceitar submissamente uma proposta possivelmente unilateral.

Neste sentido, para chegar até o conceito de desenvolvimento regional endógeno faz-se necessário passar e abordar alguns conceitos como a Teoria do Sujeito, o Capital Social e a Cooperação, quais servirão de base à teoria principal deste estudo.

### 2.1 TEORIA DO SUJEITO

Com o esgotamento das metodologias econômicas e individualistas de desenvolvimento econômico, começam a surgir nos anos 70 processos endogenistas cooperativos de transformação social e humana. Em outras palavras, emergiram técnicas de desenvolvimento pautadas na participação popular em forma colaborativa e que visava não apenas aspectos econômicos de mudança, mas também de qualidade de vida

(OLIVEIRA, 2006).

O Estado volta sua atenção para dentro das regiões, ou pelo menos deveria se voltar para descobrir as potencialidades locais. Além disso, o Estado também deve fomentar a participação e a cooperação desde a educação de base.

Entender o sujeito e agrupá-lo de forma a criar um capital social mostra-se como uma tarefa árdua, ainda mais acentuada quando se pretende que estes sujeitos cooperem. Justifica-se assim a importância de um processo educacional longo e contínuo, mas que quando atingir seu apogeu gerará resultados eficientes e que envolveram os sujeitos, perpetuando entre as gerações o que já se aprendeu (SARTRE; BERDOULAY, 2005).

Com a perda da força do desenvolvimento com viés puramente econômico e a ascensão da teoria de baixo para cima, o desenvolvimento regional endógeno, as características sustentáveis, sociais e humanas ganham força. Para tanto, o sujeito começa a ser empoderado, pois além de ser necessário conhecer as opiniões locais para promover um exímio desenvolvimento, trata-se do sujeito o destinatário do resultado do processo de transformação local. Conforme Genro (2000, s. p.),

“O papel dos governos no limiar do novo milênio é criar políticas públicas de inserção não-subordinada das regiões no mundo globalizado. É deles a responsabilidade intransferível e incontornável, de articular os sujeitos locais - empreendedores públicos e privados, produtores de bens, serviços e cultura - para que, fortalecidos em sua autonomia, possam produzir um projeto estratégico de desenvolvimento regional e de inserção cooperativa e interdependente”.

Tão complexo quanto à conceituação de desenvolvimento mostra-se a composição do sujeito. Cada papel ativo leva uma bagagem de múltiplas concepções as quais foram apresentadas ao longo da vida, sejam elas sociais, educacionais, ambientais, econômicas, dentre tantas outras. Para Sartre e Berdoulay (2005, p. 114) “o sujeito deve compor com as contradições que essas lógicas geram em outros contextos. Ele deve assumir tensões, problemas, conflitos que lhe são impostos e construir assim as suas próprias trajetórias”.

Em suas andanças o indivíduo cruza umbrais e vai construindo o seu micro-sistema, adotando os conceitos e comportamentos que acredita ser o que melhor tem a sua disposição.

Além das características de cada sujeito enquanto indivíduo lembra-se também da existência do sujeito coletivo, pois para Watts (1999, *apud* FERREIRA; PESSOA, 2012, p. 11) “as redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles



que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação”.

O espaço além de ser determinante nas características dos sujeitos também determina a sua incidência localmente, e isso se deve ao quão a democracia possui abertura no local de vivência ou se esta abertura de espaço ainda tem que ser conquistado. Neste contexto, Berdoulay (1997, *apud* SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 114) analisam o contexto geográfico e político do sujeito,

O que mostram os trabalhos contemporâneos não é uma justaposição de esferas separadas, mais ou menos combinadas, mas uma abordagem que considera o sujeito enquanto inseparável de seu lugar. Sujeito e lugar são inseparáveis: um não existe sem o outro (BERDOULAY, 1997). É essa visão geográfica do sujeito e do lugar que nos convida a revisitar os espaços nos quais o sujeito está inserido. No contexto atual de aspirações democráticas, isso parece ainda mais justificado, observando-se importantes transformações geopolíticas.

Assim, “o desenvolvimento local leva, antes de qualquer coisa, a um meio ambiente que não é o objeto a ser modificado, mas o meio pelo qual o desenvolvimento é possível” (SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 114).

A educação igualmente consiste no meio para que o sujeito desenvolva seu local e seja protagonista por meio de seus conhecimentos e experiências, como igualmente será essencial para entender o próximo assunto, capital social. Na perspectiva educacional, Sartre; Berdoulay (2005, p. 117) comparam Paulo Freire e as Casas Familiares Rurais,

Essa perspectiva, evidentemente, é diretamente herdada das práticas impulsionadas por Paulo Freire (1970), cujo objetivo, ao alfabetizar trabalhadores, ia além da formação: era uma vontade de emancipação individual e social, usando a prática para a elaboração do saber teórico. Mas esse objetivo foi reformulado nas CFR, que pensam que a conscientização “só é possível, em primeiro lugar, a partir da compreensão da educação como um fator de mudança sociocultural e, em segundo lugar, da efetivação de um currículo contextualizado a partir de um movimento social e cultural mais amplo, perseguindo a construção de sujeitos sociais e políticos” (RIBEIRO; SILVA, 2005). (SARTRE; BERDOULAY, 2005, p. 117)

Cabe agora entender como o sujeito será agrupado ao ponto de compor o capital social e cooperar.

## 2.2 O CAPITAL SOCIAL E A COOPERAÇÃO

Com exceção aos ermitões e monges que vivem isolados no alto de montanhas, os sujeitos tendem a formarem grupos sejam eles familiares, de amigos, de

profissionais, entre outros, por identificação e com intenção de se protegerem. Aos olhos do desenvolvimento esta relação plural mostra-se responsável pela formação do capital social e pode ser encontrada em sindicatos, pólos tecnológicos, comunidades, e afins.

Para Putnam (1993, s. p.) capital social refere-se a características de organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo, o que aumenta os benefícios do investimento em capital físico e humano<sup>12</sup>.

O mesmo entendimento quanto à definição de capital social tem a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - CEPAL, inclusive trazendo termos comuns como confiança e colaboração, conforme se observa nas palavras de Siles, Robison e Whiteford (2003, p. 13), “desde la perspectiva de la CEPAL, el capital social se entiende como el conjunto de relaciones sociales basadas en la confianza y los comportamientos de cooperación y reciprocidad”.

Enquanto na teoria do sujeito estudava-se apenas uma pessoa, qual sofre influência de todas as relações do seu meio, o capital social busca agregar estas complexidades em grupos, ou seja, migra para as relações. A importância desta concepção está no empoderamento da sociedade civil<sup>13</sup> no processo de desenvolvimento.

Para Nicholls (1969, *apud* VERSCHOORE FILHO, 2001, p. 90) na contramão deste processo de desenvolvimento endogenista estariam fatores como “a dominância dos valores agrários, a rigidez da estrutura social, a estrutura política antidemocrática, a pouca responsabilidade social e a mentalidade e o comportamento conformista”.

Para romper estes obstáculos que se opõem ao desenvolvimento em países que a democracia não se encontra solidificada, a sociedade civil e o governo devem evitar se relacionar como pólos opostos. Segundo Evans (1996, p. 205),

Esta análise implica que aqueles interessados em fomentar o capital social, mesmo entre grupos que são normalmente excluídos e oprimidos, não deveriam automaticamente assumir que “o estado é o inimigo”. O estado pode muitas vezes ser o inimigo, mas apenas em circunstâncias excepcionais é monoliticamente o

---

<sup>12</sup> “‘Social capital’ refers to features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit. Social capital enhances the benefits of investment in physical and human capital” (PUTNAM, 1993, s. p.).

<sup>13</sup> “Quando falamos de sociedade civil, estamos nos referindo a uma sociedade em que grupos organizados, formais ou informais, com independência do Estado e do mercado, têm condições de promover ou de facilitar a promoção de diversos interesses da sociedade. Capital social, isto é, as relações informais e de confiança que fazem com que as pessoas ajam conjuntamente em busca de um bem comum, é fundamental para que novas e velhas organizações da sociedade civil possam prosperar e dar oportunidade de participação aos que ainda carecem de engajamento ou de proteção” (D’ARAUJO, 2010, p. 66).

inimigo. Mesmo em regimes relativamente autoritários, alianças com “reformistas” dentro do estado podem oferecer recursos para organizações populares que não estão disponíveis em nenhum outro lugar. (tradução livre)<sup>14</sup>

Esta relação quando bem estabelecida tende a gerar resultados da modalidade “ganha-ganha”, ou seja, todas as partes contribuem e alcançam seus objetivos sem prejudicar uma a outra, uma relação que pode ser chamada de sustentável.

A ligação do capital social com o desenvolvimento endógeno, aquele que se pauta da base para o topo e que será tratado mais detalhadamente a diante, tende a um movimento de cooperação, o que já era previsto por Fukuyama (1995, *apud* SOUZA FILHO, 2002) desde os anos 90, alertando que às nações que quisessem se destacar deveriam formar cidadãos colaborativos e cooperativos, influenciando as idéias de organismos internacionais.

Falando agora em cooperação esta soma de esforços não se mostra tão recente, detalha Verschoore Filho (2001, p. 99),

Os exemplos históricos, como as iniciativas dos Konzerns alemães, os consórcios franceses e as experiências de união de interesses, *pools* e *joint ventures* entre empresas comprovam que necessidade de compartilhar tarefas e buscar soluções coletivas existe há mais de meio século.

Para garantir que a relação seja de qualidade e tenha solidez, os sujeitos devem ser educados desde o ensino infantil, tanto para participarem ativamente dos processos de decisões sociais quanto para agirem em cooperação, mesmo que isso demore, são “comunidades compostas por indivíduos que entendam a importância do trabalho em conjunto e do civismo, abertos à mudança e preparados para criarem e inovarem” (SOUZA FILHO, 2002, p. 05).

Falando em inovação, o próprio aprendizado diferencia-se quando se fala em cooperação: “no lugar de estruturas verticais tem-se um tecido de relações horizontais, no qual se processam a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento de novos conhecimentos mediante a combinação entre concorrência e cooperação” (AMARAL FILHO, 2001, p. 13).

Com os sujeitos empoderados e o capital social formado, a cooperação acontecerá por meio do fortalecimento de vínculos entre os grupos (DURSTON; LÓPEZ, 2006). Para Barquero (2000), este agrupamento minimiza possíveis impactos negativos,

---

<sup>14</sup> “This analysis implies that those interested in fomenting social capital, even among groups that are normally excluded and oppressed, should not automatically assume that “the state is the enemy.” The state may often be the enemy, but only in exceptional circumstances is it monolithically the enemy. Even in relatively authoritarian regimes, alliances with “reformists” within the state can offer resources to popular organizations that are unavailable anywhere else” (EVANS, 1996, p. 205).

principalmente neste momento de recessão e crise como se encontra o cenário atual, com riscos e ameaças, e colabora para o aproveitamento de oportunidades.

Como acima mencionado, há algum tempo a cooperação vem mostrando seu potencial não apenas teórico, mas também prático. Verschoore Filho (2001, p. 98) elenca mais alguns desses casos de sucesso,

Desde então, espalharam-se pelo mundo diversas experiências de industrialização local, baseadas em pequenas e médias empresas. Amplamente estudados, os exemplos europeus, com destaque para os distritos industriais italianos (Godman et al., 1989; Quintar, Gatto, 1992; Garofoli, 1993), os sistemas industriais localizados da França e da Alemanha (Pecqueur, 1993; Colletis, Winterhalter, 1993), assim como experiências sul-americanas (Quintar et al., 1993; Perotti, 1999) e brasileiras (Schmitz, 1998; Meyer-Stamer, 1999), demonstram a importância de uma estrutura de pequenas e médias empresas dentro de um processo de desenvolvimento econômico sustentado e socialmente autônomo. A chave do sucesso desses exemplos está diretamente relacionada aos ganhos de competitividade das empresas, os quais, em todos os exemplos observados, somente foram possíveis através de estratégias de cooperação.

A cooperação igualmente tende a ajudar as pequenas empresas locais, fazendo com que alcancem níveis que sozinhas dificilmente conseguiriam atingir. Para Barquero (2000, p. 10) “en este sentido, la cooperación en el sistema productivo local se basa en el beneficio que proporciona a cada una de las empresas la combinación de esfuerzos para obtener las economías de escala y reducir los costes de transacción”.

Neste mesmo sentido, Souza Filho (2002, p. 05) destaca quão importante o reconhecimento por parte do governo desta construção de alianças com as empresas bem como para com outros coletivos no intuito de promover o desenvolvimento,

Entre suas propostas, estão a concessão de incentivos fiscais para empresas empenhadas em práticas colaborativas de pesquisa & desenvolvimento, além da formação de alianças entre indústrias e, da mesma forma, delas com universidades e com entidades governamentais e da sociedade civil. Outra proposição centra-se na composição de redes de colaboração tecnológica entre, pequenas e médias empresas e universidades regionais para o desenvolvimento e o emprego de novas tecnologias.

Este desenvolvimento que, importante lembrar, passa a ser visto com múltiplos olhares diante suas inúmeras conexões para garantir principalmente os direitos humanos, ganhando muito mais complexidade para além do produto, da renda e da individualidade, pois agora devem ter um olhar coletivo (COSTA; CUNHA, 2002).

O diálogo e a socialização de informações podem ser utilizados para alcançar a excelência no trabalho em cooperação. Para tanto, além do governo e da sociedade civil compor um todo, as próprias organizações e empresas flexibilizam a concorrência para cooperar.

Observando as teorias apresentadas nota-se uma tendência de escalonamento do individualismo para o coletivo, mostrando que o velho chavão que diz que a união faz a força continua atual.

Os conceitos até aqui apresentados possuem como base a educação, qual será o alicerce para a formação do sujeito, que constituirá como uma peça fundamental do capital social e que cooperará com os outros que da mesma forma se prepararam, em um mundo ideal.

Naturalmente os sujeitos tendem a se reunir, mas para o capital social além do mero agrupamento os indivíduos estes devem estar conscientes da força que possuem, não necessariamente para o embate, pois em determinadas situações ele se faz necessário, mas sim para a construção com a junção das diversas expertises.

A cessão de certa soberania do próprio sujeito para a cooperação mostra-se como ponto fundamental. Deixar o egoísmo marginalizado e mitigar a concorrência para colaborar com o próximo no intuito de desenvolver a região onde todos vivem trata-se de um exercício com certo grau de dificuldade, quiçá doloroso para alguns que aprenderam na prática.

Faz-se necessário também que o sujeito tenha o sentimento de pertencimento e colaboração, pois tem que gostar do local, ter amor a sua região, para que possa se envolver no processo de transformação e após o resultado chegar, perceber que fez parte do processo para que possa replicar o que aprendeu e ajudar a manter e/ou ampliar o resultado.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

O espaço para discussão sobre o conceito de desenvolvimento não se limita mais apenas ao crescimento econômico, ao aumento de renda, mas sim vem agregando diversas discussões para compor um entendimento complexo, conforme salientam Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205),

O desenvolvimento, em abordagens mais amplas, apresenta o crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, como possibilidade de inclusão das “alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”.

Os anos que sucederam o fim da segunda guerra mundial foram marcados por vários documentos que trouxeram em seus âmagos o tema desenvolvimento, mas nenhum foi tão importante quanto a Carta das Nações Unidas, período igualmente marcado pela criação da Organização das Nações Unidas - ONU com seus respectivos programas e organismos que surgiram com o intuito de aprimorar a qualidade de vida (OLIVEIRA, 2006).

Compreendendo o caráter complexo do desenvolvimento, a própria ONU reconhece que seus objetivos de paz internacional e segurança apenas serão atingidos caso sejam alicerçados no desenvolvimento, bem como no bem-estar social mundial (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016).

Oliveira (2006) apresenta diversos conceitos de desenvolvimento, desde aqueles que se apresentam como sinônimo de crescimento, até aos doutrinadores que entendem serem conceitos diferentes ou até mesmo complementares. Como não se pretende aqui tentar esgotar a discussão sobre uma definição, acolhem-se as palavras dos autores supramencionados, pois,

O desenvolvimento pode ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, políticas e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento - incrementos positivos no produto e na renda - transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras. (OLIVEIRA, 2006, p. 19)

Como se observa o desenvolvimento vem a conversar com uma série de direitos humanos e sociais, bem como não se distancia da pauta sustentabilidade, este último um conceito tão amplo quanto o primeiro. A própria Constituição da República de 1988 traz entre seus objetivos fundamentais, inclusive dentro do mesmo artigo, o enlace destas características,

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II - garantir o desenvolvimento nacional;  
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Além de agregar direitos, deve ficar claro que não há pretensão de afastar a necessidade de crescimento econômico para desenvolver-se, o que fica nítido nas diversas conceituações apresentadas por Oliveira (2006, p. 21), que “mesmo com tanta controvérsia, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o

desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida”.

Cruzando o umbral do crescimento econômico para o desenvolvimento humano, além das quebras de paradigmas desenvolvimentistas já observados, são necessárias as compreensões do homem como sujeito de direito e de fim, não de meio para o desenvolvimento. Assim, as pessoas não devem ser tratadas como mão de obra para alcançar a transformação almejada, mas sim como beneficiária do processo.

Neste sentido, ressalta o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento a necessidade de inversão de valores para uma visão humanitária,

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017, s. p.)

A partir destas breves considerações entende-se que o crescimento econômico consiste apenas no início do fio de um novelo que começa a ser desenrolado. Mostra-se muita ousadia, ou até mesmo hipocrisia, acreditar que uma via simples seria suficiente para dar fluxo a tantos direitos. Aqui se revela a necessidade de políticas públicas integradas para o desenvolvimento.

Na tentativa de reduzir as desigualdades regionais, surge em 1970 uma nova concepção sobre o desenvolvimento, agora de baixo para cima (SOUZA FILHO, 2002). Com a força da sociedade, a endogenia visa à redução da desigualdade, “dando ênfase aos fatores internos à região, capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade. É o chamado paradigma ‘desde baixo’” (OLIVEIRA; SOUZA-LIMA, 2006, p. 32).

Para atingir e alterar o panorama da desigualdade regional o desenvolvimento endógeno aumentaria as condições de emprego, produto e renda, nas palavras de Amaral Filho (2001, p. 262),

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Agora, observam-se muito claramente as características humanas sendo consideradas para o desenvolvimento<sup>15</sup>, sendo fundamental para isso a escuta da própria população, como um *stakeholder* pela transformação. A partir desta forma de participação surge o apelido de desenvolvimento desde baixo, pois os objetivos são estabelecidos no seio do público alvo, ou seja, do povo para o povo. Na concepção de Oliveira e Souza-Lima (2006, p. 32-33),

Neste outro paradigma há uma inversão de perspectiva. Ao valorizar os fatores internos ou endógenos, as políticas econômicas partem de outro pressuposto, o de que o “outro” - no caso, as populações locais - precisa ser ouvido. O predomínio do “bom selvagem” sobre o “mau civilizado” dá espaço para novos diálogos e novas perspectivas de emancipação não apenas para alguns iluminados, mas para parcelas maiores da sociedade. O paradigma “desde baixo”, ao invés de negar espaços para a subjetividade dos moradores locais, tende a ampliá-los de maneira inelutável.

Além dos fatores puramente econômicos e da participação popular, outras determinantes entram em jogo, como a valorização das relações sociais, a educação, a inovação e o acesso a informação. Como a característica mais marcante da endogenia consiste em olhar para dentro de si, tais forças não devem ser buscadas fora, exogenamente, mas sim se encontram dentro da região, como potencial dos que ali vivem.

Souza Filho (2002, p. 01) crê nesta concepção, “por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado”.

Esta região deve reconhecer-se como diferencial e como possuidora de recursos para desenvolver-se pautada em projeto que subsuma os interesses individuais, nas palavras de Boisier (1989, p. 595),

Ou seja, uma matriz de grupos sociais cujo nexos de articulação seja dado pela consciência coletiva de pertencer a um território comum que, formando parte de um território nacional, possui suficientes especificações (recursos, cultura, paisagem, etnia etc.) para diferenciar-se em tudo, e cujos interesses fracionais ou

---

<sup>15</sup> Neste sentido também se apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pelo Comitê Nacional de Organização da Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que aconteceu em 2012, e que estabelece um tripé: econômico, social e ambiental, “em outras palavras, é a noção de que o crescimento econômico deve levar em consideração a inclusão social e a proteção ambiental” (BRASIL, 2011, s. p.). Estes aspectos podem ser definidos da seguinte forma, “o objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano” (OLIVEIRA; SOUZA-LIMA, 2006, p.23).



de classe estejam subordinados estruturalmente a um interesse coletivo regional, expresso em reais projetos políticos, tanto de caráter permanente como transitório.

E assim se mostra a prática, ao menos como se percebe no Programa Oeste em Desenvolvimento, que atua em 54 municípios do Paraná. Por meio do potencial local e das peculiaridades da região busca-se o desenvolvimento integrado de forma participativa. Em sua concepção institucional,

O Programa Oeste em Desenvolvimento é uma ação de Governança Regional que busca promover o desenvolvimento econômico da região por meio de um processo participativo, fomentando no território a cooperação entre os atores, públicos e privados, para o planejamento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada.

[...]

O desenvolvimento do território levará em conta as características locais fortalecendo-as (desenvolvimento endógeno). O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que se estrutura e se sustenta na melhoria e ampliação da capacidade de geração e agregação de valor à produção local/regional com a utilização dos recursos disponíveis neste território. (OESTE EM DESENVOLVIMENTO, s.d., s. p.)

Conforme visto na teoria e na prática, o desenvolvimento endógeno não pretende afastar as potencialidades exógenas, como também não pretende exaltar apenas o nacionalismo, mas sim deseja aproveitar o que de melhor existe onde atua, ao invés de utilizar padrões existentes que nem sempre são bons quando aplicados as escalas menores, no caso regional.

Esta também se mostra como a concepção Touraine (1997, *apud* AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, s. d., s. p.), qual pode ser observada no caso prático da ADEJ, Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região,

De maneira alguma significa romper relações externas na esperança de evitar simplesmente o desaparecimento de elementos socioculturais e ecológicos vinculados ao lugar. Se trata de buscar formas de integrar as identidades culturais e os processos globais num esforço para impedir que nos tornemos “simples consumidores de modelos culturais elaborados pelos mercados” (TOURAINÉ, 1997), mas não significa a exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais, como forma de evitar intercâmbios externos na tentativa de evitar “ver-nos arrastados pelas mensagens ao mesmo tempo sedutoras e impessoais da sociedade de massas” (*ibid*). Então o desenvolvimento endógeno não significa ausência de elementos externos; significa localização do desenvolvimento.

Para sedimentar a diferença humano-qualitativa entre a visão de crescimento econômico e de desenvolvimento regional, Healey (2013) relata que o desenvolvimento de cima busca maximizar o retorno econômico, minimizando ou até eliminando o trabalho humano, valora-se o crescimento da renda nacional, a especialização econômica, a vantagem competitiva e a alta produtividade. Pelo

paradigma de baixo a preocupação dirige-se a distribuição equitativa do rendimento e ao bem-estar humano, bem como a potencializar as pessoas para realizarem suas próprias escolhas (HEALEY, 2013).

### 2.3.1 Educação e Endogenia

Educação e informação são pautas permanentes quando se fala em endogenia, não há um desenvolvimento “de baixo para cima” sem passar por estes aspectos, pois “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA; SOUZA-LIMA, 2006, p.33), e para tanto a participação popular deve ser qualificada para se envolver, e isso apenas se consegue com mais educação.

A Constituição da República de 1988 traz expresso no artigo 205 às visões da educação, seus objetivos, entre estes o exercício da cidadania,

#### **DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O processo de educação para cidadania, e entenda-se aqui este termo como ser um agente transformador local, deve começar cedo, causando o sentimento de pertencimento a região onde se reside ou estabelece domicílio, um bairrismo atenuado. Os pais podem/ devem ser grandes indutores deste sentimento, seja participando de uma simples reunião de condomínio, da associação de bairro, da associação de pais, entre outras instituições. Esta concepção que leva o ser humano a ser o senhor do seu destino, pelo menos no desenvolvimento local, está bem representada nas palavras Dowbor (2006, s. p.),

A idéia (*sic*) da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas inclusive os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la.

Além de constituir um processo que começa nos mais incipientes bancos escolares, a educação para a participação e o desenvolvimento deve ser contínua, bem como a apropriação das informações tanto referentes a metodologias quanto ao local que se pretende desenvolver, uma cultura de aprender. Segundo Ávila (2012, p. 41),

Trata-se de educabilidade no sentido de que a comunidade se informe, atualize e impregne, ininterruptamente, do cultural hábito da incessante pesquisa e discussão de novas formas (formação, conforme mencionado) para se unir, capacitar, cooperar e agir em direção à consecução de seus próprios rumos de desenvolvimento e concernentes meios de viabilização.

Um exemplo do que foi dito mostra-se com a já citada a Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região entendendo que na endogenia o que se pretende criar consiste em um cidadão-empREENDEDOR, para além de uma mão de obra qualificada que apenas opine, mas que também possa gerar emprego e renda para sua região, assim,

A promoção desse tipo de desenvolvimento (endógeno) requer incutir o espírito empreendedor nos cidadãos, isto é; promover o empreendedorismo; viabilizar as incubadoras de empresas; articular os arranjos sócio-produtivos mais adequados; oferecer possibilidades de capacitação empresarial, gerencial e tecnológico; desenvolver APLs (“clusters”) locais; auxiliar no acesso ao crédito ou micro-crédito; desenvolver procedimentos como o DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável). (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, s.d., s. p.)

Como se pode perceber, o desenvolvimento regional endógeno consiste em um aglomerado de instrumentos que estão à mão da população, qual necessita de cooperação para maximizar seus resultados, aproveitando também dos diversos saberes.

Com a ativação social qualificada, a população deixa a inércia e passa a ser sujeito ativo da transformação, não se submetendo, ao menos sem questionar, a imposições exógenas.

A região não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas como um ator social, como elemento vivo, do processo de planejamento. O Estado é quem estabelece as regras do jogo e a região é a parte negociadora, que deve se inserir nos mecanismos de decisão para fazer acordos, transações, dirimir conflitos, por fim, deve ter a capacidade de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social. (OLIVEIRA; SOUZA-LIMA, 2006, p. 41-42)

Diante destas concepções as regiões que atuam com desenvolvimento regional endógeno caracterizam-se como pró-ativas, inovadoras, criativas, cooperadoras e eternas aprendizes, fugindo das cadeiras escolares tradicionais, buscando uma visão interdisciplinar para compreender, fazer parte do processo e colher seus produtos. Para Boisier (1989, p. 595-596),

Superar a prática monodisciplinar (economicista) no enfoque dos problemas regionais deverá ser agora uma consequência direta do ponto recém-discutido. Se as comunidades regionais ou, em termos mais gerais, se a equação região-sociedade tem existência real, entender e desentranhar os conflitos, as possibilidades de acordo e consenso, a repartição do poder e os diversos mecanismos através dos quais se canalizam as demandas, já não compete, única e exclusivamente, aos economistas ou à Economia como ciência e como prática. As propostas de desenvolvimento regional deverão ter dimensões sociais e políticas e firmarão suas raízes em demandas, não só de caráter econômico, senão que se nutrirão e, às vezes, estarão associadas a etnias, a culturas, em resumo, a movimentos sociais regionais muito diversificados. Em tal contexto, o trabalho de outros cientistas sociais, antropólogos, sociólogos, políticos etc., passará a converter-se em uma questão fundamental na formação das equipes de planejamento, tanto a nível central como local.

A partir do acréscimo das características sustentáveis, sociais e humanas ao desenvolvimento, a necessidade de escuta da população mostra-se imprescindível, pois ela voltou ao papel de maior *stakeholder* do processo, tanto como agente transformador quanto destinatária do produto.

Para que este resultado tenha qualidade, necessário se faz investir na educação de base e de forma ininterrupta, criando uma cultura de aprendizagem e de descobrimento. O processo educativo também deve ser voltado para o incentivo da população a participar dos processos decisórios, desde até mesmo de uma comissão de formatura dentro da própria escola, passando por grêmios estudantis e diretórios acadêmicos, até as formas mais complexas como conselhos e eleições, criando assim o sentimento de pertencimento a escola, a faculdade, ao município, a região, entre outros.

Boisier (1989, p. 598) traz a organização social como um dos três processos para o desenvolvimento da região em longo prazo, como se vê,

c) o passo crítico que leva de uma eventual situação de crescimento econômico a uma mais complexa situação de desenvolvimento, depende da capacidade de organização social da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em “estados” de desenvolvimento. Este processo, completamente endógeno à região, associa-se a questões tais como o aumento da autonomia de decisão da região, o aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo crescimento econômico, um permanente e crescente melhoramento social e uma preservação do meio-ambiente. Por sua vez, as questões anteriores dependem criticamente da estrutura política da região, da existência de burguesias regionais dinâmicas e da construção de uma complexa rede institucional e organizacional, tanto de caráter forma como informal. Enfim, dependem da conformação e da mobilização de uma sociedade regional: a de ativação, de dimensões sociais, claramente descentrada em suas expressões concretas. (BOISIER, 1989, p. 599)

O acesso a informação complementar o tripé educação e participação na formação de opinião e processo de decisão, bem como será o meio para demonstrar os resultados e mostrar que a população fez parte da tomada de decisão (GOHN, 2002).

## 2.4 DEMOCRACIA DELIBERATIVA E OS CONSELHOS

A democracia mostra-se como uma ferramenta nova para as pessoas que vivenciaram o período da ditadura, e velha para os jovens que nasceram envolvidos na cápsula democrática, considerando a Constituição de 1988 como sendo o marco histórico. Há aproximadamente 28 anos no ordenamento jurídico brasileiro, a democracia veio substituir vários períodos de repressões estatais e fez eclodir inúmeras possibilidades de participação do povo.

Quando se fala sobre esta conquista, o primeiro, e quiçá único, momento de exercício democrático que vem a tona consiste no direito ao voto. O orçamento participativo, a iniciativa popular, a participação em conselhos, até mesmo o plebiscito e o referendo - quais são modalidades de consulta a população por meio do voto - mostram-se incipientes.

Para esta constatação basta observar a frequência com que estes mecanismos de participação são utilizados - com exceção dos conselhos, quais são órgãos permanentes e necessários para a deliberação de políticas públicas, mas que ainda penam pela busca do sucesso (BERCLAZ; MOURA, 2010).

Segundo Bobbio (1998, p. 319), a democracia pode ser analisada segundo três tradições, por ordem de tempo: a Teoria Clássica, a Medieval e a Moderna. Destaca-se um trecho do referido autor para provocação do leitor a aprofundar-se no tema caso desejar, mas desde agora tendo uma breve noção do mundo que tem a desbravar,

Na teoria contemporânea da Democracia confluem três grandes tradições do pensamento político: a) a teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de Governo, segundo a qual a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos; b) a teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de Governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia), onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república. (BOBBIO, 1998, p. 319)

A participação mostra-se como cerne do exercício da cidadania e do controle social das políticas públicas, tendo em vista que entender as necessidades e

anseios dos *stakeholders* faz-se primordial para a efetividade de qualquer política e para o processo de decisão, seja por parte do gestor público, seja pelos órgãos colegiados como os conselhos (PAIXÃO, 2014).

Entre os métodos de participação destaca-se a democracia participativa, qual permite que a população mais do que ser ouvida, faça escolhas e decida o que se mostra mais adequado ou não a sua realidade (PAIXÃO, 2014). Neste processo, deve-se lembrar por tanto que o poder de decisão pertence ao povo, e não consiste em uma mera concessão ou liberalidade, ou seja, consiste no titular legítimo da decisão.

Neste sentido, escutar a população, ou mais profundamente, fazer com que ela seja parte do processo decisório das políticas quais irão afetá-las mostra-se essencial a qualquer tema, seja educação, saúde, assistência social, moradia, transporte, etc. Consolidando este entendimento Sundermann (*et al*, 2016, p. 20) relata que,

Ao tratarem da organização de sociedades contemporâneas, Marques (2009b), Bohman (2009), Cohen (2009) e Johnson (2011) consideram a democracia deliberativa adequada à contemporaneidade. A deliberação é entendida como um processo oriundo de debates, conversações cívicas e discussões políticas. Podem acontecer em ambientes formais ou informais e resultam em contribuições para a criação de espaços públicos que atendam às demandas ou aos interesses dos cidadãos (Marques, 2009b).

As pessoas desejam de alguma forma repassar informações que elas consideram importantes, seja com o intuito de proteger sua família, amigos, seja com a pretensão de fazer o bem no sentido de aliviar sua consciência em demonstrar que não estão inertes a determinadas situações. Mobilizações como as vivenciadas desde junho de 2013 no Brasil<sup>16</sup> demonstram a vontade da população em assumir um papel ativo nas decisões políticas, aqui entendida no sentido de administração do espaço onde vivem. Reforçando a existência deste crescimento, Sundermann (*et al*, 2016, p. 22) comentam que,

Com a ampliação dos processos comunicacionais, podem-se observar a demanda e a reivindicação, cada vez maior, por participação social nas decisões dos governos e pela garantia de direitos. Essa participação e esse reconhecimento

---

<sup>16</sup> “Em meio as recentes e grandes mobilizações que aconteceram em vários países, como a “Primavera Árabe”, Occupy Wall Street”, o movimento “os indignados” na Espanha, as várias greves na Grécia, ocorrem também no Brasil em 2013 mobilizações de grandes proporções, que passaram a chamar atenção dos noticiários mundiais.

As manifestações de Junho não foram planejadas nem discutidas, muitos dos que saíram as ruas jamais imaginariam que poderiam participar de tal ato. Tais ações tiveram início após o anúncio do aumento de passagens do transporte coletivo em São Paulo. Que desencadeou manifestações promovidas pelo Movimento Passe Livre, o qual se faz presente em muitas cidades brasileiras e já convocou e organizou inúmeros atos, principalmente a partir de 2003, como a Revolta do Buzu em Salvador e a Revolta da Catraca em Florianópolis nos anos de 2004 e 2005, com a bandeira do transporte público gratuito e de qualidade.” (DANIEL; MARTINS, 2015, p. 107)

podem ter maior efetividade e resultados por meio de processos de deliberação democrática, que exigem elementos básicos para que aconteçam de forma efetiva, com reconhecimento de minorias e grupos menos privilegiados.

A característica deliberativa da democracia ganha força no Brasil após a Constituição Cidadã, e para Alves (2013, p. 102) pode-se destacar que teve entre seus objetivos a legitimidade das decisões coletivas, o reforço às características públicas dos assuntos públicos, o respeito à diversidade de valores na tomada de decisão e o que o autor chama “de um processo de autocorreção crítica”.

Zimmermann (2011, p. 09) lembra que este processo de participação-deliberação concretiza-se em meados dos anos 80 no Brasil, quando surgem instrumentos e espaços participativos,

No Brasil, a participação social ganhou maior respaldo a partir dos anos 80, com apoio de movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, ONGs e outras organizações da sociedade civil, bem como partidos políticos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT). Estas mobilizações fortaleceram a idéia da participação social, que obteve ganhos culturais e políticos significativos. O fato “da participação no exercício do poder” estar na Constituição de 1988 estimulou a implementação de diferentes experiências participativas, como os conselhos gestores e os orçamentos participativos.

Para Avritzer (2009, p. 09) este período brasileiro esta dividido em duas fases, “na primeira, que compreendeu os anos de 1990, os principais teóricos discutiram, tal como foi apontado acima, o conceito de ‘deliberação’. Já nos últimos dez anos, o foco dos principais artigos sobre a DD passou a ser a sua factibilidade empírica”.

Avritzer (2008, p. 44) reconhece que “o Brasil se transformou ao longo do século XX de um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda (KOWARICK, 1973; SINGER e BRANDT, 1980; AVRITZER, 2000), em um dos países com o maior número de práticas participativas”.

Mas foi no governo do Partido dos Trabalhadores - PT, especificamente a partir do primeiro mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, que a participação e a democracia deliberativa cresceram, pelo menos em quantidade como no caso das conferências. Em um texto sobre as Conferências Nacionais, Avritzer (2012, p. 05) relata,

No entanto, o grande impulso conferido às conferências nacionais ocorreu depois de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente. Nos últimos 20 anos, 80 delas foram realizadas: 21 na área da saúde; 20 relacionadas aos temas das minorias; 6 relativas ao meio ambiente; 22 a respeito da economia, do Estado e do desenvolvimento; 17 sobre educação, cultura e assistência social; e 11 sobre direitos humanos. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa nacional, realizada em julho de 2011, a partir de uma amostra de 2.200 respondentes. Seus resultados mostram que o padrão de participação inclusiva que surgiu ao nível local, no Brasil, está se expandindo para o nível nacional.

Este panorama pode ser observado no Quadro 01, onde se vislumbra que a partir de 2002, ano que iniciou o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o número de conferências aumentou, tanto por novos encontros quanto por antigos espaços que ressurgiram como se observa no quadro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,

**Quadro 01 – Conferências nacionais dos últimos 20 anos.**

| Grupos temáticos   | Subtemas  | Ano de realização                        | Total de Conferências |
|--|---|--|-----------------------|
| <b>Saúde (9)</b>   | Saúde   | 1990, 1996, 2000, 2003, 2008             | 21                    |
|  | Saúde bucal   | 1993, 2004                               |                       |
|  | Saúde do trabalhador                                | 1994, 2005                               |                       |
|  | Saúde indígena                                      | 1993, 2001, 2006                         |                       |
|  | Saúde mental  | 1990, 2001, 2010                         |                       |
|  | Saúde ambiental                                     | 2009                                     |                       |
|  | Ciência, tecnologia e inovação em saúde             | 1994, 2004                               |                       |
|  | Gestão do trabalho e da educação na saúde           | 1994, 2006                               |                       |
| <b>Minorias (9)</b>  | Medicamentos e assistência farmacêutica             | 2003                                     | 20                    |
|  | Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais | 2004, 2007                               |                       |
|  | Povos indígenas                                     | 1997, 1999, 2000, 2003, 2005, 2007, 2009 |                       |
|  | Juventude   | 2006                                     |                       |
|  | Promoção da igualdade racial                        | 2008                                     |                       |
|  | Comunidades brasileiras no exterior                 | 2005, 2009                               |                       |
| <b>Meio ambiente (2)</b>                                   | Direito da pessoa com deficiência                   | 2008, 2009                               | 6                     |
|  | Direito da pessoa idosa                             | 2006, 2009                               |                       |
| <b>Estado, economia e desenvolvimento (7)</b>              | Meio ambiente                                       | 2003, 2005, 2008                         | 22                    |
|  | Infantojuvenil pelo meio ambiente                   | 2003, 2005, 2008                         |                       |
|  | Economia solidária                                  | 2006, 2010                               |                       |
|  | Agricultura e pesca                                 | 2003, 2006, 2009                         |                       |
|  | Desenvolvimento rural sustentável e solidário       | 2008                                     |                       |
|  | Segurança alimentar e nutricional                   | 1994, 2004, 2007                         |                       |
|  | Cidades   | 2003, 2005, 2007, 2009                   |                       |
|  | Segurança pública                                   | 2009                                     |                       |
|  | Comunicação   | 2009                                     |                       |
|  | Arranjos produtivos locais                          | 2004, 2005, 2007, 2009                   |                       |
|  | Ciência, tecnologia e inovação                      | 2005, 2010                               |                       |
| <b>Educação, cultura, assistência social e esporte (6)</b> | Defesa civil e assistência humanitária              | 2009                                     | 17                    |
|  | Recursos humanos da administração pública federal   | 2008                                     |                       |
|  | Educação básica                                     | 2006, 2008                               |                       |
|  | Educação profissional e tecnológica                 | 2009                                     |                       |
|  | Aprendizagem profissional                           |  |                       |
|  | Educação escolar indígena                           | 2010                                     |                       |
|  | Educação  | 2005, 2010                               |                       |
|  | Cultura   | 2004, 2006, 2010                         |                       |
| <b>Direitos humanos (1)</b>                                | Esporte   | 1995, 1997, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009 | 11                    |
|  | Assistência social                                  | 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001       |                       |
| <b>Total</b>   |   |  | <b>80</b>             |

Fonte: Direito à participação em assuntos públicos, 2013, p. 42-43.



Nesta perspectiva de crescimento quantitativo, e não necessariamente qualitativo, está à opinião de Moroni e Ciconello (2005, p. 37),

Na verdade, ocorreu no governo Lula a multiplicação dos espaços de interlocução, sem que houvesse nenhuma política de fortalecimento do sistema descentralizado e participativo e muito menos de ampliação dos processos democráticos. A participação ficou reduzida à estratégia de governabilidade e ao faz-de-conta, sem ter-se configurado como elemento essencial nas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Em entrevista a Revista Carta Capital em 2014, a cientista social Ana Claudia Teixeira quando perguntada se os canais institucionais de participação atualmente são mais consultivos do que deliberativos traz em sua resposta o que levou a derrocada qualitativa do projeto deliberativo por parte do Partido dos Trabalhadores,

**CC:** Não há como não lembrar Belo Monte e dos atritos entre o governo e construtoras com as comunidades locais. Hoje, esses canais institucionais para a participação das comunidades são muito mais consultivos do que deliberativos?

**ACT:** Sim. O ideário de participação no Brasil foi mudando ao longo das décadas. De um ideário mais emancipatório, nos anos 70 e 80, para uma perspectiva mais de escuta, de diálogo, de consulta. Não que a perspectiva emancipatória não esteja presente ainda, mas ela é minoritária. O que melhor explica essa mudança é o fato de o PT ter ganhado a eleição, mas não o poder. De um lado, o PT teve que governar com sua base aliada de sustentação no Congresso. De outro, teve a preocupação de governar, de dialogar com diversos grupos sociais. Por isso, houve uma multiplicação dos canais de participação no governo Lula, boa parte apenas consultivos. (TEIXEIRA, 2014, s. p.)

Por mais boa vontade que tivesse o governo a época, infelizmente pelos motivos apresentados não conseguiu sustentar seu projeto, mas não se pode deixar de reconhecer o avanço quantitativo.

Para começar a entender a democracia deliberativa, Avritzer (2000, p. 25) destaca que existe uma divisão entre os autores sobre o significado do termo deliberação, e demonstra que etimologicamente esta divisão também se faz presente. Resgatando alguns autores clássicos ele explica que,

A teoria democrática, de Rousseau até os nossos dias, tem tido uma relação histórica circular com o conceito de deliberação (Manin, 1987). Alguns autores têm utilizado o termo com o significado de um processo no qual um ou mais agentes avaliam as razões envolvidas em determinada questão (Habermas, 1994; Cohen, 1989); outros autores utilizam o termo tendo em vista o momento no qual o processo de tomada de decisão ocorre (Rousseau, 1968; Schumpeter, 1942; Rawls, 1971). Na verdade, Bernard Manin não chega a apontar para o fato de que o termo deliberação, na sua origem etimológica, permite os dois significados: deliberar pode tanto significar “ponderar, refletir” quanto “decidir, resolver.” (Hollanda, 1975). (AVRITZER, 2000, p. 25)

Independentemente de qual posição adotada, - a primeira tem dado lugar a segunda, Avritzer (2000) - para que o processo deliberativo aconteça mostra-se

primordial o entendimento por parte do gestor público pela importância da participação, principalmente pelos ganhos que ela pode gerar ao tema em discussão devido à multiplicidade de olhares. Ainda mais importante tem-se a compreensão de que não estará perdendo seu poder na administração pública - que na verdade nunca o pertenceu, pois pertence ao povo.

Este último destaque reflete, em alguns casos, a dificuldade em perpetuar a participação social e o processo deliberativo. Barreiras são impostas, dificuldades são implantadas ou burocracias são criadas para evitar a eficiência da participação. Tem-se como exemplo de busca pela concretização da cidadania e da democracia a garantia de acesso a informação no Brasil, qual foi disciplinado pela Lei 12.527/2011<sup>17</sup>.

Este contexto faz com que se apresente certa confusão entre os termos participação e deliberação, quase os retratando como similares, mas como explica Avritzer (2000, p. 43),

A primeira dessas características é que todos esses casos implicam a cessão de um espaço decisório por parte do Estado em favor de uma forma ampliada e pública de participação. Apesar de participação e deliberação não serem sinônimos, parece interessante o fato de todos os arranjos deliberativos se constituírem em formas ampliadas de participação.

Na tentativa de definir a democracia deliberativa, Joshua Cohen foi um dos primeiros nomes a aparecer. Os argumentos públicos e a igualdade entre os cidadãos aparecem na concepção de Cohen (1989, p. 21, *apud* FARIA, 2000, p. 50),

J. Cohen, por intermédio do “procedimento ideal de deliberação e de tomada de decisão”, elabora sua concepção de democracia deliberativa e oferece os postulados básicos que a caracteriza. Segundo Cohen, “a democracia deliberativa está ligada ao ideal intuitivo de uma associação democrática, na qual a justificação dos termos e condições da associação procedem através dos argumentos públicos e do raciocínio entre cidadãos iguais. Cidadãos que compartilham um compromisso para a solução dos problemas da escolha coletiva através do raciocínio público e consideram suas instituições fundamentais como legítimas, na medida em que eles estabelecem a moldura para a deliberação pública livre”.

Faria (2000, p. 52) também explica a concepção que Habermas, um dos grandes expoentes no tema, possui sobre a deliberação retrata seu pensamento como uma relação centro-periferia, saindo à opinião pública por meio das ruas da comunicação chegando ao sistema político transformando-se em deliberação,

---

<sup>17</sup> “6. A garantia do direito de acesso a informações públicas como regra geral é um dos grandes mecanismos da consolidação dos regimes democráticos. O acesso a informação pública, além de indispensável ao exercício da cidadania, constitui um dos mais fortes instrumentos de combate à corrupção. O anteprojeto em questão figura, portanto, como mais uma medida adotada pelo Governo Federal como o objetivo de promover a ética e ampliar a transparência no setor público.” (BRASIL, 2009, s. p.)

O que Habermas oferece, portanto, é um modelo discursivo de democracia que não está centrado apenas no sistema político-administrativo encarregado de tomar as decisões vinculantes nem exclusivamente na sociedade. A democracia deve ser analisada a partir da relação entre esses dois pólos: as decisões tomadas no nível do sistema político devem ser fundamentadas e justificadas no âmbito da sociedade, através de uma esfera pública vitalizada. O sistema político deve estar ligado às redes periféricas da esfera pública política por meio de um fluxo de comunicação que parte de redes informais dessa esfera pública, se institucionaliza por meio dos corpos parlamentares e atinge o sistema político influenciando nas decisões tomadas. “O fluxo de comunicação entre a formação da opinião pública, as eleições institucionalizadas e as decisões legislativas é pensado para garantir que influências, geradas pela publicidade e pelo poder produzido comunicativamente, sejam transformadas, através da legislação, em poder administrativamente utilizável”.

Já Gohn (2002, p. 19) utiliza da palavra diálogo para descrever o processo de interação necessário à deliberação, além de reforçar em sua fala o assunto aqui já abordado sobre a necessidade dos gestores públicos entenderem a democracia, participação, como aliada e realinharem suas governanças para que a população consiga deliberar,

A democracia deliberativa é um sistema que mistura a democracia direta com a democracia representativa; ela diz respeito aos mecanismos de representação política nos quais havia o envolvimento dos indivíduos, como cidadãos políticos ativos, construtores de consensos, via processos de diálogos interativos realizados no decorrer dos processos de participação na geração e elaboração de políticas públicas. Esse modelo de democracia exige a redefinição institucional de algumas instituições governamentais, principalmente em nível local, em instituições de participação deliberativas.

Para Gutmann e Thompson (2004, p. 19) a principal característica da deliberação consiste na necessidade da justificação das escolhas feitas pelos cidadãos e por seus representantes, o que eles chamam de *reason-giving*, pautados na liberdade e no intuito de cooperação, assim “espera-se que ambos justifiquem as leis que eles imporiam um ao outro. Na democracia, os líderes deveriam justificar suas decisões, e responder às razões que os cidadãos dessem em retorno”.

Já Marques (*apud* SUNDERMANN *et al*, 2016, p. 23), “acentua ainda a importância da capacidade de diálogo entre os cidadãos, incorporando de forma positiva as suas diferenças com vistas a clarear um problema e/ou sua solução”.

Por fim, a definição apresentada por Bohman (2009, p. 36, *apud* SUNDERMANN *et al*, 2016, p. 23), explica de maneira simples e com precisão cirúrgica o conceito de democracia deliberativa, lembrando que “embora diferentes definições de deliberação pública possam ser apresentadas, destaca-se seu ‘processo dialógico de troca de razões com o propósito de solucionar situações problemáticas”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que tem como cerne o Estado Democrático de Direito garantiu o pontapé para um maior desafio que seguiria: a concretização destes direitos. Na visão do Instituto Polis e INESC (2011), em pesquisa realizada com intuito de entender a “Governança Democrática no Brasil Contemporâneo”,

A Constituição de 1988 significou o marco legal que introduziu uma série de princípios e diretrizes que possibilitam a criação de espaços de participação ampliada (como os conselhos gestores), de protagonismo da sociedade civil na formulação e gestão de políticas públicas. Em seu primeiro artigo a Constituição definiu: “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Expressou no âmbito do direito, da lei, a retomada de muitos direitos civis e políticos, e a conquista de direitos de terceira geração, os direitos sociais. O contexto posterior seria marcado pelas possibilidades e disputas frente à realização prática dos direitos conquistados. Transformar a letra em realidade cotidiana dos cidadãos.

Assim, a Constituição Cidadã garantiu em diversos artigos a presença da população na tomada de decisões, o que surtiu reflexo em algumas leis posteriores, como se pode observar no Quadro 02, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,

**Quadro 02** – Resumo das normas e legislações.

|   |   |                     |                     |
|---|---|---------------------|---------------------|
| Artigos XX e XXI                          | Artigo 1º, II e parágrafo único<br>Artigo 5º, XXXIV, LXIX, LXX e LXXIII<br>Artigo 10<br>Artigos 14 a 17<br>Artigo 31, parágrafo 3º<br>Artigo 37, parágrafo 3º<br>Artigo 74, parágrafo 2º<br>Artigo 187<br>Artigo 194, parágrafo único, VII<br>Artigo 198, III<br>Artigo 204, II<br>Artigo 206, VI<br>Artigo 227 | Artigo 39           | Artigo 9º           |
| <b>DUDH</b>                               | <b>Constituição Federal</b>   | <b>Lei nº 8.666</b> | <b>Lei nº 9.784</b> |
| <b>1948</b>                               | <b>1988</b>   | <b>1993</b>         | <b>1999</b>         |
| <b>Normas e legislação internacionais</b> | <b>Normas e legislação brasileiras</b>  |                     |                     |

Fonte: Direito à participação em assuntos públicos, 2013, p. 54.

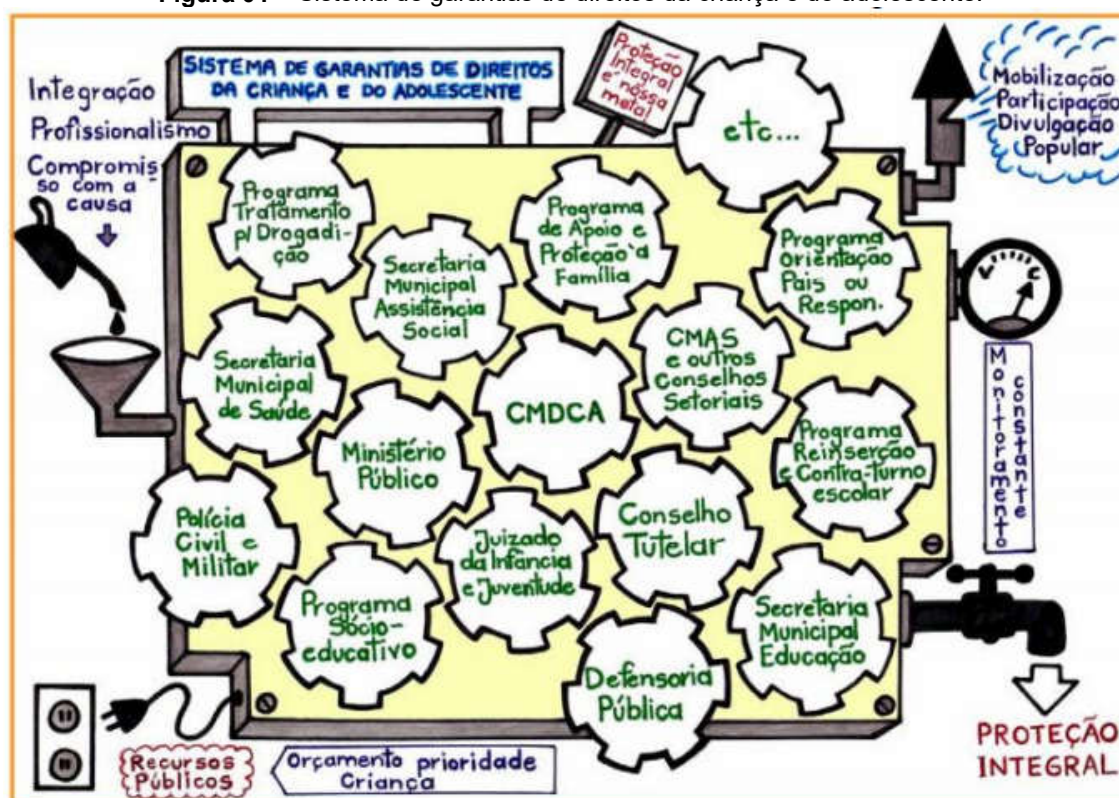
Como forma direta de participação popular e de controle social, como também de aplicabilidade da democracia deliberativa, existem os conselhos, órgãos criados por Lei, permanentes e geralmente paritários que buscam efetivar e garantir direitos de determinadas vertentes, tais como: criança e adolescente, juventude, idoso,

mulher, pessoa com deficiência, assistência social, saúde, educação, desenvolvimento, entre outras. Nas palavras de Alves (2013, p. 231),

Atualmente, a principal técnica de interação entre o governo e a sociedade civil, na gestão de políticas públicas ou programas, são os chamados Conselhos de Políticas Públicas, que podem ser definidos como “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”.

A importância dos conselhos dentro da política pública denota-se tão relevante que aos ilustrar em uma imagem o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, o procurador de justiça Murillo José Digiácomo colocou no centro da “máquina” o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e ainda ao seu lado o Conselho Municipal de Assistência Social e outros conselhos setoriais, como pode ser visto na Figura 01 da cartilha “Município que respeita a criança” (2009).

Figura 01 – Sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente.



Fonte: Município que respeita a criança: manual de apoio aos gestores municipais, 2009, p. 20.

Mas para que estas engrenagens funcionem bem, o “óleo de máquina” será composto por três ingredientes, em outras palavras, Avritzer (2008, s. p.) lembra que

se mostra necessário o cumprimento de alguns aspectos aos quais chama de desenhos institucionais, “é importante perceber que estes desenhos variam em pelo menos três aspectos: na maneira como a participação se organiza; na maneira como o Estado se relaciona com a participação e na maneira como a legislação exige do governo a implementação ou não da participação”.

Quando estes aspectos por si só não conseguem que as deliberações dos conselhos sejam cumpridas, estes órgãos colegiados tem se amparado no Ministério Público para socorrerem-se ao sistema judiciário em busca de efetivar o poder do povo como garantem as leis e a Constituição.

Tem-se a exemplo o Recurso Especial nº 493.811 que foi julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo como relatora a Ministra Eliana Calmon, como recorrente o Ministério Público do Estado de São Paulo e como recorrido o município de Santos. Tal julgado reconheceu que a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vincula o poder executivo municipal, ou seja, obriga-o a cumprir a decisão deliberada pelo Conselho,

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO: NOVA VISÃO.

1. Na atualidade, o império da lei e o seu controle, a cargo do Judiciário, autoriza que se examinem, inclusive, as razões de conveniência e oportunidade do administrador.
2. Legitimidade do Ministério Público para exigir do Município a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
3. Tutela específica para que seja incluída verba no próximo orçamento, a fim de atender a propostas políticas certas e determinadas.
4. Recurso especial provido. (STJ, RESP Nº 493.811)

Outro caso que igualmente o conselho teve de contar com o apoio jurídico do Ministério Público para o cumprimento de sua deliberação aconteceu com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu. O colegiado - que se deve lembrar possui representantes do chefe do executivo municipal em igualdade aos representantes da sociedade civil - estabeleceu um valor *per capita* de repasse às organizações que atuavam com o serviço de acolhimento infanto-juvenil, porém o gestor do município não estava respeitando o estabelecido, o que vinha comprometendo a execução dos trabalhos que as instituições ofertavam dada a insuficiência da cidade em atender a demanda, conforme informou a própria assessoria de imprensa do órgão ministerial em 2015,

O Juízo da Vara da Infância e da Juventude de Foz do Iguaçu, no Oeste paranaense, determinou liminarmente o bloqueio das verbas do Município, no montante de pouco mais de R\$ 2 milhões, para garantir o pagamento de despesas com acolhimento de crianças e adolescentes que atualmente vivem em casas-lares de três instituições da cidade que mantêm convênio com a prefeitura.

A decisão decorre de pedido feito pela 15ª Promotoria de Justiça de Foz, em ação civil pública contra o Município por conta da omissão da prefeitura em assegurar o acolhimento de crianças e adolescentes. Para evitar o bloqueio dos valores, o prefeito deve indicar, em 48 horas após notificado da decisão, locais destinados a atender todas as crianças e adolescentes atualmente acolhidos pelas entidades conveniadas, bem como apresentar um plano de trabalho que indique como o Município assegurará o efetivo respeito aos direitos das crianças e adolescentes sob risco de ficarem desabrigadas no próximo ano.

As entidades conveniadas acolhem atualmente 69 crianças e adolescentes. **Entretanto, tais instituições vêm recebendo repasses de valores muito menores do que os estabelecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, o que motivou uma comunicação dessas entidades à prefeitura de que não poderiam mais manter o atendimento a partir de 1º de janeiro de 2016, já que as verbas por elas recebidas são insuficientes para o funcionamento das casas-lares. (grifei) (PARANÁ, 2015, s. p.)

Diante a inércia e desinteresse dos gestores, os conselhos devem ser protagonistas de suas próprias histórias, e se livrarem da “Síndrome de Peter Pan”<sup>18</sup> (BERCLAZ; MOURA, 2010). A pró-atividade será uma característica essencial para a subsistência da democracia deliberativa nestes espaços.

Para romper este movimento faz-se necessária a ruptura de paradigmas, entender e aceitar as novas formas de participação, principalmente cibernéticas, como retrata o excerto de Christensen (2011, s. p.), retirado do jornal na internet da Universidade de Illinois em Chicago,

Opondo-se a isso, tem-se argumentado que o que está acontecendo não é um declínio uniforme na participação, mas uma diversificação de como os cidadãos tomam parte em questões políticas (Dalton, 2006). Reconhece-se que as formas tradicionais de participação - sintetizadas pelo voto - não são a única maneira de os cidadãos se engajarem em questões políticas. Em vez disso, uma variedade de formas criativas de participação apareceu transgredindo a distinção tradicional entre a vida privada e a vida pública (Micheletti e McFarland, 2011). (tradução livre)<sup>19</sup>

A descentralização política e a municipalidade se mostram como caminho para o desenvolvimento local. Autonomia para tomada de decisões baseadas no

<sup>18</sup> “‘Todas as crianças crescem... menos uma.’ Assim se inicia a história de Peter Pan, um menino para quem a vida seria uma eterna diversão sem deveres, o qual aparentava extrema confiança, mas, no fundo, guardava muitas inseguranças: medo de crescer, medo de assumir responsabilidades, medo de seguir adiante. Essa parece ser a sina dos conselhos sociais brasileiros, eternas crianças à espera de uma Wendy que possa chamá-los à realidade.”

<sup>19</sup> “Opposed to this, it has been argued that what is happening is not a uniform decline in participation, but a diversification of how citizens take part in political matters (Dalton, 2006). It is acknowledged that the traditional forms of participation — epitomized by voting — are not the only way citizens engage in political matters. Instead, an array of creative forms of participation has appeared transgressing the traditional distinction between private and public life (Micheletti and McFarland, 2011).”

reconhecimento das necessidades municipais podem ser as chaves do sucesso dos conselhos. Veiga (2005, p. 22) destaca o sentimento da população frente à centralidade das discussões a nível nacional, o que vem a se aliar ao apresentado,

As populações locais acumulam um sentimento de constrangimento, em relação a um conjunto de regras e normas externas que condicionam as suas pequenas acções (*sic*), e de desconfiança perante a capacidade do estado (nacional) para proteger as reservas naturais locais das grandes acções (*sic*) poderosas externas. É certamente por esta razão que os conflitos sociais poderão eventualmente surgir, como se verifica em outras localidades do país, tanto como resposta à delimitação de uma reserva ou parque natural, localização de uma estação de tratamento de lixos ou resíduos, como ao traçado de uma auto-estrada, à construção de uma grande barragem, á localização de uma grande exploração agrícola ou industrial poluidora, ou a um projecto (*sic*) imobiliário de grande escala.

Aparenta ser necessário que a dinâmica deliberativa acompanhe não somente as mudanças das necessidades do povo, mas também siga como este se comunica, tanto no papel de receptor de informação quanto no papel de emissor – utilização de transmissões ao vivo, documentos em nuvens, plataformas digitais, entre outros. Assim como a política pública, a democracia deliberativa deve ser acompanhada e avaliada continuamente.



### 3 FOZ DO IGUAÇU E O CODEFOZ

Neste capítulo busca-se traçar um panorama histórico e regional do município de Foz do Iguaçu e da região Oeste do Paraná, bem como retratar os seus ciclos econômicos, até chegar aos dados atuais. Nesta linha do tempo, o marco final será a criação e desenvolvimento do CODEFOZ, passando pela sua criação inspirada no CODEM e com a equipe da ACIFI até a recente criação do Programa Fronteiras Cooperativas, que muito tem relação com o mestrado e que também pode ser tema específico de novas pesquisas.

#### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO E REGIONAL

Pelo Tratado de Tordesilhas de 1494 que dividiu o “Novo Mundo” entre espanhóis e portugueses, todo o Estado do Paraná permaneceu sobre o controle da Espanha, que com suas missões jesuíticas começou a ampliar a presença no Oeste paranaense a partir de 1610 e a catequizar os indígenas, quais se submetiam a religião para não se submeterem a chibata (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014).

A escassez de mão de obra escrava e indígena do lado oriental do Brasil, sob domínio português, levou os lusitanos a atravessarem a fronteira do Tratado de Tordesilhas chegando à região Oeste, pois “os interesses comerciais e políticos falavam bem mais alto do que a obediência de meras formalidades diplomáticas expostas num tratado que tinha tudo para ser descumprindo” (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014, p. 08).

Sob o comando do bandeirante Antonio Raposo Tavares, os portugueses conseguiram acabar com as reduções jesuíticas espanholas da Província de Guairá<sup>20</sup>, consequentemente surgiu à necessidade de um novo acordo, o Tratado de Madri de 1750, quando “o Oeste paranaense é ratificado como português, sendo o rio Paraná a fronteira natural com as possessões espanholas” (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014, p. 09).

Com a fuga do resquício da mão de obra que se encontrava no Oeste do Paraná após as invasões, a região ficou vazia, sem gerar interesses aos portugueses. Foi apenas no século XIX, com a erva-mate e com a madeira que o território volta a ser cobijado (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014),

---

<sup>20</sup> Segundo A Gazeta do Iguaçu (2014), a Província de Guará ou Guairá refere-se às proximidades da porção setentrional do Rio Paraná, tendo a Ciudad Real como sua sede. O nome originou de um cacique influente na região.

A extração e o comércio da erva-mate e da madeira são considerados a primeira atividade econômica relevante do território onde hoje é Foz do Iguaçu. O cultivo da erva-mate representou importante fonte de subsistência em todo o Paraná, principalmente entre 1820 e 1930. (PARO, 2016, p. 92)

Este ciclo que se iniciara constituiu a primeira relação comercial efetuada extramuros da legalidade, tendo sido descoberta por uma expedição militar em 1889, comandada por Belarmino Augusto de Mendonça, qual desejava ocupar a região considerada estratégica pelo Ministério de Guerra partindo de Guarapuava até a área fronteira em uma expedição que durou sete meses e vinte dias (PARO, 2016).

Conforme Paro (2016), diante a situação de abandono da região fronteira e com o extrativismo consumindo irracionalmente a madeira brasileira num raio de 30 km a leste, e de 120 km no mesmo sentido e a 180 km a norte no caso da erva-mate pelos estrangeiros por meio das obrages, militares pressionaram o Ministério de Guerra a solucionar a situação, o que levou a fundação da Colônia Militar 20 vinte de outubro de 1892,

As obrages começaram a ser instaladas no Brasil por argentinos a partir de 1881. Naquela época, o Oeste paranaense mais parecia terra de ninguém devido à fragilidade da fiscalização e do policiamento, fato que facilitava o poderio de empresários estrangeiros. Ao mesmo tempo, havia demanda no mercado argentino por erva-mate nativa, já escassa no país, conforme Wachowicz. Por mais de 50 anos, essas empresas devastaram florestas e exploraram as riquezas vegetais da Região Oeste do Paraná e sul-mato-grossense. Para isso, usavam quase que na totalidade mão de obra paraguaia, aproveitando-se da decadência do país em razão da Guerra da Tríplice Aliança. (PARO, 2016, p. 93)

O fim das obrages estrangeiras começa próximo ao ano de 1930, quando se inicia a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, que incentivou a ocupação da região fronteira por companhias brasileiras dando início a diversidade cultural regional pelos colonos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (PARO, 2016), e com a passagem da Coluna Prestes que afugentou os obrageros da região a se protegerem nos países vizinhos (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014). Em 1960 e 1970 começam a chegar à região descendentes de imigrantes da Itália, da Alemanha e da Polônia, assim a população começou a aumentar, partindo de 7.465 habitantes em 1940, para 135.697 na década de 60, e em 1970 alcançou a marca de 768.271 (PARO, 2016).

Atualmente, a mesorregião Oeste paranaense compõe-se por 1.245.391 habitantes - 12,11% da população estadual - em 50 municípios divididos em três microrregiões: a microrregião de Cascavel com 18 municípios e que tem a predominância da produção de soja, trigo e milho; a microrregião de Foz do Iguaçu com 11 cidades e



Para Piacenti (2016, p. 40), “essa região tem sido capaz de contrabalancear as tendências de concentração econômica e populacional do Paraná em torno da capital, Curitiba, e isso contribui para um maior equilíbrio regional do Estado”, conforme pode ser observado no Quadro 03.

**Quadro 03** – Indicadores selecionados para as mesorregiões geográficas paranaenses - 2010.

| <b>Mesorregião</b>          | <b>Número de Municípios</b> | <b>População Total</b> | <b>Taxa de Cresc. Pop. Total 2010 (% a.a)</b> | <b>Grau de Urbanização (%)</b> | <b>Participação no Valor Adicionado Fiscal do Estado (%)</b> |
|-----------------------------|-----------------------------|------------------------|---|--------------------------------|--|
| Centro Ocidental Paranaense | 25                          | 334.125                | -0,37   | 80,26                          | 2,65   |
| Centro Oriental Paranaense  | 14                          | 689.279                | 1,01  | 84,7                           | 7,04   |
| Centro-Sul Paranaense       | 29                          | 453.821                | 0,12  | 65,74                          | 2,81   |
| Metropolitana de Curitiba   | 37                          | 3.493.742              | 1,36  | 91,57                          | 44,73  |
| Noroeste Paranaense         | 61                          | 678.319                | 0,57  | 83,4                           | 4,89   |
| Norte Central Paranaense    | 79                          | 2.037.183              | 1,08  | 91,63                          | 14,98  |
| Norte Pioneiro Paranaense   | 46                          | 546.224                | -0,04   | 80                             | 3,15   |
| Norte Pioneiro Paranaense   | 40                          | 546.224                | -0,04   | 80                             | 3,15   |
| Oeste Paranaense            | 50                          | 1.219.558              | 0,69  | 85,61                          | 11,96  |
| Sudeste Paranaense          | 21                          | 495.148                | 0,71  | 61,36                          | 3,22   |
| Sudoeste Paranaense         | 37                          | 497.127                | 0,53  | 69,58                          | 4,56   |
| Estado do Paraná            | 399                         | 10.444.526             | 0,89  | 85,33                          | 100  |

Fonte: Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses, 2016, p. 29-30.

Com a formação do lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu em 1982 a mesorregião sofrera um grande impacto, pois teve mais de mil km<sup>2</sup> de área alagada, o que deu nova forma ao Oeste do Paraná ao mesmo tempo em que adveio a modernização da agricultura provocando um êxodo rural (PARO, 2016).



Mas não foi apenas o alagamento em si, com a inutilização da área para atividades agroindustriais, a exemplo, que causou problema a região. Explica PARO (2016) que o arrocho da fiscalização aduaneira aos contrabandistas fez com que estes subissem o lago, fazendo dele um canal de transporte de produtos contrabandeados, levando junto o tráfico de drogas, armas e munições aos dezesseis municípios lindeiros ao lago de Itaipu,

De olho nas quadrilhas, a Polícia Federal mapeou, em 2010, um total de 3 mil brechas, clareiras ou portos clandestinos, a cada 500 metros, abertos pelo crime organizado ao longo dos 1.350 quilômetros de margem do Lago de Itaipu, entre Foz do Iguaçu e Guaíra. (PARO, 2016, p. 38)

Além, também não foram apenas coisas ruins que a hidroelétrica trouxe ao Oeste, dois exemplos de seus legados à mesorregião, ao país e ao mundo, conforme A Gazeta do Iguaçu (2016) consistem na contribuição ao setor elétrico com a produção de 43.053.000 MWh capaz de abastecer o Brasil inteiro por 30 dias e o Programa Cultivando Água Boa,

O programa socioambiental Cultivando Água Boa (CAB) conquistou o reconhecimento da ONU como a melhor gestão de recursos hídricos do mundo. O prêmio foi entregue dia 30 de março em solenidade na sede da ONU, em Nova York. O programa foi criado em 2003, e, hoje, ele é desenvolvido nos 30 município da Bacia do Paraná 3, no Oeste do Paraná, onde vivem mais de um milhão de pessoas. (A GAZETA DO IGUAÇU, 2016, p. 34)

Com 11 dos 23 municípios com os melhores IDH-M<sup>22</sup> do Paraná, a mesorregião Oeste também possui muitas cidades com os piores índices do Estado demonstrando seu perfil multifacetado, mas com uma das faces da região de frente à ciência, tecnologia e inovação, e contando também com a expansão universitária já consolidada, Piacenti (2016) acredita que este cenário poderá ser alterado a partir de intervenções articuladas com o governo.

Em relação as suas diversas facetas setoriais, o Boletim do Programa Oeste em Desenvolvimento (2016) identificou os setores que cresceram mais que a média entre os anos 2005 e 2015, considerando o percentual de 59,4%, sendo:

- indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas, com 146,6% e 3.982 novos empregos em dez anos;
- indústria mecânica com 137,5% e 2.371 novos empregos;
- indústria do material elétrico e de comunicações com 132,4% e 327 novos empregos;
- construção civil com 115% e 8.481 novos empregos;

<sup>22</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

- indústria do material de transporte com 105,8% e 1.093 novos empregos;
- extração de minerais com 102,1% e 287 novos empregos;
- indústria de produtos minerais não metálicos com 89,4% e 1.610 novos empregos;
- indústria da borracha, do fumo, de couros, peles e produtos similares com 87,7% e 735 novos empregos;
- indústria metalúrgica com 72,5% e 1.562 novos empregos;
- indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico com 64,1% e 18.181 novos empregos;
- setor de serviços com 59,8% e 56.274 novos empregos. (BOLETIM OESTE EM DESENVOLVIMENTO, 2016, p. 69-70)

Inversamente, foram diagnosticados entre os que menos cresceram:

- setor do comércio com 59,1% e 32.693 novos empregos;
- indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos com 27,8% e 1.767 novos empregos;
- serviços industriais de utilidade pública com 25,2% e 512 novos empregos;
- setor primário com 18,8% e 2.182 novos empregos;
- indústria de calçados com 14,7% e 64 novos empregos;
- indústria da madeira e do mobiliário com 12,5% e 652 novos empregos;
- indústria do papel, papelão, editorial e gráfica com 0,5% e 10 novos empregos. (BOLETIM OESTE EM DESENVOLVIMENTO, 2016, p. 70)

Mostra-se impossível falar da mesorregião Oeste sem citar a Tríplice Fronteira que está indissociável socioeconomicamente, formando uma região metropolitana a partir do conglomerado Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este somadas a nove cidades dos três países, quais compõem uma conurbação de aproximadamente 800 mil habitantes, segundo Paro (2016).

### 3.1.1 Ciclos Econômicos

Dos primeiros relatos que se tem notícia sobre Foz do Iguaçu, do espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca sobre as Cataratas em 1542 (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014), até a década de 50, o município era apenas mais um do grande Extremo-Oeste Paranaense, sem infra-estrutura logística para chegar à capital do Estado (PARO, 2016).

Enquanto a região Oeste foi ratificada como território brasileiro em 1750, Foz do Iguaçu ganhou este status em 1872 com o Tratado de Limites<sup>23</sup>, após a Guerra da

<sup>23</sup> Com o Decreto Imperial nº 4.911 de 27 de março de 1872, a Princesa Imperial Regente do Brasil, Izabel, promulgou o tratado de limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai: "Art. 1º Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, e a Republica do Paraguay, estando de accôrdo em assignalar seus respectivos limites, convieram em declarar-os, definil-os, e reconhecel-os do modo seguinte: O territorio do Imperio do Brasil divide-se com o da Republica do Paraguay pelo alveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguassú até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná. Do Salto Grande das Sete Quedas continúa a linha

Tríplice Aliança que se encerrou em 1870 dizimando boa parte dos paraguaios, e somente em 1912 que a Colônia Militar transformou-se no distrito Vila Iguassu, ainda pertencente ao município de Guarapuava, foi em março de 1914 que surgiu o município com mesmo nome, e em 10 de junho deste mesmo ano, surgiu à cidade de Vila Iguassu com o seu primeiro prefeito, o coronel Jorge Schimmelpfeng, que apenas em 1918 passou a se chamar Foz do Iguaçu (PARO, 2016) (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014).

Conforme o jornal A Gazeta do Iguaçu (2016, p. 32) “desde a sua criação Foz do Iguaçu teve quatro ciclos econômicos importantes: o ciclo da extração da madeira e cultivo de erva-mate, o ciclo da hidrelétrica de Itaipu, o ciclo de exportação e turismo de compras e, por fim, o ciclo do comércio, turismo e eventos”, identificados no Quadro 05.

**Quadro 05** – Ciclos econômicos de Foz do Iguaçu.

| <b>Período</b> | <b>Ciclo econômico</b>                             | <b>Acréscimo de habitantes</b> |
|----------------|--|--------------------------------|
| 1870           | Extr. da madeira e cultivo da erva mate            | 34.000                         |
| 1970           |  |                                |
| 1970           | Construção de Itaipu                               | 102.000                        |
| 1980           |  |                                |
| 1980           | Exportação e turismo de compras                    | 74.000                         |
| 1995           |  |                                |
| 1995           | Abertura de mercados, turismo de compras e eventos | 84.000                         |
| 2005           |  |                                |

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável, 2016, p. 08.

O primeiro ciclo econômico de Foz do Iguaçu, que durou aproximadamente 100 anos, correspondeu ao cultivo da erva-mate e da madeira, que da mesma forma do restante da região Oeste operou sobre o regime de obrages, inicialmente explorado pelos argentinos em regime de semi-escravidão sobre os paraguaios, e depois pelos brasileiros (A GAZETA DO IGUAÇU, 2016),

Durante essa época, as plantações estendiam-se por todo o oeste do Paraná até a região de Guarapuava. Durante esse ciclo, instalou-se no local a Colônia Militar Iguaçu e, por conta disso, houve uma maior fixação de brasileiros na região, possibilitando o desenvolvimento de um pequeno comércio e das pequenas propriedades rurais. (A GAZETA DO IGUAÇU, 2016, p. 32)

---

divisoria pelo mais alto da Serra de Maracajú até onde ella finda. Dahi segue em linha recta, ou que mais se lhe approxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambahy. Prosegue pelo mais alto desta Serra até á nascente principal do rio Apa, e baixa pelo alveo deste até sua foz na margem oriental do rio Paraguay. Todas as vertentes que correm para norte e leste pertencem ao Brasil e as que correm para sul e oeste pertencem ao Paraguay. A ilha do Fecho dos Morros é do dominio do Brasil". (**texto original**) (BRASIL, 1872).



A erva-mate se estabeleceu como o cerne econômico do município e da região Oeste abastecendo o mercado platino, mas quase ao final deste ciclo, em 1960, outro produto também ganhou destaque na fronteira, o café brasileiro contrabandeado para o lado paraguaio, “tamanho o contrabando deu ao país vizinho o título de maior exportador de café da América do Sul, sem nem sequer plantar um só grão do produto” (PARO, 2016, p. 106).

Neste primeiro ciclo Foz do Iguaçu teve como fonte de energia a Usina São João, que funcionou de 1942 a 1957 com 02 geradores capazes de produzirem 336 KW para abastecer 2 mil residências, conforme o jornal A Gazeta do Iguaçu (2014). A usina acabou inundada em 1983, a um ano do início dos trabalhos pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, que, conforme Paro (2016) pode produzir 14 mil MW com seus 20 geradores.

Dentro deste período, especificamente entre 1943 a 1946, Foz do Iguaçu viu-se dentro do Território Federal do Iguaçu, que abrangia as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, e Oeste de Santa Catarina, tendo como primeira capital a cidade iguaçuense e tinha como objetivo proteger a fronteira do Brasil, que acabou deixando frutos positivos diante da atenção especial que teve pelo governo federal – a ideia separatista ainda permeia até os dias atuais visando à criação do Estado do Iguaçu (PARO, 2016).

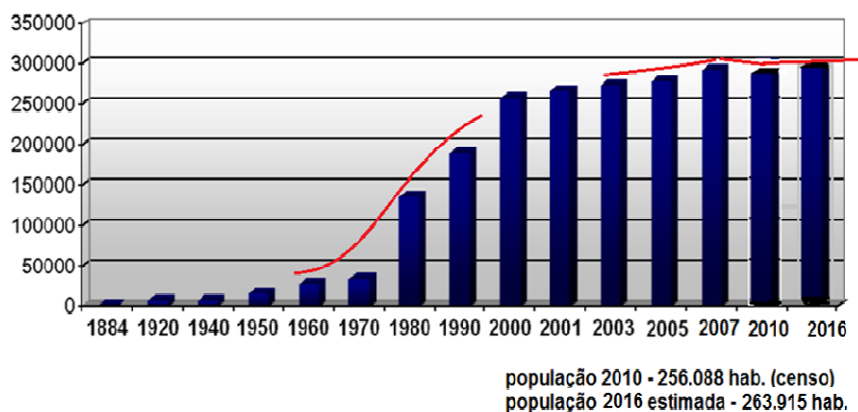
A construção de Itaipu deu início ao segundo ciclo econômico impactando a cidade e a região de inúmeras formas: 1.350 km<sup>2</sup> do Brasil e do Paraguai ficaram submersos para criação do reservatório, perdeu-se a possibilidade de produção agrícola num montante de 200 mil toneladas, 60 mil brasileiros e paraguaios foram desapropriados e houve um crescimento populacional de 385% oriundos da migração para formação de mão de obra para construção da hidroelétrica e que não deixaram a cidade devido a retração das grandes obras no país a época (PARO, 2016) (A GAZETA DO IGUAÇU, 2016).

**Quadro 06 – Área territorial.**

| <b>ÁREA TERRITORIAL</b>    |                              |
|----------------------------|------------------------------|
| Área urbana                | 191,46 km <sup>2</sup>       |
| Área rural                 | 138,17 km <sup>2</sup>       |
| Lago de Itaipu             | 149,10 km <sup>2</sup>       |
| Área do Pq. Nac. do Iguaçu | 138,60 km <sup>2</sup>       |
| <b>Área Total</b>          | <b>617,70 km<sup>2</sup></b> |

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável, 2016, p. 07.



**Figura 06** – Evolução populacional.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável, 2016, p. 09.

A expansão da malha urbana de Foz do Iguaçu também foi expressiva, 6.602,06% em 37 anos,

Ao comparar o mapa de 2007 com os mapas de 1970, 1985 e 1995 foi possível identificar o alto índice de urbanização que ocorreu no município de Foz do Iguaçu. Enquanto o mapa de 1970 apresenta uma malha urbana de 2,11 km<sup>2</sup>, a malha urbana do mapa de 1995 é de, aproximadamente, 130 km<sup>2</sup> e o mapa de 2007 apresenta uma malha urbana de 191,46 km<sup>2</sup>, de acordo com PMFI (2008). Comparando os quatro mapas da Figura 5 (a, b, c, d) observa-se que em 37 anos de urbanização (1970 a 2007), o crescimento da malha urbana foi de 6.602,06%. (THAUMATURGO; SIMÕES; TRANNIN, 2013, p. 989)

**Figura 07** – Avanço da urbanização do município de Foz do Iguaçu considerando o período de 1970 a 2007.

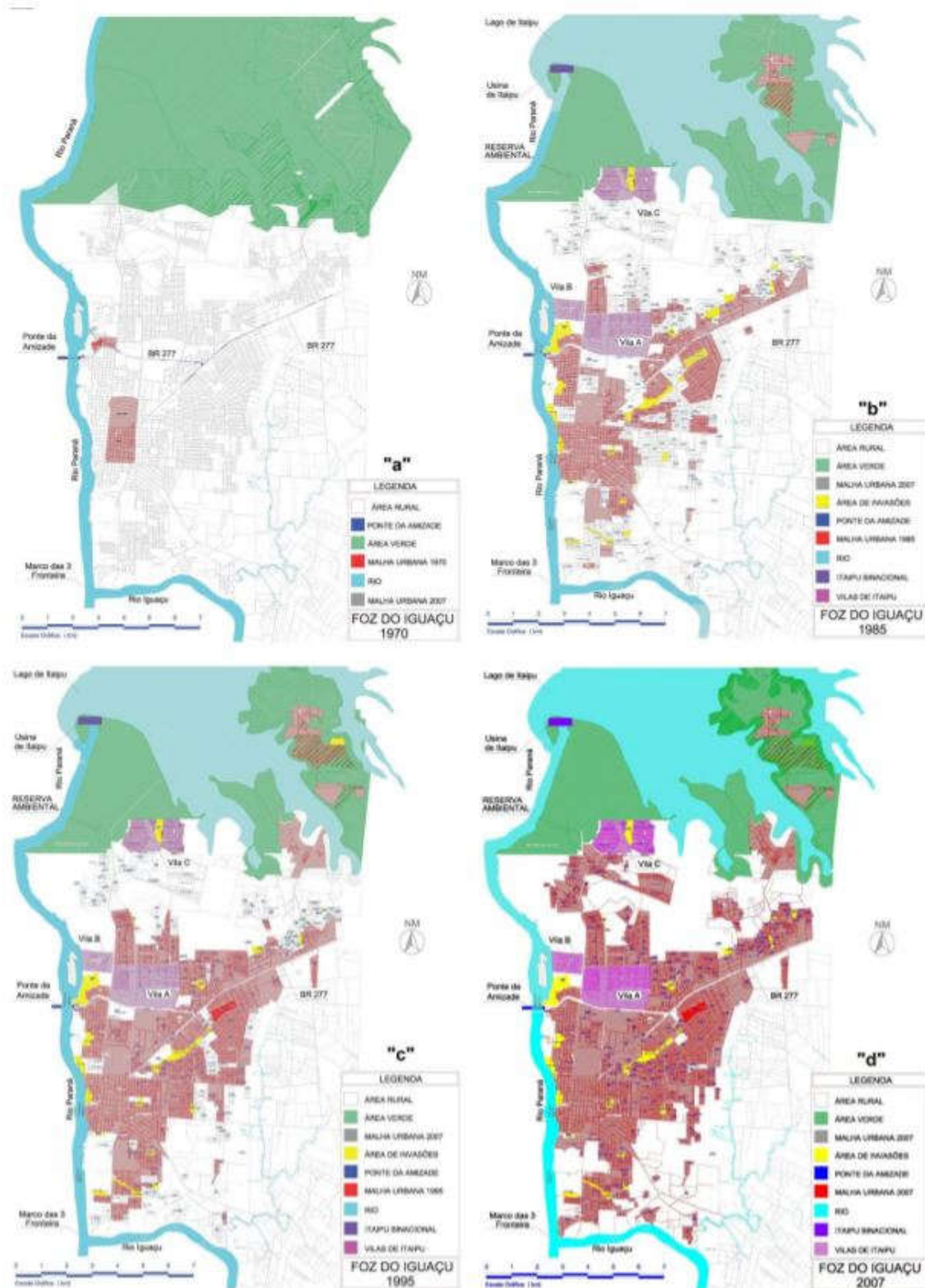


Figura 5: Planta do município de Foz do Iguaçu. Do alto para baixo, da esquerda para a direita, em 1970 (a), 1985 (b), 1995 (c) e 2007 (d). Fonte: Adaptado da planta de zoneamento do município de Foz do Iguaçu (2008).  
 Fonte: A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do Iguaçu, 2013, p. 988.

Da mesma forma que Itaipu não trouxe apenas fatores negativos à região, além dos royalties, a cidade arrecada também o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS por sediar a usina, o que levou a cidade ao sétimo lugar em arrecadação deste imposto em 2014 (PARO, 2016).

Após a Itaipu foi à vez do turismo de compras ocupar a base econômica da cidade e formar o 3º ciclo. Nas palavras de Paro (2016, p. 19), “um ciclo decadente, norteado de ambigüidades (*sic*), porém que marcou e ainda marca a vida de milhares de brasileiros e moradores de Foz do Iguaçu. Se por um lado garante a sobrevivência de uns, por outro espalha uma seqüela de mazelas e perpetua a morte”.

Esse ciclo foi o responsável por absorver grande parte da mão de obra que ficara obsoleta por causa do término da construção da hidroelétrica, inaugurada em 1982.

Com investimentos asiáticos e árabes, em pouco tempo a cidade paraguaia tornou-se o 3º maior centro comercial mundial. Entretanto, apesar do crescimento comercial, o Paraguai carecia de bens de consumo básicos, como alimentos, roupas, materiais para casa, entre outros. Tal carência foi suprida pelos exportadores brasileiros que, notando que os produtos paraguaios não eram suficientes em qualidade e quantidade para atender a demanda, instalaram-se em Foz do Iguaçu e beneficiaram-se, aumentando a oferta de empregos e renda local. Foz do Iguaçu tornou-se um verdadeiro centro das mercadorias destinadas ao mercado do país vizinho. (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014, p. 128)

Em 1970 eram uísques e perfumes, na década de 80 roupas, tênis e relógios, a partir de 1990 a difusão dos eletrônicos e informática – neste período Foz do Iguaçu contava com aproximadamente 40% da população economicamente ativa na atividade informal –, e após isso cigarros, remédios e agrotóxicos destinados a abastecer o mercado brasileiro e latino com toda a certeza, pois “o Paraguai tem uma população de 7,5 milhões de habitantes e 25 fábricas. No Brasil são 200 milhões de pessoas e apenas 13 indústrias. O Paraguai produz cerca de 40 bilhões de unidades de cigarros por ano. Mas a população consome apenas 3 bilhões” (PARO, 2016, p. 23).

O fortalecimento da fiscalização aduaneira a partir de operações conjuntas entre a Receita Federal e as forças armadas, o fim da equiparação entre a moeda brasileira e a americana levando a desvalorização do real para R\$ 3,40, a facilidade de compra de produtos estrangeiros em qualquer cidade devido ao estabelecimento do Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL, o cadastramento obrigatório com o preenchimento da Declaração de Bagagem Acompanhada - DBA de quem passava a aduana com mercadorias limitando uma nova travessia de produtos ao período de 30 dias, e soma-se a esses fatores a inovação legislativa da Lei 10.833/2003 que permitiu a retenção de veículos com mercadorias que não tivessem o comprovante



de importação regular, segundo Paro (2016) fecharam mais um ciclo econômico de Foz do Iguaçu, mas deram lugar também ao crime organizado, que carregava junto às mercadorias, as drogas.

A criminalidade fez a evasão escolar do ensino médio aumentar levando os jovens de Foz do Iguaçu a ingressarem no crime, o que não necessariamente se repete em todos os municípios da região, dada a diversidade regional, mas como relatou em entrevista o historiador Luiz Catta, “o que percebemos em Foz do Iguaçu é que, em função de sua dinâmica econômica, trabalhos informais e criminalidade andaram muito próximos, como alternativas para a população pobre sobreviver no dia a dia” (PARO, 2016, p. 109).

O 4º ciclo inaugurado em 1995 com o MERCOSUL, naquela época composto por Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, teve como base o desenvolvimento sustentável, o turismo, comércio e eventos, por outro lado reduziu a exportação, o turismo de compras e conseqüentemente a ocupação dos menores hotéis, devido às mudanças trazidas pelo mercado comum e ao cerco fiscalizatório, já mencionados,

Contudo, com a estratégica localização do Mercosul, Foz do Iguaçu atraiu novos investimentos, ampliou suas atividades comerciais e consolidou suas empresas, principalmente no que diz respeito ao turismo de negócios e eventos, que tem propiciado um incremento no número de visitantes no município, com inúmeros investimentos feitos pelo setor privado nesse segmento. (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014, p. 128)

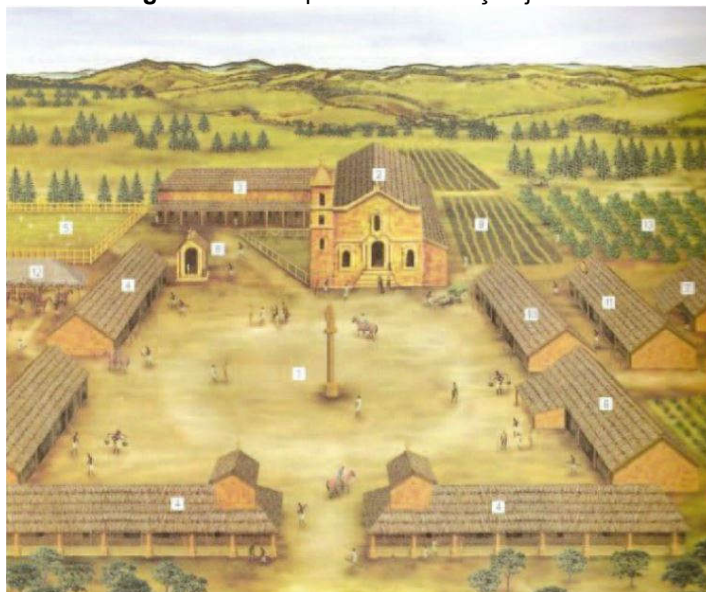
Conforme indica Paro (2016), os hotéis de muambeiros tornaram-se hotéis turísticos; os pontos turísticos começaram a quebrar recordes sucessivamente como o Parque Nacional do Iguaçu com 1.642.093 visitantes somente em 2012; de 2010 a 2014 foram investidos 590 milhões reais em obras na rede hoteleira e de restaurantes segundo o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – Sindhotéis; foram gerados 14.598 empregos somente em 2012 no turismo segundo a Secretaria Municipal de Turismo – SMTU; e de acordo com dados publicados em 2014 no Plano de Desenvolvimento Econômico do município, 54% da economia iguaçuense está pautada no turismo e na logística.

Segundo A Gazeta do Iguaçu (2016, p. 32) “hoje vivemos o ciclo do comércio, turismo e eventos e caminhamos para se tornar um pólo universitário”, o 5º ciclo.

### 3.2 FOZ DO IGUAÇU HOJE

O ciclo que se inicia começou no ano de 1979 com a criação da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu - Facisa, que graças à junção com a Faculdade de Cascavel - Fecivel, com a Faculdade de Marechal Cândido Rondon - Facimar e com a Faculdade de Toledo - Facitol deram origem em 1994 a UNIOESTE, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, que ganhou um campus em Foz do Iguaçu inspirado nas reduções jesuíticas da época da colonização da região Oeste (PARO, 2016) (A GAZETA DO IGUAÇU, 2014).

**Imagem 01** – Croqui de uma redução jesuítica.



Fonte: A Gazeta do Iguaçu, 2014, p. 06.

**Imagem 02** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná Campus Foz do Iguaçu.



Fonte: Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2017.

Foz do Iguaçu viu seu número de universitários chegar em 2014 a aproximadamente 16 mil alunos em 10 instituições de ensino, tendo a capacidade de chegar a 25 mil estudantes quando o pólo estiver consolidado (PARO, 2016). Segundo a Gazeta Diário de Foz do Iguaçu (2017a), soma-se a estes números mais 16 mil brasileiros de diversos estados que vieram estudar medicina em alguma das 07 universidades paraguaias,

Eduarda, Liana e Andressa, tem um sonho comum: Ser médica. Elas se juntam a outros quase 16 mil brasileiros\* que vieram de várias partes do Brasil para cursar Medicina no Paraguai, em uma das sete universidades de Ciudad del Este. E este sonho está mudando a rotina e a economia de Foz do Iguaçu, cidade vizinha. Os sotaques antes escutados apenas em pontos turísticos, agora, são sons comuns, nos restaurantes, salões de beleza, mercados, pontos de ônibus, bancos e praças. “Desde 2016 percebemos uma maior frequência de estudantes no nosso supermercado. A vinda deles movimentou a economia, seja no comércio, na prestação de serviço e, sobretudo, no setor de imóveis”, afirmou Clauri Ferrari, gerente do Supermercado Muffato.

Não é à toa que pequenos hotéis estão sendo transformados em pensões. Os alugueis dos quartos não são mais diários, mas mensais. Empresários estão construindo prédios com apartamentos de um quarto para atender a esse público que cresce a cada dia. Outros, que construíram quitinetes pensando em alugar para iguaçuenses, se surpreenderam com os inquilinos. (GAZETA DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU, 2017a, s. p.)

Já do lado brasileiro, a UNILA que chegou ao município em 2010 oferece entre seus 29 cursos de ensino superior a graduação em medicina desde 2014 (UNILA, 2016), além de 03 especializações *lato sensu*, 08 mestrados e 01 doutorado interinstitucional.

Além de chamar a atenção pelas possibilidades de formação educacional, Foz do Iguaçu conseguiu se livrar do título de cidade campeã em morte de jovens em 2014, quando desceu à 16ª posição do ranking e obteve o menor índice dos últimos 25 anos, como apresenta a Gestão Integrada do Turismo de Foz do Iguaçu (2016),

A queda dos índices de homicídio em Foz do Iguaçu, que liderava o ranking de assassinatos de jovens no Brasil, se deve a uma fórmula com três componentes principais: crescimento do turismo, investimento em programas sociais e repressão mais efetiva e inteligente. (GESTÃO INTEGRADA DO TURISMO FOZ DO IGUAÇU, 2016, p. 03)



Quadro 07 - Taxa de redução.

| RK | UF | Microrregião        | Taxa    |
|----|----|---------------------|---------|
| 1  | SP | São Paulo           | -64,98% |
| 2  | PR | Foz do Iguaçu       | -58,76% |
| 3  | SP | Franco da Rocha     | -58,12% |
| 4  | RS | Soledade            | -57,40% |
| 5  | SP | Guarulhos           | -55,48% |
| 6  | SP | Itapeceira da Serra | -55,48% |
| 7  | SP | Itanhaém            | -55,19% |
| 8  | SP | Campinas            | -53,75% |
| 9  | SP | Osasco              | -52,46% |
| 10 | SP | Moji Mirim          | -52,05% |

Fonte: Gestão Integrada do Turismo Foz do Iguaçu, 2016, p. 03.

Além da educação, Foz do Iguaçu encontrou sua vocação, ou até mesmo seu próximo ciclo com a ajuda da sociedade civil e do planejamento,

Após décadas de estagnação e desarticulação, a sociedade civil começa a fazer um movimento para pensar o futuro da cidade. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu, elaborado a pedido do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (Codefoz), aponta o Turismo, a Logística, a Educação e a Saúde enquanto setores de potencial crescimento. (PARO, 2016, p. 202)

Hoje entre os melhores destinos do mundo segundo os sites Trip Advisor e Trivago (GESTÃO INTEGRADA DO TURISMO FOZ DO IGUAÇU, 2016), a cidade enfrenta alguns desafios como aumentar o tempo de permanência do turista no município de 03 para 04 dias e meio (PARO, 2016).

Para desenvolver o turismo e continuar a inversão do panorama encontrado no município que “conforme estudo de pesquisadores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (Ipardes), em 1994 um total de 4,5 milhões de turistas visitaram Foz do Iguaçu. No entanto, apenas 900 mil (cerca de 20%) estiveram nas Cataratas, fato que demonstra a força da sacolagem” (PARO, 2016, p. 59), precisa-se também fortalecer o país vizinho, que possui 70% de suas vendas em Ciudad del Este oriundas da atividade ilegal, e neste sentido a Lei da Maquila<sup>24</sup> ajudou a alavancar o país ao terceiro lugar mundial em crescimento econômico com a taxa de 14,1%.

<sup>24</sup> “O regime fiscal de Maquila oferece isenção de impostos às empresas estrangeiras para importação de máquinas, equipamentos e matéria-prima. Em contrapartida, a empresa precisa exportar 100% de sua produção até completar o primeiro ano no regime e paga um imposto único de 1% sobre a sua fatura de exportação. Para acessar tais benefícios, contudo, a empresa precisa manter a operação no país de origem”. (GAZETA DO POVO, 2017)

Neste sentido de fortalecimento fronteiriço, o Diretor Executivo da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ, Dimas Bragagnolo, em entrevista a Paro (2016), menciona que “é preciso pensar em políticas de desenvolvimento que agreguem os três países” e a entrevistadora relata que a burocracia e o desinteresse governamental são empecilhos a estas políticas. Buscando reverter este quadro surgiu o Programa de Desenvolvimento Econômico Fronteiriço Integrado Fronteiras Cooperativas,

Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú começam a colher os primeiros resultados da caminhada conjunta para ampliar a integração da região trinacional. Após intenso intercâmbio de experiências e realidades, as três cidades hoje possuem conselhos de desenvolvimento econômico e social que já atuam de maneira cooperada para realizar ações em prol da fronteira.

Primogênito, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu foi oficializado em 2012, inspirado no modelo do Codem (Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá). A consolidação do Codefoz inspirou os hermanos a criarem o Codespi (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Puerto Iguazú) e o Codeleste (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ciudad del Este). Ambos foram oficializados por leis municipais em dezembro de 2015.

A concretização desse sonho internacional é resultado do Fronteiras Cooperativas – Programa de Desenvolvimento Econômico Fronteiriço Integrado”, conduzido pelo Sebrae-PR (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), com forte apoio do Codefoz. Sua proposta é transformar os desafios de fronteira em oportunidades de expansão produtiva das micros e pequenas empresas.

Os colegiados caminham juntos para promover o desenvolvimento sustentável local, alinhando e integrando, democraticamente, os interesses da sociedade. Também possuem formatos parecidos: são formados por instituições da iniciativa privada e do poder público cujos representantes atuam em plenárias ampliadas e em câmaras técnicas setoriais. (REVISTA ACIFI, 2016, p. 44)

E as cidades da Tríplice Fronteira aparentam estar com o mesmo objetivo de fortalecer o turismo, melhorando seu paisagismo e suas infra-estruturas. Em Foz do Iguaçu, uma das metas consiste na repaginação e ocupação marginal do Rio Paraná o “projeto, chamado Beira Foz, já foi desenhado para estabelecer na área hotéis, restaurantes e espaço de lazer para a população, a exemplo do que já existe na orla do Rio Iguaçu, em Puerto Iguazú” (PARO, 2016, p. 204), “é o mais importante e já conta com o Masterplan, desenvolvido pela própria Arup. A área-piloto do projeto abrange 600 hectares, com modelagem de sete operações urbanas consorciadas, priorizando a Beira Rio existente, no trecho de seis quilômetros já pavimentados” (JIE, 2016).

**Imagem 03** – Projeto Beira Foz.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável, 2016, p. 47.

Ciudad del Este também passa por um processo de reurbanização elaborado pelo engenheiro, ex-Secretário Estadual de Planejamento do Paraná e ex-prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, que “tem por objetivo revitalizar a paisagem urbana do local, com mudanças voltadas principalmente para a melhoria da qualidade de vida de munícipes e turistas” (CLICK FOZ DO IGUAÇU, 2015, s. p.),

Embalada com o crescimento da economia paraguaia, que teve expansão de 14% no ano passado, Ciudad del Este, vizinha a Foz do Iguaçu, está investindo na reurbanização da área central e na atração de novos projetos comerciais. No momento, há dois novos de shopping centers em construção e a prefeitura pretende implantar um calçadão para melhorar o fluxo de pedestres na área comercial.

A reorganização da área central começou há pouco mais de 10 anos. Nesse período, pequenas e antigas lojas construídas em locais inadequados foram demolidas para dar lugar a praças. Nesta quarta etapa do projeto, iniciada mês passado com a derrubada de mais galerias antigas, será construída uma nova praça e um calçadão para facilitar a circulação de pedestres. As obras começam em outubro e devem ser concluídas em três meses. O investimento é de US\$ 5,5 milhões, segundo a arquiteta da prefeitura local, Beatriz Maidana.

O investimento em reurbanização tem sido um bom argumento da cidade para atrair investimentos em centros comerciais de grande porte, alguns deles bancados por investidores estrangeiros. (GAZETA DO POVO, 2014, s. p.)

O novo conceito para reinventar o turismo, ainda que não se abandone totalmente o turismo de vendas da zona franca de Ciudad Del Leste, está rompendo com os preconceitos de que a cidade paraguaia não tinha mais a oferecer. Com a nova aposta nota-se que a pavimentação, a limpeza e a reorganização visual do município já ganha os olhos dos visitantes que estão atendendo ao chamado para conhecer a nova era de Ciudad Del Leste. (PORTAL DA CIDADE FOZ DO IGUAÇU, 2016, s. p.)

**Imagem 04** – Projeto da Avenida Beira Rio, que vai do antigo Hotel e Casino Acaray até o limite norte de CDE.



Fonte: Click Foz do Iguaçu, 2015.

**Imagem 05** – Plaza Jesuítica Shopping Ciudad del Este.



Fonte: Portal da Cidade Foz do Iguaçu, 2016.

Além de possuir duas pontes estratégicas com os países vizinhos, Foz do Iguaçu também possui uma importante rodovia, a BR-277, que serve de ligação entre portos, e um aeroporto internacional, consolidando-se como um hub sul-americano (PARO, 2016). Este aeroporto que conta com um novo Plano Diretor, que, nas palavras de Gilmar Piolla, “com a primeira fase concluída, o aeroporto de Foz do Iguaçu estará atendendo a sua vocação internacional, tornando-se um hub do Mercosul e dos países andinos, com voos diretos para a Europa, Estados Unidos e Caribe” (CLICK FOZ DO IGUAÇU, 2016, s. p.).

**Imagem 06** – Reformas previstas no projeto do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu.



Fonte: Click Foz do Iguaçu, 2016.

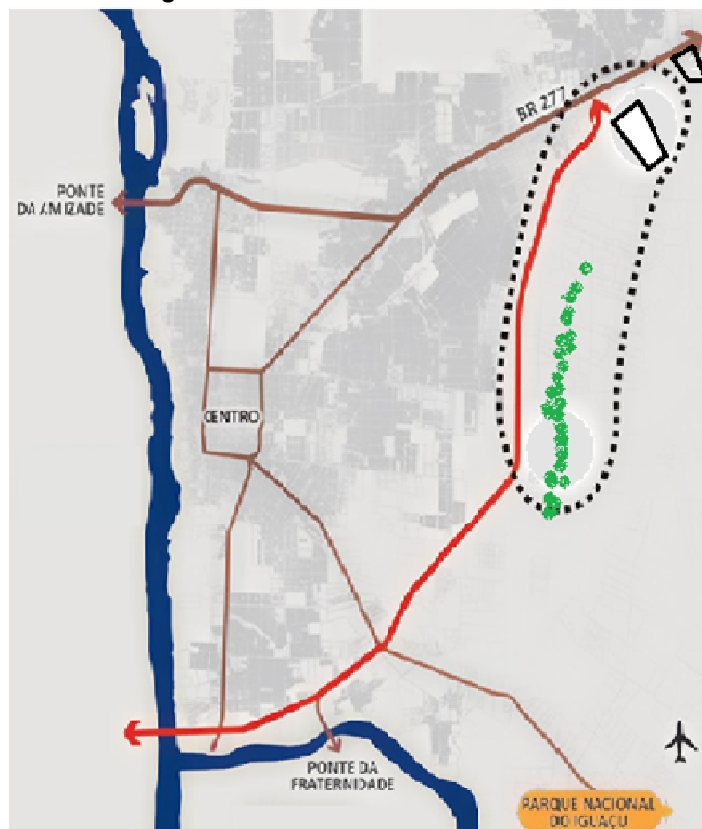
Outras duas reivindicações de infraestrutura logística da cidade consistem na duplicação da BR-469, que leva ao Aeroporto, Centro de Convenções, Parque das Aves e às Cataratas, qual já possui licença prévia do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e a Perimetral Leste que visa retirar do centro da cidade o trânsito de veículos pesados.

**Imagem 07** – Projeto da duplicação da BR-469.



Fonte: Rádio Cultura Foz, 2016c, s. p.

**Imagem 08** – Rota da Via Perimetral Leste.



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável, 2016, p. 53.

Dois dados levantados pelo IPARDES e também pelo IBGE chamam a atenção para a elaboração das políticas públicas para o município de Foz do Iguaçu. Atualmente a cidade ocupa hoje a sétima posição no ranking populacional do Paraná, mas está caminhando para uma segunda<sup>25</sup> retração populacional, “segundo o IparDES, deve chegar à 2040, com 219.207 mil habitantes, um diminuição de 15,6%” (RÁDIO CULTURA FOZ, 2017b, s. p.). Além disso, o município está entre as cinco cidades paranaenses com maior participação no PIB do Estado, quais chegam a 43,60% do total geral do Paraná.

<sup>25</sup> Possivelmente devido o combate ao contrabando e as migrações para encontrar novas oportunidades em outras cidades e no Estado de Santa Catarina, Foz do Iguaçu passou por uma primeira retração populacional nos anos 2000, “conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Foz do Iguaçu contava com 258.543 habitantes. No censo divulgado em 2010, a população ficou no patamar de 256.088 habitantes, o que representa queda de 1%.” (PARO, 2016, p. 48)

**Quadro 08** – Relação e participação percentual das dez maiores economias do Paraná em relação ao PIB a preços correntes dos anos de 2006 a 2011.

| Municípios            | PIB/2006                            |               | PIB/2011                            |               |
|-----------------------|-------------------------------------|---------------|-------------------------------------|---------------|
|                       | (R\$ mil correntes)<br>Participação | %             | (R\$ mil correntes)<br>Participação | %             |
| Curitiba              | 32.153.307                          | 23,5          | 58.082.416                          | 24,3          |
| Araucária             | 8.467.759                           | 6,2           | 13.209.780                          | 5,5           |
| São José dos Pinhais  | 7.034.113                           | 5,1           | 14.276.558                          | 6,2           |
| Londrina              | 6.612.093                           | 4,8           | 10.773.163                          | 4,5           |
| Foz do Iguaçu         | 5.467.714                           | 4             | 7.633.467                           | 3,2           |
| Maringá               | 5.275.927                           | 3,9           | 9.714.143                           | 4,1           |
| Ponta Grossa          | 4.382.467                           | 3,2           | 6.409.652                           | 2,7           |
| Paranaguá             | 4.125.923                           | 3             | 8.952.781                           | 3,7           |
| Cascavel              | 3.229.991                           | 2,4           | 6.080.636                           | 2,5           |
| Guarapuava            | 1.909.615                           | 1,4           | 2.995.685                           | 1,3           |
| Demais 389 municípios | 58.051.930                          | 42,5          | 138.578.281                         | 42,1          |
| <b>PARANÁ</b>         | <b>136.680.839</b>                  | <b>100,00</b> | <b>239.366.007</b>                  | <b>100,00</b> |

Fonte: Indicadores do Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaenses, 2016, p. 11.

### 3.3 SURGE O CODEFOZ

Os conselhos foram disseminados aos municípios, estados e a nível federal passando por diversos direitos e interesses. Tais espaços foram se sedimentando como arenas de negociação entre a sociedade civil organizada e o governo. Nas palavras de Gohn (2012, p. 12),

Nos anos 1990 a grande novidade foram os conselhos gestores, de caráter interinstitucional. Eles têm o papel de ser instrumentos mediadores na relação sociedade/ Estado e estão inscritos na Constituição de 1988 e em outras leis do país. Sabemos que essa Constituição adotou como princípio geral a cidadania e previu instrumentos concretos para seu exercício via democracia participativa. Leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação por meio de conselhos deliberativos, de composição paritária entre representantes do poder Executivo e de instituições da sociedade civil. Desde então, um número crescente de estruturas colegiadas passou a ser exigência constitucional em diversos níveis das administrações (federal, estadual e municipal). Muitas já foram criadas, a exemplo dos conselhos circunscritos às ações e aos serviços públicos (saúde, educação e cultura) e aos interesses gerais da comunidade (meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio histórico-cultural), assim como a interesses de grupos e camadas sociais específicas, como crianças e adolescentes, idosos, mulheres, etc.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ surge em 2012, inspirado no Conselho de Desenvolvimento Econômico de



Maringá - CODEM, com afimco de conseguir criar políticas públicas municipais que ultrapassassem gestões, ou seja, apartidárias e perenes.

Capitaneado pela Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu e formado por diversos seguimentos não eleitos, mas sim estabelecidos na lei de criação do Conselho, o colegiado traçou metas para Foz do Iguaçu de 2040 quais são apresentadas as novas gestões do poder executivo e legislativo do município.

A idealização do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ surgiu de algumas insuficiências identificadas pelos autores da proposta, no caso os membros da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI, que implantaram a pedra fundamental do Conselho.

Dentre os pontos que incomodavam os associados, segundo o ex-presidente da ACIFI e do CODEFOZ Roni Temp (CODEFOZ, 2016, s. p.), estavam à falta de foco da sociedade e da administração pública para definir os rumos e as políticas públicas, ocasionando o crescimento sem planejamento; a descontinuidade das políticas de desenvolvimento; a escassa participação social para decidir o futuro e o desenvolvimento de Foz do Iguaçu; e a ineficácia das lideranças locais na mobilização da sociedade.

Já entre os desafios Temp (CODEFOZ, 2016, s. p.) cita a obtenção de consenso entre os diversos membros do Conselho; a construção de um diagnóstico econômico e social científico para Foz do Iguaçu; a definição das estratégias às ações públicas e privadas de desenvolvimento; a escolha das políticas e projetos alinhados a estratégia e que contemple as expectativas da sociedade; a captação de recursos e a gestão dos projetos escolhidos; e a constituição e manutenção de equipe técnica autônoma e com a qualificação necessária aos trabalhos.

Para atingir seus ideais, a proposta do CODEFOZ contemplou aspectos conceituais como a necessidade de se estabelecer políticas de Estado para que se tenha continuidade entre as gestões; o suprapartidarismo exigindo que seus diretores não possuam filiação partidária e nem levanten bandeiras ideológicas em busca da isenção e da autonomia, além de serem voluntários; decisões compartilhadas no intuito de serem legitimadas pelos diversos membros; e a participação e o exercício da cidadania sem a necessidade de vinculação político-partidária.

Institucionalmente o CODEFOZ (CODEFOZ, 2014, s. p.) resume seu desafio nos seguintes termos,



O desafio está em planejar a Foz do Iguaçu que queremos para 2040, em todos os aspectos, buscando tornar nossa cidade um lugar cada vez melhor para se viver, com qualidade de vida e oportunidades a seus moradores, construindo de maneira participativa o sonho da comunidade em relação à cidade, contribuindo para diminuir dificuldades na gestão pública, como a falta de planejamento urbano e social e de políticas claras de desenvolvimento. Entende-se que esta construção participativa, capaz de mobilizar a sociedade num rumo comum, fortaleça o sentido de pertencimento da população em relação ao território que ocupa. Além disso, um dos principais problemas a serem resolvidos é a falta de perenidade das políticas públicas de desenvolvimento, que geralmente sofrem grande descontinuidade entre uma administração municipal e outra, causando, na maior parte das vezes, prejuízos e retrocessos desnecessários à comunidade, que se vê incapacitada de atuar contra o impacto negativo gerado por esta realidade.

Para superar esta situação integrando os diversos interesses e lideranças, o Conselho espelhou-se na estrutura de sucesso de Maringá,

Para responder a esta pergunta, buscamos inspiração nas práticas de cidades que trilharam com sucesso este caminho, como o exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM, que acabou constituindo-se no principal benchmark utilizado para a criação e implantação do CODEFOZ, pois conseguiu tirar Maringá de uma condição decadente na década de 90 para uma posição de liderança e referência em no cenário nacional, com crescimento acelerado e os melhores índices de desenvolvimento do País. (CODEFOZ, 2014, s. p.)

A partir do modelo maringaense, a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu apresentou a ideia à sociedade iguaçuense em 21 de junho de 2012, sendo aprovada por unanimidade pelos presentes,

O presidente da ACIFI, Roni Temp, saudou as autoridades presentes, dentre elas o prefeito de Foz, Paulo Mac Donald Ghisi, o presidente da Câmara, Edílio Dall'Agnoll e, principalmente, os representantes das diversas entidades que se dispuseram a contribuir com as discussões para a formação de um conselho de desenvolvimento.

O auditório da ACIFI ficou lotado com a participação de empresários associados e representantes de diversos segmentos, como as autoridades religiosas – o bispo emérito Dom Laurindo Guizzardi, da Igreja Católica; Sadi Buzzanelo, do COPEFI (Conselho de Pastores Evangélicos); sheik Mohsin Alhassani (Sociedade Islâmica); os clubes de serviços como o Rotary e Lions; Gilder Neres, da OAB de Foz e Fernando Machado (Parque Tecnológico Itaipu); do segmento turístico como Mauro Sebastiani (ICVB), Felipe González (Secretaria de Turismo), Carlos Silva (Sindhotéis), Paulo Angeli (Comtur) e Camilo Rorato; secretários municipais como Lincoln Barros (Administração), Elenice Nurnberg (Gestão de Pessoas), Adevilson Gonçalves (Desenvolvimento Socioeconômico), Sergio Lobato (Assuntos Internacionais) e Waddis Benvenuti (Planejamento); representantes dos contadores como Amauri Nascimento, dentre muitos outros. (ACIFI, 2012, s. p.)

Posteriormente a apresentação deu-se início a construção do projeto de lei que serviu de base à criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu e ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMDE, e que se

materializou com o PL 117/2012 apresentada pela diretoria da ACIFI à câmara de municipal.<sup>26</sup>

Em novembro do mesmo ano o projeto foi aprovado pela câmara municipal e tornou-se a Lei 4.041 de 12 de novembro 2012, sendo que a primeira diretoria tomou posse em 2013,

A primeira diretoria do **Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu** (Codefoz) tomou posse nesta quarta-feira (20), durante sessão plenária realizada no Hotel Golden Tulip Internacional. O diretor-geral brasileiro da Itaipu, Jorge **Samek**, foi confirmado na vice-presidência da entidade. A chapa única, referendada por unanimidade pelas diversas instituições do município que participam da iniciativa, era composta ainda pelo prefeito **Reni Pereira** (presidente de honra), Danilo Vendruscolo (presidente) e Jaime Nelson Nascimento (secretário). (ITAIPU, 2013, s. p.)

O CODEFOZ surgiu e permanece com caráter consultivo e deliberativo<sup>27</sup>. Além de poder ser consultado pelo poder público para se manifestar sobre determinados assuntos de sua competência, suas decisões, deliberações, vinculam o poder executivo municipal, ou seja, obrigam o gestor público a cumprir o que for decidido pela plenária – importante destacar que o Conselho possui representantes do governo, não podendo o gestor alegar desconhecimento da matéria deliberada – conforme pode ser observado no artigo 1º,

Art. 1º Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ -, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta

<sup>26</sup> “ACIFI APRESENTA PROJETO DO CODEFOZ NA CÂMARA MUNICIPAL

Entidades entendem a criação do conselho como uma parceria entre sociedade, poder público e iniciativa privada

Na sessão desta terça-feira (11), a Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI) esteve na Câmara de Vereadores para apresentar o Projeto de Lei nº 117/2012, que propõe criar o Conselho de Desenvolvimento Econômico da cidade - CODEFOZ e instituir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMDE.

A proposta é de que se estabeleçam diretrizes para geração de empregos, reestruturem o censo econômico, além de outras ações socioeconômicas. “Queremos unir forças para elegermos as principais bandeiras da cidade: como a duplicação da Rodovia das Cataratas (BR 469)”, destacou o Presidente da ACIFI, Roni Temp.

O PL tem como justificativa ser um meio para que o desenvolvimento municipal e regional ocorra de maneira eficiente e integrada, o que muitas cidades já têm feito como forma de viabilizar a execução dos planos estratégicos de desenvolvimento. “Nós somos favoráveis à aprovação do Projeto porque o Conselho permitirá uma maior participação da sociedade na gestão econômica e social de Foz do Iguaçu”, afirmou o Presidente do Comtur, Paulo Angeli. Por fim, ressaltando a importância que as entidades veem na criação do órgão, o Presidente do Conselho Deliberativo, Danilo Vendruscolo, enfatizou que “estamos em um momento de parceria e união, se aprovado o Projeto, essa Legislatura entrará para história como a responsável por um grande sucesso”, finalizou.” (CMFI, s. d., s. p.)

<sup>27</sup> “O conselho tem caráter deliberativo e consultivo. Toda reunião do plenário é pública, sendo o momento maior quando a população se reúne para aprovar as decisões coletivas. Outro espaço de participação popular são as câmaras técnicas, nas quais nascem as propostas levadas ao plenário.” (CODEFOZ, s.d, s.p)

Lei e do Regulamento a ser aprovado por este Conselho. (LEIS MUNICIPAIS, s. d., s. p.)

Já a composição do CODEFOZ foi prevista no artigo 3º da Lei, sendo composto inicialmente apenas pelo Plenário<sup>28</sup> e pelas Câmaras Técnicas<sup>29</sup>, sendo incluídos em 2015 a Mesa Diretora, a Diretoria Executiva e o Conselho Consultivo por meio de alteração legislativa. Especificamente a composição do Plenário sofreu duas mudanças, sendo uma em 2014 e outra em 2015, até chegar à atual composição com trinta e seis membros,

Art. 10 Integram o Plenário do CODEFOZ:

- I - o Prefeito Municipal, como Presidente de Honra;
- II - o Secretário do Órgão Municipal responsável pela gestão e ordenamento da atividade econômica, incluindo indústria, comércio e serviços;
- III - o Secretário do Órgão Municipal responsável pelo planejamento do Município;
- IV - o Secretário Municipal da Fazenda;
- V - o Secretário Municipal de Turismo;
- VI - um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná - SINDUSCON/Oeste - PR -, um do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado do Paraná - SECOVI - PR - e um da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu - AEFI;
- VII - o Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA;
- VIII - o Diretor Geral do Instituto Federal do Paraná - IFPR - Campus de Foz do Iguaçu;
- IX - o Diretor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu;
- X - um representante das Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - IES, por elas indicado;
- XI - um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE-PR;
- XII - cinco representantes da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI -, sendo o seu Presidente, e os demais representantes por ela indicados;
- XIII - quatro representantes do Setor Turístico de Foz do Iguaçu, indicados pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;
- XIV - um representante da Itaipu Binacional;
- XV - um representante da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI;
- XVI - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Foz do Iguaçu;

<sup>28</sup> “Toda reunião do plenário é pública, sendo o momento maior aquele em que a população se reúne para aprovar as decisões coletivas em prol da cidade. É realizada uma vez por mês. A composição do plenário é regulamentada pela mesma lei municipal que criou o Codefoz. Cada inclusão ou mudança deve estar prevista em lei.” (CODEFOZ, s.d, s.p)

“Atualmente, mais de 150 entidades integram o plenário e as câmaras técnicas, confirmando a diversidade de vozes representadas pelo Codefoz. Temos realizado plenárias sempre lotadas com, em média, 160 pessoas. O grande segredo para a aceitação da comunidade é que o conselho é de voluntariado e independente.” (CODEFOZ, s.d, s.p)

<sup>29</sup> “Elas são a porta de entrada dos debates, na forma de grupos de trabalho nas quais as pessoas se organizam conforme sua área de atuação. Todas as idéias, propostas, projetos, debates e discussões nascem e ganham forma nelas, para depois serem levadas ao plenário. Qualquer morador de Foz do Iguaçu, indicado por uma entidade, pode participar dos encontros das câmaras técnicas ou mesmo propor a criação de novos colegiados temáticos. No total já são 14 câmaras em funcionamento.” (CODEFOZ, s.d, s.p)

XVII - um representante da Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP-PR;  
 XVIII - um representante do Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu - FUNDO IGUAÇU;  
 XIX - dois representantes do setor rural, sendo um indicado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - e um pelo Sindicato Rural de Foz do Iguaçu;  
 XX - um representante dos Sindicatos Patronais;  
 XXI - um representante dos Sindicatos de Trabalhadores no Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura;  
 XXII - um representante dos veículos de comunicação, por eles indicado;  
 XXIII - um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas de classe;  
 XXIV - um representante da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais - ABTI - e um da Associação das Transportadoras Internacionais de Foz do Iguaçu - ATIFI;  
 XXV - um representante da Federação do Comércio do Paraná - FECOMÉRCIO-PR; e  
 XXVI - um representante do Governo do Estado do Paraná.  
 § 1º O representante das entidades constantes nos incisos X, XX, XXI, XXII e XXIII, será escolhido dentro do seu respectivo segmento, sendo expressamente vedada a recondução do representante ou segmento antes da participação das demais entidades no Plenário do CODEFOZ.  
 § 2º É vedada a escolha de um representante, no caso das entidades relacionadas nos incisos X e XXII, cujo sócio já esteja exercendo o cargo de representação do seu segmento, naquele momento. (Redação dada pela Lei nº 4374/2015) (LEIS MUNICIPAIS, 2015, s. p.)

Apesar da primeira alteração da composição do plenário não estar justificada no projeto de lei 69/2014, a segunda alteração realizada pelo projeto de lei 65/2015 apresentou a necessidade de ampliação das entidades representativas dentro do Conselho, como se pode observar pela mensagem 039/2015,

**JUSTIFICATIVA**  
**MENSAGEM Nº 039/2015**

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis o Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei no 4.041, de 12 de novembro de 2012, que Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu – CODEFOZ –, institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – FMDES e altera a Lei no 3.702, de 2 de junho de 2010, que cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu.”

As alterações contidas no presente Projeto de Lei tem por objetivo modificar a composição do Plenário do Conselho, para que mais entidades representativas da sociedade civil organizada possam integrá-lo, além de inserir novas cadeiras para entidades estaduais, como é o caso do Governo do Estado e da FECOMÉRCIO-PR, medida esta que ampliará a representatividade do Conselho e facilitará a interlocução com esses importantes órgãos.

Além disso, a presente proposta de alteração da Lei no 4.041/2012 visa corrigir aspectos relacionados às regras de criação, extinção e alteração da composição das Câmaras Técnicas, com o objetivo de dar maior dinamismo à gestão do Conselho.

Destacamos que a matéria foi apresentada no Plenário do CODEFOZ sendo aprovada na 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2015. Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

LJ/ (CMFI, 2015, s. p.)

Esta mesma mensagem também deu mais flexibilidade as Câmaras Técnicas, retirando estas do dispositivo legal e dando esta prerrogativa à Plenária do Conselho por meio de Resolução, bem como não limitou a quantidade de câmaras e nem suas formas.

Destaca-se que a necessidade de flexibilidade já havia sido notada anteriormente, pois a lei original não concedeu a possibilidade de extinção das câmaras ao plenário, sendo este panorama modificado em 2014,

**JUSTIFICATIVA**  
**MENSAGEM Nº 036/2014**

Encaminhamos para apreciação dessa Casa de Leis o Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei no 4.041, de 12 de novembro de 2012, que Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu – CODEFOZ –, institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMDES e altera a Lei no 3.702. de 2 de junho de 2010, que cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu.”

A alteração se faz necessária no sentido de permitir maior flexibilização nas alterações de composição, criação e extinção de Câmaras Técnicas do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu – CODEFOZ.

Existe uma dinâmica grande com o passar do tempo, onde algumas entidades podem não mais se interessar pelas Câmaras Técnicas, enquanto outras pleiteiam sua participação. Deste modo, o plenário ficará livre para decidir sobre os destinos das Câmaras Técnicas do CODEFOZ.

Destacamos que o Projeto de Lei já foi colocado em votação no Plenário do CODEFOZ sendo aprovado por unanimidade. (CMFI, 2014, s. p.)

Quanto a Mesa Diretora foi instituída com o prefeito do município ocupando a função de Presidente de Honra, e pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário, estes três últimos devendo ser membros do plenário e voluntários, e o Presidente não podendo possuir vinculação/ militância político-partidária.

No tocante ao Conselho Consultivo, este será composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário da primeira Mesa Diretora e pelos ex-presidentes das mesas diretoras seguintes do CODEFOZ.

A Diretoria Executiva não tem sua composição prevista em lei, mas segundo o ex-presidente Roni Temp (CODEFOZ, 2016) a composição consiste em um Diretor Executivo voluntário, indicado pelo plenário e sem filiação/ militância político-partidária; um Diretor Responsável, um Consultor das Câmaras Técnicas, um Assessor de Imprensa e um Secretário, estes quatro últimos indicados pelo Plenário e remunerados.

Para tratar das peculiaridades do funcionamento do Conselho, este criou o seu Regimento Interno, que perpassa toda sua composição, estudos, projetos, até as

possibilidades de exclusão de membros. Além, o Conselho também criou o regimento do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social.

Das dez Câmaras Técnicas inicialmente propostas, nenhuma se encontra entre o rol atual, pelo menos quando se leva em consideração a nomenclatura, existindo atualmente oito câmaras,

- 1) Câmara Técnica **de Comércio Exterior e Logística;**
- 2) Câmara Técnica **de Educação;**
- 3) Câmara Técnica **de Inovação e Tecnologia;**
- 4) Câmara Técnica **de Segurança Pública;**
- 5) Câmara Técnica **do Meio Ambiente;**
- 6) Câmara Técnica **do Projeto Fronteiras Cooperativas;**
- 7) Câmara Técnica **para a Revisão e Implementação do Plano Diretor Municipal da Foz do Iguaçu;**
- 8) Câmara Técnica **do Terceiro Setor.** (CODEFOZ, 2016, s. p.)

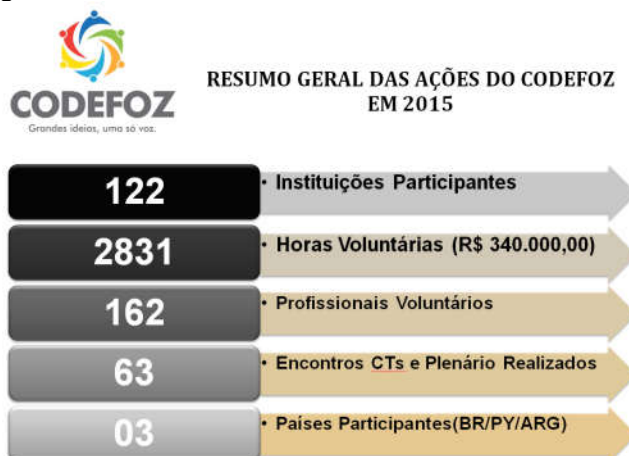
Durante os aproximados 05 anos de existência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu o órgão colegiado já possui mais de 150 entidades públicas e privadas participantes, contando com mais de 250 voluntários, tendo um público médio de mais de 100 participantes, sendo prestigiado pela presença periódica na imprensa local e regional e participando junto aos principais projetos de desenvolvimento do município e da região, conforme Roni Temp (CODEFOZ, 2016).

Temp (CODEFOZ, 2016) também retrata como sucesso o fato de servir como referência à formação de novos Conselhos de Desenvolvimento em: Assis Chateaubriand, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina, Pato Bragado, Quedas do Iguaçu e Santa Helena, todos estes municípios da região Oeste do Estado do Paraná; em Posadas e Puerto Iguazú na Argentina; e nas cidades paraguaias de Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco, além de estar em processo de convênio com o Senado Paraguai para atuar nacionalmente. Além disso,

Todo esse trabalho conquistou mais um reconhecimento. O Codefoz foi convidado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República a ingressar na Rede Brasileira de Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social. Trata-se de um ambiente de diálogo e de troca de informações entre os conselhos municipais e estaduais. Além disso, o modelo já foi apresentado à Faciap e Caciopar com objetivo de tornar-se referência para a implantação de novos conselhos de desenvolvimento no Oeste, por meio de uma das ações do planejamento estratégico da Caciopar. (CODEFOZ, 2014, s. p.)

Em 2015 o CODEFOZ apresentou os seguintes números,

**Figura 08** – Resumo geral das ações do CODEFOZ em 2015.



Fonte: CODEFOZ - Apresentação Institucional 2016, p. 12.

No tocante aos projetos atualmente prioritários a apresentação institucional do CODEFOZ (CODEFOZ, 2016) apresenta o corredor logístico com a construção da segunda ponte entre o Brasil e o Paraguai, a elaboração da Perimetral Leste, o Porto Seco Trinacional, a duplicação da Avenida das Cataratas e a nova pista do Aeroporto Internacional Cataratas. Além dos prioritários, o Conselho também tem no seu rol os seguintes projetos,

- 1) Mercado Público Municipal;
- 2) Construção de Viadutos na BR 277 nos cruzamentos com a Av. Costa e Silva e com a Av. Garibaldi;
- 3) Projeto Beira Foz;
- 4) Revitalização da Rodovia das Cataratas (BR 469) – Do Boicy ao Trevo da Argentina;
- 5) Revitalização das Praças da Cidade;
- 6) Criação do Fórum Permanente da Região Trinacional;
- 7) Duplicação da BR 277 de Matelândia à Cascavel;
- 8) Criação da Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) de Foz do Iguaçu;
- 9) Revitalização da Av. Tancredo Neves;
- 10) Construção do Portal de Entrada da Cidade e do Centro de Recepção de Visitantes;
- 11) Revitalização dos corredores turísticos de Foz do Iguaçu, compreendendo as principais vias como as Avenidas Juscelino Kubitschek, Paraná, República Argentina, Tancredo Neves e a Avenida das Cataratas (BR 469);
- 12) Revitalização do Marco das Três Fronteiras;
- 13) Revitalização da Ponte Internacional da Amizade;
- 14) Revisão e implantação do PPMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;
- 15) Criação e implementação do Guia Turístico Trinacional;
- 16) Implementação do Projeto Trilha Jovem (Sendero Joven) em Ciudad del Este (PR) e Puerto Iguazu (ARG);
- 17) Lei para a criação da Política Municipal de Incentivos ao Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu – PMID;
- 18) Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica no Município;
- 19) Lei do Ordenamento da Publicidade no Município;
- 20) Revisão e Implementação do Plano Diretor Municipal de Foz do Iguaçu (PDM);

21) Implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu (PDE-Foz). (CODEFOZ, 2016)

**Imagem 09** – Segunda ponte entre o Brasil e Paraguai.



Fonte: Os passos do conselho, 2014, s. p..

Atualmente o Conselho é considerado como um “guarda-chuva” de organizações tanto da esfera privada quanto da esfera pública onde “homens e mulheres, jovens e adultos, de igual para igual, para debater e definir os rumos ao desenvolvimento da sociedade” (REVISTA ACIFI, 2014, p. 20). Neste sentido, “a participação da sociedade civil organizada é a alma do Conselho que, com o caráter deliberativo e consultivo, formula e promove políticas de desenvolvimento econômico e social” (CODEFOZ, s. d., s. p.).

Para um melhor desempenho o CODEFOZ traçou seu planejamento estratégico tendo como missão “promover o desenvolvimento sustentável de Foz do Iguaçu, alinhando e integrando, democraticamente, os interesses da sociedade”, como visão de futuro de 2040 “ser reconhecido pela sociedade como o principal instrumento de desenvolvimento sustentável de Foz do Iguaçu e região”, tendo como valores institucionais a equidade; comprometimento; respeito; transparência; e excelência, e por fim apresenta como princípios institucionais à ética, a união; o consenso; a continuidade; o engajamento social; e o suprapartidarismo (CODEFOZ, 2016, s. p.).

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu traz em seu bojo nobres motivos para sua existência, quais serão aprofundados no estudo de caso.



## 4 O ESTUDO DE CASO

Passa-se agora a análise das entrevistas tanto pessoais quanto via formulário digital, bem como a análise documental, análises quais serão confrontadas para realizar o encadeamento formal dos dados e a construção dos elos causais dos fenômenos.

### 4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – EIXO 01

O primeiro questionamento do roteiro da pesquisa de campo tratou da trajetória dos entrevistados com a participação e possibilitou, inclusive, descobrir um histórico até então não explorado, que foi a existência de um Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal - CODEM em Foz do Iguaçu, anterior ao CODEFOZ. Este CODEM teve origem pela Lei Municipal 3.702, de 02 de junho de 2010, qual criou o PRODEFI – Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu.

Conforme o Entrevistado D, que “participava como representante da ACIFI no antigo CODEM”, este conselho não funcionou, não teve efetividade, por dois motivos: tratava-se de um conselho consultivo e as pessoas que participavam possuíam motivações políticas, relata,

Conselhos eu já tinha participado. Existia aqui em Foz, acho que era CODEM que chamavam antigamente, um conselho municipal montado pela própria prefeitura, mas era um conselho só consultivo. Lembro que a gente participou de várias reuniões, não me lembro que prefeito que era, mas acabou não tendo efetividade nenhuma, porque como não era um conselho deliberativo, as pessoas que participavam, alguns até com motivos políticos ligados a prefeitura, dependendo do rumo que tomava a discussão o trabalho não ia pra frente. Então foi meio frustrada a minha experiência naquela época.

Buscando a lei que criou o CODEM de Foz do Iguaçu percebe-se que este conselho possuía um Conselho Superior, este com caráter deliberativo, composto por um grupo de 05 (cinco) pessoas indicadas pelo Prefeito Municipal, conforme se observa no artigo 15 e seus parágrafos da lei já revogada,

#### **DAS COMPETÊNCIAS E PROCESSO DE ESCOLHA**

**Art. 15** O Conselho Superior terá caráter deliberativo, e será composto por 5 (cinco) integrantes, que serão indicados pelo Prefeito Municipal, sendo 4 (quatro) deles escolhidos obrigatoriamente entre os membros das Comissões previstas no art. 14 e o presidente o Secretário Municipal de Indústria e Comércio.

§ 1º Dos quatro membros da Comissão que deverão pertencer ao Conselho Superior, dois obrigatoriamente não poderão ser servidores públicos;

§ 2º O Vice-Presidente do Conselho Superior será escolhido entre os diretores.

O CODEM deu lugar para o CODEFOZ a partir da lei que criou este último, devido a realizarem, teoricamente, o mesmo papel, conforme resposta do Entrevistado D, que também revelou o motivo que levou a recriar um conselho com o mesmo intuito,

A lei que criou o CODEFOZ eliminou o CODEM porque eram dois conselhos teoricamente com o mesmo sentido. Só que a gente implantou o CODEFOZ baseado na experiência de Maringá, e Maringá nos deu toda a dica depois de vários anos que estão (trecho inaudível), de como fazer um conselho sem ter interferência política. Essa é a grande diferença então que a gente fez, que é um conselho totalmente independente, apesar do prefeito ser presidente de honra, ele é apolítico, o presidente como eu já fui tem que ser apolítico. Os secretários, o prefeito, participam, todo mundo pode participar, mas as decisões da mesa diretora são desvinculadas do poder político, principalmente do poder político local que está gerindo, que às vezes não tem vontade que o conselho se desenvolva mais independentemente da vontade sua política, por isso foi modificado.

Entre as diversas trajetórias com participação e com conselhos utilizadas para compreender quem eram os entrevistados foram identificados alguns atores e papéis que retrataram também o início das atividades do CODEFOZ, como o Entrevistado T que revelou que atuou como consultor das câmaras técnicas e relatou como aconteciam estes trabalhos,

Comecei a participar do CODEFOZ em 2013 quando fui atuar na condição de consultor das Câmaras Técnicas, sendo o responsável pelo agendamento das reuniões, elaborar a pauta juntamente com os coordenadores de cada Câmara Técnica, mediar as reuniões, fazer o registro em ata e encaminhar a todos os membros o registro das reuniões. Cada CT por ser temática e com os membros voluntários especialistas na área desenvolvia um conjunto de ações elencadas como prioridades do Planejamento Estratégico do CODEFOZ. Cada CT elaborou planos, projetos, ações ao longo do período em que eu estava na condição de consultor e apresentadas e aprovadas na Plenária do CODEFOZ. Após a saída da condição de consultor das Câmaras Técnicas, atuei como voluntário em algumas CTs como a CT Meio Ambiente e CT de Integração Tecnológica.

Ainda sobre o início das atividades do conselho foram identificadas falas quanto à presença da ACIFI desde a concepção do CODEFOZ que ocorreu em 2012 no seio daquela organização, a exemplo do Entrevistado,

Em relação ao CODEFOZ eu venho através da ACIFI, desde a construção inicial do CODEFOZ que ocorreu em 2012, seu início, onde a formação saiu dentro da base da ACIFI, onde foi instituída a mesa diretora, com Danilo Vendrusculo, com o presidente da Itaipu na época que era o Samek, Jorge Samek, e mais o prefeito na época

Conforme o Entrevistado D, a presença da ACIFI, até mesmo a decisão da criação do colegiado que se tornaria o CODEFOZ, deu-se diante a necessidade de

unir as diversas organizações do município em torno de defenderem a mesma bandeira e a carência de um espaço para isso, o que terminava sobrecarregando a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu,

Passou um tempo, um tempão, quando eu era presidente da Associação Comercial a gente discutia muito os caminhos de Foz do Iguaçu. Tentava levantar bandeiras para unir as entidades, para trabalhar em conjunto a questão política, as obras que eram necessárias, e realmente a gente sentiu falta de um local onde a gente pudesse fazer toda essa discussão, e que realmente representasse a cidade, porque a ACIFI acabava carregando a maior parte da carga e tomando a frente dessas bandeiras porque é uma entidade mais antiga, tem maior potencial, tem grana pra bancar, só que sobrecarregava muito a diretoria da ACIFI. Então numa discussão com o conselho superior a gente questionou o que existia nas cidades que se desenvolvem no Brasil que são diferentes de Foz do Iguaçu, que eles faziam. Aí lembramos de Maringá, a gente sempre ouvia falar do progresso de Maringá, como Maringá tem se desenvolvido, até hoje é assim. E o Dimas que é o diretor executivo da ACIFI naquela reunião, tava se relacionando muito bem com as entidades do Paraná, com outras associações, e tinha muito contato com o diretor executivo de Maringá. Lá em Maringá eu ouvi falar que tem um conselho de desenvolvimento chamado CODEM também, Conselho de Desenvolvimento de Maringá, que parece que faz um trabalho muito interessante como a gente está falando e gostaria para Foz do Iguaçu. Então naquela reunião da ACIFI quando presidente, então foi determinado que essa seria uma meta para o ano seguinte, que foi 2012. Dimas você está autorizado, busca em Maringá a associação. Eles deram apoio total, mandaram a cópia da lei municipal, cópia do conselho de lá, e deram um apoio fantástico ali pra frente e nós acabamos montando, a ACIFI acabou montando o CODEFOZ.

Entre as atividades realizadas pela ACIFI estava a carta de intenções aos candidatos que participavam do pleito ao poder executivo municipal, que há anos não vinha gerando resultados e sempre continham as mesmas reivindicações, o que desmotivava os empresários na continuidade desta ação, de acordo com o Entrevistado E.

A forma encontrada para potencializar esta atividade foi unir as forças do município, e para tanto se espelharam no modelo do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, conforme o Entrevistado E,

O conselho superior da ACIFI, do qual eu fazia parte, ele reunia todas as vésperas de eleição pra pegar, pra apresentar algumas demandas para os candidatos, para que os candidatos se comprometessem com essas demandas. Na época então foi eleito o prefeito Reni que eu não lembro quais eram os outros candidatos, mas se não me engano um deles era o Chico Brasileiro e tinham outros candidatos, e foi eleito o Reni Pereira. O conselho superior da ACIFI reuniu mais ou menos no mês de agosto para fazer esta lista de demandas para poder apresentar para o prefeito. E aí surgiu uma discussão, umas dúvidas, a respeito que já fazia ai é... uns 20 anos ou mais que era apresentada esta lista, e basicamente essa lista era a mesma: segurança na ponte, segunda ponte, melhoria na área do turismo, alguma coisa neste sentido e isso não adiantaria nada. E aí baseado na minha experiência, porque eu tenho empresa aqui, tenho empresa em Cascavel, tenho empresa em Foz do Iguaçu, tenho empresa em Londrina, tenho empresa em Curitiba, eu convivo com estes mercados, eu sou sócio de todas estas associações através de nossas empresas. E aí através da minha experiência com

essas cidades, eu disse assim, poxa Foz do Iguaçu é uma cidade que tem todas as forças muito bem ativas, muito bem organizadas, nós temos a Polícia Federal muito bem organizada, uma Polícia Militar muito bem organizada, uma Guarda Municipal, ou seja, não nos falta instrumento para segurança. Por outro lado, nós também temos os órgãos de turismo muito bem organizados, nós temos o Fundo Iguaçu, nós temos o Convention Bureau, também não nos faltam ferramentas para trabalhar com turismo. Enfim, a única coisa que eu acho diferente é que nossas forças, nós temos aqui a sede da Receita Federal, temos muitas coisas que até outras não tem, a diferença é que as nossas forças trabalham muito isoladas. Então cada um trabalha por si. As demandas da cidade que deveriam ser tocadas juntas, elas não são tocadas juntas, elas são tocadas individualmente, aí fracionam-se as ações e também as forças, diminui a potencialidade da reivindicação da demanda. Ai eu disse que Maringá conseguiu um avanço muito grande a partir do momento que ela montou lá o conselho do desenvolvimento e o conselho do desenvolvimento é um “guarda-chuva” que reúne todas as forças numa força só, que é o CODEM. E o CODEM surgiu a partir do momento que foi leiloada uma colheitadeira comprada com cheque para a fazenda do prefeito, comprada com cheque da Secretaria da Fazenda. Leiloaram essa colheitadeira em praça pública, foi mais ou menos no ano de 93 ou 94, e a partir daí eles criaram este conselho do desenvolvimento e Maringá se transformou de uma pequena cidade a uma potencialidade enorme, uma cidade organizada, bem feita, em desenvolvimento. Ela está sempre entre as 10 melhores cidades do país para se viver, as 10 melhores cidades do país para (trecho inaudível), as melhores cidades do país para isso, pra isso, pra isso, pra aquilo, para estudar, tem uma das melhores universidades, está em 6º lugar a UEM, das universidades do país. E tudo isso surgiu a partir do momento que Maringá conseguiu reunir todas as forças em uma só. Ai falando dessa forma eles pediram pra mim entrar em contato com o pessoal lá, e aí a gente entrou em contato, e a partir daí a ACIFI foi levando até a gente implantar o nosso conselho de desenvolvimento aqui, que é o CODEFOZ. O CODEFOZ surgiu dessa demanda, dessa demanda, da falta de união e da descrença dos empresários de levar a demanda para o prefeito.

No segundo questionamento tratou-se da conceituação de desenvolvimento e o que faz a região se desenvolver. Entre as concepções de desenvolvimento respondidas pelos entrevistados percebeu-se que se aproximam da concepção já apresentada de Oliveira e Souza-Lima (2006), ligadas as palavras participação, planejamento e crescimento, e no caso do Entrevistado F, que participa do CODEFOZ desde o início, até mesmo com o termo distribuição. Para ele “desenvolvimento é crescimento sustentável, é geração e distribuição de riquezas. Entendo ser necessário recursos (sejam naturais, humanos e econômicos), mobilização, participação ativa da sociedade, informações qualificadas e planejamento.”

A necessidade da participação esteve presente em várias falas, para o Entrevistado G para o desenvolvimento mostra-se necessário “a participação de toda a sociedade civil e poder público.” Já para o Entrevistado J que participou desde o início do conselho, das câmaras e agora apenas acompanha as atividades, o termo desenvolvimento,

Na própria palavra parte dela já mostra o ponto principal, “envolvimento”, sem a participação de todas as áreas, setores e classes uma localidade não tem como

desenvolver-se, não são somente decisões em reuniões que fazem acontecer. É preciso fomentar o envolvimento de toda comunidade ou ao menos entender ou saber o que se está propondo.

Ligado ao termo participação da mesma forma esteve presente a necessidade de educação dos atores locais para aplicação do aprendizado na região, como revela o Entrevistado V, “desenvolvimento é a aplicação de conhecimento para o crescimento da qualidade de vida de uma população, então, para uma região se desenvolver é necessário aplicação do conhecimento nesta região”, bem como o Entrevistado T,

Em relação ao termo desenvolvimento aplicado no CODEFOZ, tem relação com o lado econômico que está voltado para o crescimento de oportunidades com base no diagnóstico econômico elaborado pelo CODEFOZ e o consultor Carlos Paiva, identificando os eixos propulsores da economia, e os setores com maior vocação de crescimento (turismo, logística, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento). **Outra relação do termo desenvolvimento também é com o aspecto social, através da educação e formação de uma sociedade participativa na tomada de decisão e atuante como ator importante na construção de um local digno onde ele escolheu para viver.** O Conselho abre as portas para que todos possam participar, trazer sugestões e contribuir para que juntos possam fazer de Foz uma cidade que todos ajudaram a construir, com base no planejamento de longo prazo, a Foz de 2040. (grifei)

O Entrevistado H apresentou sua concepção igualmente na linha da educação, para ele “desenvolvimento é qualidade de vida para as pessoas através de uma boa formação de seu povo que contemplam respeito ao meio ambiente, as leis e inclusão social.” Já o Entrevistado N inclusive sugeriu os cursos específicos que uma região deve possuir para desenvolver-se,

Desenvolvimento é o modo pelo qual a espécie humana se organiza para suprir suas necessidades. Para uma região se desenvolver ela precisa pensar na oferta de cursos técnicos e na área das humanas; precisa pensar na formação geográfica incluindo potencial hídrico, econômico, a cultura presente e suas diferentes etnias...

Outro aspecto apontado para uma região desenvolver-se foi à necessidade de planejamento. O Entrevistado O relatou que “para ter crescimento estratégico devemos ter planejamento.”

O Entrevistado U e o Entrevistado W lembraram em suas falas, respectivamente, que este planejamento deve ser realizado de forma coletiva. Para o primeiro consiste em “um conjunto de ações planejadas de forma coletiva visando o bem em comum de todos”, e para o segundo “desenvolvimento é melhores condições de vida para a comunidade, acesso a serviços e qualidade de vida. É necessário estratégia e planejamento conjunto das pessoas envolvidas e dos especialistas”, o que se aproxima

das lições de Oliveira e Souza-Lima (2006) sobre o envolvimento da população da região por ser o principal destinatário das políticas públicas.

Além das pessoas da região, os dados locais da mesma forma foram lembrados, trazendo assim as características endógenas. Para o Entrevistado P,

O desenvolvimento é a condição de evolução que tenha conotação positiva, implica condição de crescimento, através de passo ou etapas para estágios superiores. Requer determinadas condições: Analisar e entender os indicadores locais; Incentivar e monitorar a aplicação dos recursos públicos; Acreditar em inovações; Combater as desigualdades sociais.

À vontade e o interesse, ou conflito de interesses, foram abordados. O comprometimento das lideranças em cumprir a vontade do povo ao invés da vontade política, individual. Neste sentido foi a resposta do Entrevistado R, “desenvolvimento é qualidade de vida e para uma região se desenvolver é necessário que seus líderes estejam comprometidos na causa de interesse coletivo acima de seus interesses individuais.”

Fluíram na mesma linha as respostas dos Entrevistados Q que informou que “além de recursos financeiros e estruturas básicas, vontade de crescer e progredir por parte daqueles que representam a população - ou que deveriam representá-la” e do Entrevistado X que disse que “para que uma região se desenvolva há necessidade de vontade política para aplicar e desenvolver projetos duradouros que beneficiem a região, mas só isso não resolve. Há necessidade de interação e empenho entre os atores.”

Esta interação dos atores também faz com que o conselho ande sem a necessidade do poder público, mas para obter êxito em seu planejamento o alinhamento com os poderes se faz necessário para o Entrevistado C,

Infelizmente as últimas prefeituras vieram com o conceito um pouco diferente, sem prosperar neste segmento, com muita dificuldade e a partir da criação do CODEFOZ começou a se dar um norte para este tipo de desenvolvimento, aonde a visão do CODEFOZ é a Foz do Iguaçu 2040, que é aonde se enxerga isso. Então para isso foram construídas as câmaras técnicas, com a sociedade civil organizada, com voluntariado, com milhares de horas trabalhadas durante o ano, seja 2014, 15, 16, 17, com pouco apoio do poder público em alguns momentos, em outros momentos com bastante apoio do poder público, isso vai do perfil de cada gestor público. Isso a gente tenta manter um ritmo constante de trabalho do CODEFOZ independente do poder público. Isto porque o movimento do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu ele é da sociedade civil, então ele tem que ser um movimento em paralelo trabalhando com o poder público, só que ele não consegue atingir o objetivo se o poder público não estiver engajado na sua macrovisão, no seu macro planejamento, porque ele só tem sentido de existência se houver a participação do prefeito, dos vereadores, das pessoas envolvidas no poder público.

A união entre o privado e o público, ao invés daquele permanecer trabalhando sozinho e inerte, esperando pelo governo, pode contribuir para potencializar o processo de desenvolvimento segundo o Entrevistado D,

Basicamente o que acontecia no passado, às entidades e o próprio cidadão da cidade ficavam aguardando sempre que o poder constituído legislativo, executivo, fizesse a parte toda estrutura, o desenvolvimento econômico da cidade, cada um ficava trabalhando na sua própria empresa, na sua própria entidade, lutando pelas suas próprias bandeiras individuais. Claro que isso também é importante, mas o que eu tenho notado nestes anos pra cá, principalmente depois da instalação do CODEFOZ e do Programa Oeste em Desenvolvimento, que pega todo o Oeste do Paraná pra cá, que usa a mesma metodologia, que é que quem tem que prover o desenvolvimento é o poder legislativo, executivo, mas junto com as entidades sociais, todo mundo participando junto. O que se tem visto aí no país é realmente o que se tem acontecido, que o nosso Brasil hoje está do jeito que está, não é que o país está subdesenvolvido, mas baseado no potencial que o país tem hoje e que o Brasil pode ter, foi deixado nas mãos dos governos fazerem parte, o caos que está o país hoje. Então eu creio que o desenvolvimento só vai ser efetivo quando todos trabalharem juntos para a mesma finalidade, como já acontece hoje em países como a Alemanha, Estados Unidos, etc, a gente nota que a participação da comunidade, das empresas é muito mais efetiva. O nosso país ainda é muito paternalista, o povo esperando que o governo faça a sua parte e eles não tão dando conta.

A reunião de forças na região Oeste do Paraná foi um ponto abordado no tocante ao desenvolvimento regional, segundo o Entrevistado E Foz do Iguaçu precisa voltar-se também para dentro do Brasil,

Eu não tenho a menor dúvida, eu não tenho a menor dúvida. A nossa região está totalmente de costas para o continente para o lado brasileiro, ela está de frente para o Paraguai. Foz sempre esteve de frente para a fronteira, de costas para o Oeste do Estado. Hoje nós temos uma ação muito, a Itaipu que tem uma ação muito importante aqui no Oeste do Estado. Nós temos também hoje o Oeste em Desenvolvimento, que é um programa apoiado por Itaipu, pelos empresários e cooperativas da região, da qual faz parte o Danilo Vandrúsculo e é a primeira vez que Foz participa de uma entidade, de uma ação regional, que olha pra lá, que olha para o Oeste, em vez de olhar para o Paraguai. E eu não tenho a menor dúvida que passa por isso, passa por olhar para o Oeste, juntar essas forças, unir as forças, o que for força regional a região tem que trabalhar unida, o que for força da cidade, a cidade tem que trabalhar unida.

Indagados sobre os fatores do desenvolvimento, o endógeno novamente surgiu entre as respostas. Como exemplos têm-se o Entrevistado F que respondeu que “devem estar preferencialmente no próprio território”; o Entrevistado L que para ele estão “no próprio local onde ele acontece”; o Entrevistado W que relata que está “na própria região a ser desenvolvida, nas organizações técnicas (universidades, ongs)”; e o Entrevistado G que colocou entre os fatores o “estímulo para o desenvolvimento dos bairros; diversidade de moradores e controle na densidade; melhoria no transporte

público; organização de um sistema de coleta seletiva e local para destinar nas cooperativas.”

Para o Entrevistado R até as universidades devem voltar suas pesquisas para dentro do território onde estão inseridas, bem como remete aos assuntos de planejamento e conciliação de interesses,

Alinhamento de objetivos do setor público com o setor privado. Academias comprometidas com pesquisas voltadas ao desenvolvimento do território. Sociedade Civil organizada envolvida e comprometida com ações de curto, médio e longo prazo voltadas para o desenvolvimento sustentável. Governantes comprometidos com políticas de desenvolvimento. Honestidade e qualidade na gestão dos recursos públicos.

Estes mesmos termos, agora somados a participação, cooperação e integração aparecem na fala do Entrevistado T,

As pessoas participando e cooperando alinhados com um planejamento elaborado em conjunto, como é a Foz de 2040. A integração das instituições públicas e privadas, da sociedade civil organizada, dos estudantes, acadêmicos, moradores de bairro, enfim, todos devem estar integrados e cooperando para o bem maior de todos que é uma cidade planejada.

A educação na forma da qualificação reapareceu como resposta neste questionamento, juntamente com o planejamento e a união de forças, um possível capital social. Segundo o Entrevistado K “são as boas condições legais para crescimento das empresas, apoio governamental, investimento em qualificação, incentivo a pequenas empresas, planejamento baseado em fatos científicos, união de todas as forças vivas da sociedade, etc”; para o Entrevistado N são a “educação, planejamento dos governos municipais na área de saneamento básico, solo, hidrologia, potencial turístico, agricultura, limites geográficos e políticos”; e para o Entrevistado P “participação da população nas políticas públicas; uma estrutura econômica sólida, onde o planejamento é fundamental; definir educação e saúde como prioridades nas políticas públicas; fiscalização sobre onde são investidos os recursos públicos.”

Especificamente sobre o planejamento, pela fala do Entrevistado A percebe-se que foi o que o CODEFOZ buscou realizar no início de suas atividades, como relata,

O CODEFOZ inicialmente fez um trabalho muito interessante. Contratou o Carlos Paiva, contratou alguns profissionais para fazer um diagnóstico, para saber o que precisa implementar para saber a situação que está. No começo foi muito interessante, foi identificado ponto além do turismo, foi identificado ponto que a gente não conhecia com profundidade que é a logística, que é um ponto propulsor de Foz também. E com o diagnóstico que poderiam começar as ações para proporcionar o desenvolvimento de Foz e região.



Foi destacado pelo Entrevistado H que os fatores estão “nas pessoas e na sua cultura”, o que Sartre e Berdoulay (2005) tratam como o mundo que cada sujeito constrói, levando em conta suas vivências, o que também forma o capital social. De forma semelhante foi tratado pelo Entrevistado Q que disse que está “nas pessoas e na sua vontade de se desenvolver - principalmente àqueles que assumem papéis de liderança de grupos.”

Os entrevistados também revelaram grupos específicos quais constituem fatores para o desenvolvimento, como a própria sociedade civil organizada e o Programa Oeste em Desenvolvimento no caso do Entrevistado D,

Primeiro principalmente organização da sociedade civil organizada, organização realmente efetiva, como a gente está vendo aqui e também, falo sempre, no Oeste em Desenvolvimento também. E daí a partir dessa força, dessa união, a comunidade, a sociedade cobrar mais, cobrar o que mais tem que ser feito do executivo, do legislativo, para que façam sua parte, porque instituições a legislação brasileira estrutura ela, ela está aí, está posta, não é perfeita, mas ela funcionaria muito bem se cada um fizesse sua parte. Infelizmente a parte política a gente tem tido a experiência aí local, estadual e federal não tem feito a sua parte.

Já o Entrevistado E traz as associações comerciais e especificamente da região Oeste do Paraná fada das cooperativas,

As associações comerciais elas são muito importantes, porque ela reúne todo o varejo, as pequenas e grandes empresas da cidade. Nós temos as forças regionais que são as cooperativas responsáveis pelo agronegócio que tem sustentado a economia brasileira, está aqui na nossa região, está nosso país, só olhar mais que 100 km, 150 km, nós temos várias a CEVALE, a COPAVEL, a COTREFAL, a Lar, enfim, Frimesa, Comagro, enfim, são muitas cooperativas.

Em resposta ao quesito, o Entrevistado B comentou que “a Itaipu não pode aumentar mais”, porém acredita no avanço do Parque Tecnológico de Itaipu,

Eu acho que ali pode, a questão do PTI, a questão até da, tem uma lei estadual que foi criada com relação ao desenvolvimento tecnológico, essa questão podia avançar mais, tem condições pra isso, pode ser um Vale do Silício, Foz tem condições de fazer isso, Pato Branco conseguiu fazer (trecho inaudível), conseguiu avançar, e Foz não conseguiu avançar, exceto a questão do PTI.

O Entrevistado C resgata algumas potencialidades identificadas no diagnóstico realizado pelo CODEFOZ,

Nós temos em Foz alguns pilares fortes que são característica da nossa cidade. O primeiro é a logística, que é o transporte, que é uma das áreas de maior sustentabilidade financeira da cidade hoje, o turismo, logística e serviços que é o nosso perfil, da nossa cidade. Então esse tripé que alavanca mais de 75, 80% do nosso município hoje, e é nesse tripé nós temos que estar muito fortalecidos, bastante sólidos em projetos e construções novas, porque é ele que sustenta a base operacional da cidade, é ele que gera trabalho, ele que gera oportunidades, ele que gera recursos para o município ter as suas atividades, e você tem que

está se concentrando em movimentos com maior energia, que são esses três, para que você tenha maior rentabilidade e os maiores projetos desenvolvidos. Não quer dizer que as outras áreas não tenham que ter essa dedicação ou esses olhos para o planejamento, porém só vai conseguir atingir as áreas menores de influência no município se as áreas maiores estiverem muito sólidas, porque elas que vão gerar recursos para as outras.

O Entrevistado B trouxe às respostas alguns fatores bem específicos e que inclusive estão dentro do planejamento do CODEFOZ, lembrando que “a questão do rio Paraná, tem a questão da pesca, do próprio lazer, do próprio turismo que não foi explorado tão bem ainda”, e também no diagnóstico realizado “hoje tem crescido ai questão da universidade, a própria UNILA. Tem o Paraguai que não dá para dizer, separar da região trinacional.” Além, lembrou também do espaço rural,

No espaço rural o produtor aqui de Foz do Iguaçu tem uma oportunidade grande. Eu diria assim, que hoje, talvez é o segundo pólo de comercialização de produtos, alimentos do Estado. Pode estar ali próximo de Londrina em termo de consumo. Isso porque está dentro de uma região trinacional, que recebe próximo a 2 milhões de visitantes.

Por fim neste quesito, o Entrevistado J destacou alguns termos ora demonstrados nas falas outras falas,

- Participação
- Informação
- Comunicação
- Respeito aos envolvidos, bem respeitar as áreas e setores
- Captação de recursos e parceiros
- Planejamento
- Definição de diretrizes
- Estratégias de envolvimento.

As respostas neste quesito participação na gestão municipal foram bastante variadas, mas houve o predomínio da importância da participação da população na gestão municipal. O Entrevistado N utilizou os termos “essencial e indispensável”; já o Entrevistado X retratou como “extremamente importante”; e o Entrevistado W falou sobre a importância do conhecimento do local específico até sobrepondo pesquisas externas, “vejo ser essencial, pois e experiência da comunidade não pode ser substituída por estudos teóricos ou extrapolações do conhecimento alcançado em outras comunidades para esta.”

O Entrevistado H trouxe para além da concordância a responsabilidade enquanto cidadão entendendo que “é um dever de todo cidadão contribuir com propostas, projetos e ações que visam o bem comum, além de monitorar as ações de seus governantes para que façam uma boa aplicação dos recursos públicos.”

Ter voz e se manifestar por meio dela consistem como condições *sine qua non* para o desenvolvimento, conforme o Entrevistado A que também observou que a sociedade necessita de um espaço para repassar aos gestores os seus anseios,

Eu tenho uma visão muito nítida que, e isso a gente tem lido bastante, que tanto a gestão municipal, estadual, federal só serão, atenderão a sociedade, se a sociedade tiver voz, e a sociedade civil organizada ela tem que se manifestar, ou seja, os gestores municipais, estaduais e federais teoricamente, também na prática, ele teria que atender os anseios da sociedade e eu não vejo outro fórum mais apropriado para a sociedade civil organizada se manifestar que esse conselho do desenvolvimento. Pra mim é a base, falando em termos municipais, a base pro município funcionar é que tenha um fórum onde à sociedade civil organizada possa se manifestar e passar os anseios para os gestores municipais. Sem isso o gestor dificilmente ele sabe o que o munícipe precisa e quer. No máximo ele vai atender um grupinho ali que está perto e que se manifesta, mas ele não tem como ouvir toda a sociedade. Então no meu entendimento o fórum que tem e os lugares que se desenvolverão serão os que têm como fazer chegar aos gestores o desejo da população.

Mesmo a participação sendo tratada como importante por vários participantes da pesquisa, também foi retratada a frágil participação por parte da sociedade na gestão municipal.

Para o Entrevistado G “vejo pouca participação, deveríamos participar mais.” A Entrevistada I, que se identificou como articuladora e da organização do CODEFOZ, classificou a participação na gestão municipal como “muito ruim. baixa participação e de poder de argumentação/decisão.”

A existência de vários espaços municipais para participação como os conselhos veio à tona com o Entrevistado J que mencionou que “apesar de termos vários conselhos municipais, ainda falta o entendimento da importância destes, uma participação mais efetiva. Então classifico como modesta.”

Outros entrevistados foram sucintos nas respostas, mas taxativos, como o Entrevistado M que adjetivou como “ridícula!”; o Entrevistado U que assinalou como “pouco participativa”; o Entrevistado Y descreveu seu ponto de vista como “acredito que ainda há pouca participação”; já o Entrevistado P inclusive menciona que existem registros que comprovam a acanhada participação, mas não menciona quais são: “os registros comprovam uma tímida participação democrática da população.”

O Entrevistado F mencionou acreditar que o CODEFOZ consiste na solução à inibida participação: “ainda é tímida, mas iniciativas/experiências como o Codefoz geram mobilização e maior participação.”

Houve também entre as respostas a *mea culpa* no tocante a tímida participação na gestão municipal. Conforme o Entrevistado E que demonstrou, em sua

opinião, como são trazidas e tratadas as demandas dos cidadãos dentro da associação qual participa,

Mas muitas coisas que são encampadas pela associação na hora que a associação está tocando, a própria pessoa que levou a demanda não participa mais. Ou seja, o cidadão acha que ele jogou na mão da entidade, a entidade tem que tomar conta daquilo. O cidadão brasileiro não está acostumado a fazer as coisas, a criar o ambiente para que ele viva bem dentro dele. É mais ou menos assim, todo mundo quer que ônibus passe na rua da sua casa, mas ninguém quer ter um ponto de ônibus na porta da sua casa, e sim na porta do vizinho.

Além da postura do cidadão, por outro lado as respostas também demonstraram a ausência de abertura à participação por parte do poder público em algumas gestões do poder executivo municipal, assim como respondido pelo Entrevistado C,

Sempre houve uma limitação de se abrir portas. Então, cada gestor tem uma linha de pensamento, uma conduta, uma forma de lidar com a sociedade e assim você tem mais facilidade ou menos facilidade de ter essa relação, de sentar numa mesa, discutir, conversar e tal. Nós passamos por uma turbulência política gigante, onde se expôs a cidade, se expôs toda nossa área do legislativo, do executivo, de tudo. E nesse momento foi onde a ACIFI, junto com o CODEFOZ, junto com a OAB, junto com o Observatório Social se uniram e lançamos uma campanha “Basta de Vergonha” e isso foi o que nos fortaleceu muito para que nós tivéssemos um posicionamento em relação ao novo prefeito. E mesmo antes da nova eleição ocorrer, que já tem um ano, ela..., houve a explanação junto ao prefeito de quais eram as diretrizes do CODEFOZ, qual a linha que nós deveríamos assumir com o novo prefeito, e prontamente os candidatos assinaram o compromisso que iriam trabalhar em harmonia com o CODEFOZ. E até o presente momento isto vem ocorrendo, na parte em que está se acontecendo na cidade, a gente já vê alguns movimentos de desenvolvimento começando a surgir, e isso deve-se muito ao Fundo Iguazu, a parte da ACIFI, a parte da hotelaria, que são as pessoas que se envolvem na parte do custeio destes projetos, na parte do desenvolvimento, para que a prefeitura tenha isso subsidiado. A gente sabe também que o município não tem recurso para tudo e realmente a sociedade contribuindo com aquilo que ela consegue pagar, com que ela consegue investir no município, o benefício será de todos. O coletivo trabalhando pelo coletivo.

O problema por parte dos dois lados, pela sociedade e pelo poder público, aparece com o Entrevistado E,

Olha, existem problemas dos dois lados. Primeiro, a sociedade nossa, estou falando de Foz do Iguazu, tem algumas cidades que podem até ser diferente, eu sei que tem, mas no caso de Foz do Iguazu a nossa sociedade não participa, é totalmente alheia, totalmente, assim, quem tem que fazer é o poder público, deixa o poder público fazer. Por outro lado, nós nunca tivemos políticos que abrissem a porta e dissesse eu estou aqui para fazer o que o povo quer que eu faça. Nós temos os dois lados. Com muito custo a gente tem conseguido abrir porta na prefeitura através das entidades. A ACIFI às vezes abre portas, mas muitas vezes não somos atendidos ou somos atendidos com promessas, não com realizações de fato e muitas vezes não somos levados a sério. O próprio CODEFOZ botou uma lei de TI na Câmara de Vereadores tem cinco anos, quatro anos, foi à primeira ação do CODEFOZ, está lá até hoje sem ser votado, não foi votado até hoje. Então eu fico pensando assim, qual o respeito do CODEFOZ, tem 32 entidades na plenária, tem mais de 117, 118, entidades que fazem parte do processo de composição do CODEFOZ apresentam um projeto de lei e ele não é

levado em frente, quer dizer a sociedade não tem representatividade nenhuma na cabeça dos políticos. Então existem os dois lados. Agora o quê que tinha que fazer, a sociedade tinha que bater mais em cima, o projeto de lei está aí e ele tem que ser votado, ele pode ser alterado se tiver divergência, pode ser discutido, mas ele tem que ser votado. Então a sociedade teria que exigir isso, a sociedade não exige a ponto, exige, mas não exige com força para que aconteça e o poder público não entende que aquilo é uma demanda da sociedade e deve ser atendida. Então tem problema dos dois lados.

Já o Entrevistado S responde ao quesito pela ótica dos políticos enxergarem os conselheiros, a sociedade participativa, como inimigos políticos, relatando sua visão tanto sobre o CODEFOZ quanto do CODESPI,

Creo que por tener resultados positivos. Lo que pasa es que no todas las ciudades y pueblos estan preparados para la implementacion de este modelo. Ya que los politicos no logran entender, posiblemente tenga que ver con la idiosincracia la cultura, de que el modelo de codefoz, en este caso codespi en iguazú, es que creen que es un grupo de personas las que integran este consejo, que tienen aspiraciones politicas. Entonces se ven amenazados en su gestion y el temor de perder el poder politico. Es lo que observo de la dificultad en algunos lugares del funcionamiento de los consejos de desarrollos.

Para alteração deste panorama relata o Entrevistado R que “se a sociedade civil organizada não incorporar a cultura de responsabilidade compartilhada com o gestor publico não teremos gestores comprometidos com os verdadeiros interesses do desenvolvimento sustentável.”

Pelo lado do gestor público o Entrevistado T percebe que a atual gestão tem mais abertura para o diálogo, mas apenas apresenta para discussão os problemas do município, as demais pautas não,

Na atual situação, com uma nova gestão no poder público municipal, houve uma maior aproximação com a sociedade civil organizada, porém ainda ocorrem situações onde o poder público aplica regras como aumentos de impostos, aumentos de gastos públicos sem o devido conhecimento e explicação para a sociedade e isso faz com que ocorram manifestações e atos de protestos, seguidos de reuniões com as lideranças da sociedade civil e o poder público para maiores esclarecimentos. Parece que sempre ocorrem divergências de interesses entre a gestão municipal e a sociedade civil organizada, mas também há espaço para o diálogo, graças à representatividade do CODEFOZ e instituições parceiras.

Quanto pela sociedade civil, o Entrevistado K relata que o panorama está mudando e as pessoas não estão mais esperando apenas pelo poder público e estão partindo à pró-atividade,

Depois de 4 anos de conselho , vejo que cada vez mais as pessoas de bem estão vendo que a sua participação é fundamental para mudarmos a atual situação da nossa realidade, pois não adianta mais ficarmos esperando que o poder público faça o que e como queremos que seja feito.

Especificamente quanto ao CODEFOZ, o Entrevistado Q que revela ter participado desde a implantação do conselho, passando pelas reuniões de pré-lançamento, pós-implantação e está até hoje dentro de algumas câmaras técnicas, relata que vê a participação diminuindo,

Atualmente, vejo que a participação tem sido tímida e cada vez mais retraída. No início do CONSELHO, a atuação era maior, as pessoas e organizações eram mais engajadas e todos queriam fazer parte daquele momento. Hoje, a participação se resume a poucas instituições - muitas vezes, as mesmas de "sempre" - perdendo força de representação e até, por assim dizer, "mão-de-obra" para realizar as ações que previu no passado.

Para o Entrevistado B o CODEFOZ não pode deixar para trás o ímpeto de sua criação, que, em sua visão, dependeu inicialmente dos esforços de liderança do ex-Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional Jorge Samek,

CODEFOZ começou com um ímpeto assim grande. Ele conseguiu reunir enquanto nós tínhamos uma direção que é o Samek, uma pessoa de Foz do Iguaçu. Eu diria assim que é... o CODEFOZ tem que ser onde reúne toda a sociedade. Isso se dá por liderança. Se dá por liderança. Se dá por, então é normal, acho que não pode, não pode, não pode dar descontinuidade neste trabalho do propósito inicial, desde o propósito inicial da forma que foi. Na área rural, que é o meu campo, as coisas estão acontecendo, mas não pelo CODEFOZ, eu sinto uma, eu to presente lá no CODEFOZ, não tenho participado, eu estou meio alheio, porque os temas rurais não têm acontecido, não tem surgido, isso pela questão do setor mesmo. Então a gente procura fazer o trabalho dentro do nosso ambiente de trabalho, tenho um papel, tenho um planejamento, tenho, dentro da minha instituição. Temos uma articulação boa com a prefeitura municipal, com as entidades que trabalham na área rural, com os produtores.

O mesmo entrevistado quando indagado sobre o possível motivo que a câmara técnica da área rural não funcionou remeteu aos problemas que a prefeitura passou na gestão passada,

Não funcionou, não funcionou, não funcionou, posso dizer assim que não funcionou, certo. A culpa não está, acho que nós tivemos um problema de gestão aí na prefeitura, acho não, tivemos um problema na gestão passada, sério, problema sério, o prefeito estava com outros interesses e não o interesse no desenvolvimento. O poder municipal. Agora acredito que o poder municipal retornou, retornou, retornou, está colocando as coisas no eixo, entendeu, está ajustando isso aí, está apertando os parafusos, eu vejo isso, é a leitura que eu faço. Então isso está sendo muito bom, no sentido assim de poder sentar na mesa, antes a gente nem não podia sentar na mesa sabe, não podia nem sentar na mesa. Foi quatro anos que a gente não podia sentar na mesa pra..., eu sou o Governo Estadual tá (*sic*).

Nas palavras do Entrevistado C o CODEFOZ necessita, por ser uma lei nova, realizar uma abordagem em massa sobre o papel do conselho e quem pode participar, para que isso atraia mais voluntários, ou seja, multiplique-se o a participação e consequentemente o capital social,

A lei a gente tem que reconhecer que é uma lei nova, é de 2012, são cinco anos de existência. A gente sabe que existe alguma dificuldade do indivíduo normal entender o que é o CODEFOZ, então muita gente não participa por receio ou por não entender e isso falta uma explicação de massa ainda para essa população que deveria ser normal como a pessoa saber que aquela entidade é dele, não é do empresário, não é do industrial, não é de quem tem recurso ou de quem não tem recurso, e sim de toda a população que pode participar deste movimento. Aliás, quanto mais cabeças pensantes melhor, porque sabemos que qualquer trabalho de voluntariado ele é difícil, ele é sempre cansativo, não conheço nenhum trabalho de voluntariado que é tranquilo e quanto mais pessoas capacitadas, com sua capacidade naquela área de atuação que ele faz ele vai contribuir para qualquer projeto.

A situação retratada pelo Entrevistado C traduz-se também pelo relato do Entrevistado D que exemplifica com um caso concreto recente,

Hoje mesmo eu recebi um convite de uma pessoa que quer participar do CODEFOZ, a pergunta foi assim 'o que eu faço para ajudar o poder executivo a melhorar a nossa cidade?', eu respondi 'procura o CODEFOZ', passei o telefone da Aline, ela ficou feliz, vai participar da câmara da saúde. Então, eu tenho visto que a comunidade está vendo e sentindo que trabalhando organizado, um órgão que realmente tenha seriedade e represente essa sociedade, cada vez mais está participando. As entidades hoje se uniram todas, não existe mais, por mais que tenha alguma entidade que participe com mais força ou não, mas é num local único, porque antigamente era tudo fracionado, então uma cobrança, uma exigência, uma bandeira era muito mais difícil de acontecer. Hoje quando o CODEFOZ abraça um projeto, uma bandeira, uma linha, a cidade inteira, as entidades inteiras vão apoiar ela, isso que é importante. Acho que o prefeito se sente muito melhor. Agora até um elogio para o prefeito Chico que está buscando o CODEFOZ para resolver os problemas da cidade e depois eu te mostro aqui a pauta da reunião de hoje para planejar 2018, o que será feito em 2018, graças à organização da sociedade.

Fechada a análise do primeiro eixo passa-se a análise do das perguntas quais tratam especificamente do CODEFOZ.

#### 4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – EIXO 02

Entre os motivos de o CODEFOZ ter se tornado referência para outros municípios e tido seu modelo replicado destacaram-se a participação e o capital social. Para o Entrevistado F “ao se mostrar um exemplo de participação ativa da sociedade, com resultados concretos, torna-se um case a ser utilizado como exemplo”; o Entrevistado Y que há 15 anos participa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e há 01 ano do CODEFOZ disse, “acredito pela participação e formato”; o expressado pelo Entrevistado I foi que “talvez pela participação dos setores”; e para o Entrevistado Z,

Porque visa o desenvolvimento da cidade, promovendo a comunhão entre prefeituras e entidades, buscando um futuro melhor e promissor, para que com união entre partes, inclusive com as comunidades as dificuldades sejam uma a uma sanadas.

Quanto ao Entrevistado N relata que “pela multiplicidade de saberes, pela visão de futuro, pela organização, pela democracia nas decisões e pela presença de pessoas competentes”; o posicionamento do Entrevistado K foi que “penso que pela transparência, forma de condução isenta da política, e pela participação das principais entidades representativas de todas as categorias do município”; e trazendo juntamente a visão do desenvolvimento regional, o Entrevistado Q diz que “devido a oportunidade que o órgão dá de juntar forças institucionais para propulsionar o desenvolvimento da região onde está instalada.”

Lembrando que o Programa Oeste em Desenvolvimento surgiu inspirado no CODEFOZ, o Entrevistado T destaca a capacidade do conselho em reunir organizações para resolução de problemas,

Pela representatividade que o CODEFOZ tem e no poder de mobilização e aglutinação das instituições, onde através de encontros e diálogos se consegue trazer os problemas e sair com as melhores soluções possíveis. Isso chamou a atenção das localidades em torno de Foz. Os resultados das ações também foram destaque e isso também serviu de vitrine e referência. Lembrando que o CODEFOZ também foi à fonte de inspiração para o Programa Oeste em Desenvolvimento, integrando a região oeste do Paraná em um grande projeto de futuro integrado. O atual presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento foi o primeiro presidente do CODEFOZ Danilo Vendrusculo.

Outros entrevistados também apresentaram a mesma visão do capital social reunido dentro do conselho. O Entrevistado V disse que “justamente pela participação de pessoas com conhecimento que, de forma voluntária, colocam este conhecimento à disposição da sociedade.” “Porque é um modelo de organização que permite de forma legítima todos os cidadãos que queiram participar através de instituições, na construção de uma cidade ou região com melhor qualidade de vida” foi o ponto de vista abordado pelo Entrevistado H. O Entrevistado B também apresentou seu ponto de vista na linha do capital social, dizendo que o “CODEFOZ foi à novidade. Assim, foi uma proposta que conseguiu congrega toda a sociedade, a representação da sociedade tava toda ali. Acho que foi um espelho para os demais municípios da região.”

O Entrevistado E além de confirmar o capital social como destaque do modelo que se tornou o CODEFOZ, ele também explica como isso aconteceu e vem acontecendo,



Todos os municípios, todas as cidades, aqui do outro lado da fronteira também, Porto Iguazu, todos tem o mesmo problema. Na verdade o mundo mudou muito e a política não mudou nada, quem tem que fazer é o cidadão, mas para ele fazer ele tem que se organizar de alguma forma. Qual era o problema que nós encontrávamos. Quando a associação comercial ela tem 1300 sócios, 1400 sócios, ela representa esses 1400 sócios. Por outro lado, nós temos o turismo que tem lá mais 200 sócios, que representa aqueles 200 sócios. Então todas as vezes que esses falam ou outros órgãos que tenham, os contabilistas, têm dos médicos, todas as vezes que essas associações falam dá a impressão que elas estão falando em nomes desses associados. No CODEFOZ como ele tem todas as entidades, quando ele fala, ele fala em nome de todas as entidades. Então essa que é a grande sacada do CODEFOZ. Então não existe aquela coisa de dá nome a uma entidade ou a outra, ou ciúme de uma entidade ou outra, ou fala que uma entidade está puxando a sardinha para o seu lado ou não, ou fala que uma entidade está cuidando muito mais do seu interesse que do outro. Então o CODEFOZ é composto por todas essas entidades. Essa que é a grande sacada do CODEFOZ. Acho que por isso que as pessoas enxergam uma possibilidade de montar uma força para poder ajudar e contribuir com o poder público.

Abordando um exemplo recente do CODELESTE, o Entrevistado A também faz menção a união das diversas forças da sociedade,

Porque realmente ele congrega todos os segmentos da sociedade. E ali se faz um estudo são... é... na verdade ele reúne as cabeças pensantes dos locais onde ele atua e dali saem as ideias, e sempre boas ideias, e ideias aplicáveis. Recentemente eu fiquei impressionado com uma ação do CODELESTE, saiu uma notícia que os policiais pegavam propina para liberar pra ponte, o CODELESTE acionou a Ministra do Turismo, a Ministra do Turismo acionou a prefeita e ela tomou providência em relação a isso. Então pra mim foi um negócio assim, se percebe nitidamente a ação do conselho.

O Entrevistado C relata que “a gente percebe que o maior exemplo foi conseguir trazer um consenso entre as pessoas que não se dialogavam na mesma mesa. É aquela força quando você consegue convergir para o mesmo caminho, ou seja, ele conseguiu fazer com que o interesse de todos fosse alinhado”, dentro disso também relatou que no Paraguai,

A replicação foi propriamente voluntária, porque..., no Paraguai até maior, mais amplo o processo, porque veio do Presidente, na verdade ele definiu a instituição dos conselhos em todos os municípios do Paraguai, então está se construindo isso. Só que como a gente bem sabe é um país com desenvolvimento um pouco mais lento, com pujança de crescimento financeiro, devido ao alinhamento de impostos serem melhor, e a gente sabe que isso pode sim levar um tempo, porque é muito cultural de todo o povo. A parte de quem está na base de um conselho ela é definida pelas pessoas que estão ali, não é por um papel, por um regulamento simples. E isso vai ter que ser, isso é o grande desafio que vai ter que ser construído pelo pessoal do Paraguai, pelo pessoal da Argentina. E a gente sabe que subir o rio não é fácil, eles estão no extremo do país, as duas cidades, eles vão ter que levar isso para consenso do governo para que tenha apoio. Em Ciudad Del Este já tem algumas coisas em desenvolvimento, um grupo de pessoas bastante engajadas ali e que participam conosco em várias reuniões para que tenham o expertise, o conhecimento, esse know-how transferido. O próprio SEBRAE já trouxe para dentro do Paraguai alguns módulos de treinamento, que se capacitou mais de 80 pessoas já, na tríplice fronteira, na região trinacional que nós chamamos, na região trinacional, neste tema desenvolvimento.

O Entrevistado J trouxe também o envolvimento da sociedade como ponto de destaque, porém igualmente fez menção à necessidade de maior aprofundamento na comunidade para promover mais a participação, e assim evitar que vire um conselho elitizado. Além, lembrou da necessidade de olhar à região, pois não tem como desenvolver-se sozinho,

Este modelo já teve referência em outro município. O envolvimento da sociedade no CODEFOZ é algo que se pode elogiar, no entanto, sinto que falta avançar um pouco para a comunidade, é preciso fazer um trabalho de nivelamento com a comunidade e promover uma participação maior desta, senão tende a se tornar um conselho elitizado e a informação não chega à comunidade. A posição geográfica da fronteira e a iniciativa em aproximar das cidades vizinhas, entendendo que indiferente da fronteira política não se consegue desenvolver-se sozinho fez com que avançasse para outros municípios e países.

Ponderação parecida sobre a elitização fez o Entrevistado L diante da necessidade de representar alguma entidade para participação e de como os temas são eleitos,

Por permitir ampla participação da sociedade, discutir e encaminhar propostas de interesse local e influenciar o processo decisório na gestão pública, porém apresenta a limitação de só ter voto as entidades através de seus representantes, devendo este aspecto ser repensado, mais ainda, tende a discutir temas de interesse da mesa diretora e de pequeno grupo em detrimento da coletividade.

A cooperação entre os participantes também apareceu nas entrevistas. Para o Entrevistado G, “acredito pela forma que estão sendo direcionados os trabalhos juntamente com alguns órgãos públicos”; semelhante foi o colocado pelo Entrevistado P,

Acredito que este fato esteja associado às ações desenvolvidas que são inter e transetorialmente (*sic*) buscando o fortalecimento da Tríplice Fronteira, que ultrapassa territórios, para colaborar com o desenvolvimento saudável e sustentável, respeitando os critérios de equidade social.

Por fim, neste quesito também foi vista a ideia de lições aprendidas, uma vez que cada cidade foi melhorando e adaptando o modelo desde o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, conforme o Entrevistado D,

Assim como nós usamos o modelo de Maringá, fomos lá em Maringá, assistimos o trabalho deles, vimos os resultados. Cada vez que tinha uma plenária aqui de Foz do Iguaçu, e isso espalhou a notícia e tal, a gente convidou pessoas, empresários, entidades, dessas cidades que você citou a virem pra cá. O sonho de toda comunidade é ter um conselho assim. E eles vendo, principalmente assistindo as plenárias, e vendo os resultados, a gente montou realmente um histórico e o quanto a gente avançou já nestes anos, então brilhou os olhos de todo mundo e eles acabaram montando, felizmente, buscaram seus municípios, prefeitos, e até no exterior, Porto Iguazu e Ciudad Del Este, que não tem uma cultura associativista, não tem estrutura, associação comercial, federação lá é muito fraca, só que os empresários se uniram, nos usaram como exemplo, a gente deu palestras lá, e os políticos entenderam que era importante. E hoje eles estão

ajudando a desenvolver. O Oeste do Paraná a mesma coisa. Medianeira aprovou, Santa Helena, Marechal Rondon, Cascavel, todos baseados e usando nosso exemplo, como a gente já está na frente acabou sendo uma referência.

[...]

Tem que ter para poder aprovar a lei. O poder executivo propôs a lei, como aqui em Foz do Iguaçu e o poder legislativo tem que aprovar. Então há todo um trabalho político de conscientização mostrando a seriedade, como vai ser o trabalho, que não é para dividir poder de ninguém, é só para somar. É um órgão de apoio ao executivo, de apoio ao legislativo. Que a comunidade quer participar. Então isso funcionou por ser a condução e as pessoas realmente que conduzem tem que ser isentas de interesse próprio, de interesse político, se fizer ao contrário, a gente usou este exemplo de Maringá, a coisa acaba não funcionando e o conselho não sendo aprovado.

As lições igualmente foram repassadas do conselho de Foz do Iguaçu para o conselho vizinho do lado paraguaio, para o Entrevistado C,

Fato importante foi quando houve o interesse do Paraguai em participar do processo, uma coisa que a gente não imaginava que eles tinham essa velocidade de aproximação e interesse, aonde os presidentes primeiro e segundo que foram o Danilo Vandrúsculo e o Roni Temp tiveram o engajamento para fazer esta aproximação, esse direcionamento para que eles errassem menos e tivessem maior velocidade na abertura. Eu acho que isso foi o que mais me surpreendeu, a enxergar a região como uma cidade. Então nós não temos aqui países, nós temos uma grande cidade, uma cidade trinacional. Tanto é verdadeiro que existe já no processo em andamento as lojas francas, que está acontecendo na cidade, que mostra mais que nunca, que mostra que somos muito parecidos nos problemas, que não tem como a gente ficar dividindo muito. Por mais que o país tenha que proteger sua fronteira, que tem essa responsabilidade, começa a enxergar que os problemas sociais são muito semelhantes, se tem dengue ali, vai ter dengue aqui, se tem aftosa ali, vai ter aftosa aqui e isso vai acontecendo. Não tem passaporte não.

Dentro do penúltimo quesito, qual buscou identificar se alguma pessoa ou organização destacou-se durante a atuação do CODEFOZ surgiram diversas respostas, mas duas organizações tiveram mais destaques: ACIFI e Itaipu. Quanto às pessoas, o nome mais recorrente foi o ex-presidente do conselho e atual presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento, Danilo Vandrúsculo.

Para o Entrevistado F “entre as instituições méritos com certeza para ACIFI e Itaipu. Outros parceiros, como PTI, Sebrae e COMTUR também devem ser lembrados.” Enquanto o Entrevistado K, que foi presidente da ACIFI e presidente do CODEFOZ por 02 (dois) anos destacou a “Itaipu, ACIFI, Fundo Iguaçu, executivo atual.” Na opinião do Entrevistado N aparece também a universidade, “UNILA, ACIFI”. Já para os Entrevistados V e W foi a “Itaipu Binacional”, “Itaipu”, respectivamente.

Na perspectiva do Entrevistado Q “a Prefeitura Municipal tem atuado em sintonia com as deliberações do CODEFOZ e, ao meu ver, tem sido uma das instituições-líderes (embora muito morosamente) deste órgão, bem como a Itaipu Binacional, Fundo Iguaçu, ACIFI, dentre outros.”

Destacando a participação voluntária e a formação de lideranças, o Entrevistado T lembrou de instituições que trabalharam com o processo de aprendizado,

O grande atrativo do CODEFOZ no meu ponto de vista é a participação voluntária, onde todos contribuem pelo bem maior de uma cidade. Isso dá isenção e traz um ambiente mais favorável para pensar o conjunto da cidade e não apenas o interesse de cada um. A formação de lideranças também é um dos destaques e nesse ponto algumas instituições contribuíram muito bem como foi o SEBRAE, o CONECTADEL, e os parceiros de peso como a Itaipu, FPTI, ACIFI, entre outros.

O poder de congregação da ACIFI, de juntar vários empresários, foi lembrando pelo Entrevistado B,

Acho que ACIFI. O poder de mobilização da ACIFI é maior, de congregação. Acho que a ACIFI é a entidade mais forte aqui de Foz. Tem o SindHotéis também, que vem na sequência, tem o SindHotéis também, na sequência vem o SinHotéis. São as duas entidades principais. A prefeitura municipal também é fundamental nisso, ela tem que estar junto, mas que consiga congregar os empresários ela consegue..., agora a ACIFI consegue congrega os empresários.

Ainda o Entrevistado B, quando indagado se a prefeitura foi um destaque na atuação do CODEFOZ, apresentou a seguinte resposta,

Eu não vejo que ela destacou, não, eu não vejo que ela destacou. Ah teve a Itaipu também. Ambas. Na gestão anterior. Nesta gestão eu não percebia isso, agora eu estou um pouquinho ausente, um pouquinho ausente do CODEFOZ também. Antes estava mais mobilizado. Acho que é a liderança.

E o mesmo entrevistado, nesta perspectiva de liderança apresentou dois nomes,

O presidente era muito ativo. O primeiro, o Roni também foi bom, o primeiro, o Danilo, que inclusive acho que ele foi trabalhar regionalmente, está na região, no Oeste em Desenvolvimento.

O Fundo Iguaçu e a hotelaria reaparecem com o Entrevistado C como destaques, bem como a ACIFI, mas sem nomes específicos devido ao caráter apolítico e de transparência do conselho

Essa é a base, é à base de sustentação. O Fundo Iguaçu, a hotelaria, tudo a mesma coisa. Sindhotéis. Na verdade mais o Fundo Iguaçu mesmo, Fundo Iguaçu e a ACIFI mesmo. Não, nomes não, porque assim é muito clara a transparência, porque o CODEFOZ é apolítico, então não existe muita evidência nominal, então a evidência nominal ela é muito fraquinha no CODEFOZ, então a busca pelos resultados no coletivo é o mais forte ali. E graças a deus o alinhamento está muito forte, os novos que vão chegando a gente que está desde o começo vai tentando trazer esta cultura para pessoa entender que não é partido A, B ou C, não é a associação A, B ou C, por conta disso não é direcionado para os projetos só do turismo, só da ACIFI, só da OAB, seja o que for, então não existe isso, o projeto ali é amplo. É por isso que o CODEFOZ ele trabalha com macro-projetos, seja da área do viaduto, seja a primeira vitória conquistada na época da primeira gestão que foi a reforma da Ponte da Amizade, que veio do CODEFOZ, o projeto, a parte do recurso captado, tudo, foi feita aquela cobertura da ponte, a pintura,

etc..., a iluminação. Então outros projetos que estão se viabilizando como o viaduto da entrada da cidade, como a parte das trincheiras que nós estamos solicitando para algumas regiões da cidade, seja na BR 277, 369, a duplicação das Cataratas também, o CODEFOZ está muito forte nisso, a barranca do rio onde logo, logo, vamos ter a parte dos portos que estão abrindo ali, vai facilitar bastante, vai tirar 300 vans por dia da ponte que é um volume grande, que atrapalha muito a parte do turismo. Então ele trabalha com ações estratégicas numa visão macro, o que é micro tem que ser sindicato, associação, que é o varejo, ai tem que ficar dentro de casa. Aí quando você pega problemas macros, ah... o problema é o Hospital, opa, vamos ajudar, o problema é a ponte, vamos ajudar, então ele foca projetos macros.

Para o Entrevistado D, que foi presidente da ACIFI e do CODEFOZ, a Associação Comercial foi qual se destacou no conselho, tanto pelo suporte com pessoal quanto pela formatação e implantação da ideia, e Danilo Vendrúsculo o nome mais importante neste processo,

Eu falo de cadeira. A Associação Comercial até hoje ela sede o..., durante aquela gestão que eu fui presidente a meta principal foi montar o conselho, a gente não é esqueceu a associação, a gente não fez mais nada além disso. Então na minha gestão foi feita assim. Na segunda gestão, do João Batista depois, a gente então emprestou o nosso diretor executivo porque não tinha verba e não tinha..., porque o diretor executivo também tem que ser independente do executivo municipal, para não ficar ligado a parte política. Então alguém vai ter que bancar esta parte. Então a ACIFI fez este financiamento e financia até hoje, até hoje, porque vê que o resultado que traz pra cidade é muito maior que o próprio investimento. E a figura como pessoa, se eu fosse eleger uma pessoa é Danilo Vendrúsculo, que pegou essa bandeira. Ele era presidente do conselho superior da ACIFI naquela época, então ele trabalhou durante um ano, fazendo toda esta ponte, a conscientização das entidades, a conscientização do prefeito na época que era o Paulo Mac Donald, dos vereadores, eu acompanhava ele, mas ele pegou essa bandeira em primeira mão e depois foi o primeiro presidente, e hoje continua no conselho. Foi uma figura emblemática para o CODEFOZ, pessoa é o Danilo Vendrúsculo e entidade a Associação Comercial.

Danilo Vendrúsculo também aparece nas palavras do Entrevistado E. O entrevistado igualmente cita o nome do Diretor Executivo da ACIFI que foi articulador no processo, Dimas, e do presidente da Associação Comercial na época, Roni Temp. Além destes, cita o nome de alguns vereadores que ajudaram na tramitação do processo, bem como do prefeito a época e de um secretário municipal,

Na formação sim, teve algumas forças que eu acho que foram preponderantes, assim, sabe. Que se não fosse não tivesse saído. Pelo lado da ACIFI nós tivemos o Danilo Vendrúsculo, que foi um batalhador, foi atrás, marcou reuniões o tempo todo. Nós temos um articulador que foi extraordinário também, na articulação, na união, sempre um passo a frente, que é o Dimas, que é o diretor executivo da ACIFI, que ajudou muito. O Roni Temp que tava na presidência neste momento, que pelo menos facilitou para que as coisas acontecessem. Pelo lado político nós tivemos na Câmara de Vereadores o Bobato e o Queiroga, que fizeram, agilizaram, para que o processo passasse rápido, para que não enroscasse em nada, o projeto de lei passasse rápido. Tivemos um esforço muito grande do Paulo Mac Donald, do prefeito, porque acho que sem o esforço dele também não teria saído, se fosse com a vontade que normalmente se tem com as coisas não teria,

mas ele falou vai sair. Nós tivemos a secretaria do desenvolvimento econômico que nós tínhamos na época o secretário que era o Advilson. Esse rapaz ele trabalhou várias noites, virando noites, para poder deixar isso pronto, porque nós queríamos que isso fosse aprovado ainda na gestão, porque até iniciar um novo prefeito, até ele entender o que se tava passando.

Continuando, o mesmo entrevistado explica o motivo de desejarem aprovar rapidamente a lei que criou o CODEFOZ e destaca o apoio que tiveram do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá neste processo,

Nós queríamos passar ainda na gestão do Paulo para que não houvesse a mudança, porque depois da mudança parava tudo, até começar de novo. Então nós iniciamos o processo em agosto, quando foi início de dezembro tava aprovado na Câmara, não lembro a data, mas foi mais ou menos de agosto a início de dezembro. É um tempo recorde para tramita, todos os trâmites, um processo complicado, um projeto de lei cheio de detalhes. Evidentemente nós tivemos muita ajuda do CODEM de Maringá, que nos apoiaram muito com relação a isso. Enfim, tenho que destacar também que eles que nos deram os nortes, os erros que eles já cometeram, que nós não devíamos cometer, estatutário. Evidentemente eu devo estar esquecendo de alguém, mas essas pessoas foram essenciais.

Falando sobre os primeiros anos do CODEFOZ, que segundo o Entrevistado E funcionaram melhor, ele destaca um novo nome, Jorge Samek, Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional a época e vice-presidente do CODEFOZ simultaneamente,

CODEFOZ até os quatro primeiros anos ele funcionou num ritmo, depois ele mudou um pouco. Nos quatro primeiros anos a gente funcionou, os três primeiros anos a gente funcionou melhor. Tivemos uma outra pessoa também que foi fundamental para dar credibilidade ao CODEFOZ que foi o vice-presidente da primeira gestão que foi o Jorge Samek. Ele participou de todas as reuniões, deu todo o apoio para o CODEFOZ, estava presente, muito incentivo e achava, sempre acreditou no projeto, sempre acreditou que o caminho era esse.

Financeiramente o Entrevistado E colocou como destaque a Itaipu, porém, institucionalmente, destacou o CODEFOZ,

Teve muitos projetos, muitas coisas, que foram feitos, financiados, pela Itaipu, pela secretaria de comunicação de Itaipu, foi a única entidade que colocou algum dinheiro até hoje. Então teve alguns projetos que o CODEFOZ participou que a prefeitura colocou dinheiro. Eu sei que o plano, foi feita uma pesquisa, a Itaipu bancou aquela pesquisa. Depois foi feito o zoneamento. O projeto desse viaduto aqui, a duplicação da 369, que vai sair agora tem alguma coisa do CODEFOZ e da Itaipu, e tem o Fundo Iguaçu também, mas a Itaipu tem. O agente financiador de algumas ações, de algumas viagens que nós fizemos, a ACIFI bancou, algumas viagens a Brasília, a ACIFI também bancou alguma coisinha, mas muito pouco. Porque a ACIFI ela tem que fazer só investimento direto ao associado, então a gente tem muita restrição em relação a isso. Então na minha gestão, quando assumi, o CODEFOZ tinha recém começado a trabalhar, tinha pego aí uns quatro meses, então meus dois anos de gestão foi muito mais de dar sustentabilidade ao CODEFOZ para que ele não morresse na saída, do que propriamente cuidar da ACIFI. Então a ACIFI teve uma importância muito grande, assim, não só com financiamento financeiro, que foi pouco, financeiramente foi mais a Itaipu, mas

bancar institucionalmente o CODEFOZ, até hoje a ACIFI faz isso, até hoje a ACIFI faz. Tanto é que o secretário executivo da ACIFI é que toca praticamente todas as demandas do CODEFOZ.

Sem revelar nomes o Entrevistado J respondeu que existem instituições e pessoas que se destacaram no conselho, tanto pela colocação da organização na sociedade quanto pelos cargos que ocupavam,

Existem sim pessoas e instituições que assumiram a frente, algumas por estarem no cargo de determinada instituição e reconhece a necessidade de envolvimento de sua instituição, outra por motivação política e as que realmente se preocupam com a cidade e seus cidadãos. Quanto às instituições algumas são imprescindíveis devido a sua importância perante a comunidade, não tinham como se omitir, outras devido ao seu representante assumem papéis importantes e, ainda temos instituições que precisam estar mais envolvidas. O financiamento é necessário, principalmente para pesquisa e capacitação, mas devem ser bem definidos os critérios, um trabalho social de capacitar membros da comunidade para contribuir seria interessante.

Por fim, o Entrevistado A coloca todos participantes como importantes demonstrando em sua fala a possível formação de um capital social, sob a liderança do presidente,

Difícil porque são tantas entidades e tantas pessoas abnegadas, e vamos dizer capacitadas, que eu acho que cada um na sua área dá uma grande contribuição e no fim, vamos dizer, que o gestor do CODEFOZ, é que apura tudo isso, ou depura todas essas contribuições e dá andamento pra chegar onde tem que chegar, nos anseios.

No último quesito foi perguntado aos entrevistados se o CODEFOZ pode ou tem potencial para desenvolver econômica e socialmente Foz do Iguaçu, as respostas positivas predominaram.

Para estes entrevistados, além da resposta afirmativa destacaram a importância da articulação e planejamento. Para Entrevistado F “com certeza sim. Ao buscar o apoio da sociedade, articular com a mesma e com o poder público, se organizar e se planejar, tem todas as condições para tal”; e para o Entrevistado W acredita que “sim, pois a articulação e planejamento viabilizam o alcance de resultados, que podem estar dispersos nos diversos setores e grupos”; e para o Entrevistado U “sim, por centralizar e mediar importantes ações visando o desenvolvimento local.”

O Entrevistado H traz como responsabilidade da sociedade pensar no planejamento da sua cidade ou região a médio e longo prazo com políticas de estado, e também contribuir nas políticas de governo,

Tem sim, até porque a principal linha de atuação do conselho é trabalhar em políticas de estado que transcendem as políticas de governo. É de responsabilidade principalmente da sociedade pensar a sua cidade ou região no

médio e longo prazo como: projetos estruturantes, modelo de produção, atração de novos investimentos no setor privado e outros mais. O conselho contribui também com propostas e sugestões nas políticas de governo que envolvem principalmente: educação, saúde, saneamento e segurança.

O capital social e educação igualmente estiveram presentes nas respostas deste último quesito. O Entrevistado N respondeu que “sim, pelo amplo conhecimento das pessoas envolvidas.” Para o Entrevistado K,

Vejo que é a melhor ferramenta criada até agora para auxiliar o executivo e legislativo, de forma democrática e voluntária, unindo todas as entidades em um só lugar, dando prioridade aos projetos mais necessários, sendo a melhor forma de todos os cidadãos serem representados ou participar da construção da nossa cidade.

Para o Entrevistado J o CODEFOZ possui capacidade de desenvolver o município, porém necessita ampliar o envolvimento, participação, da comunidade, para que esta ande junto com as decisões,

O CODEFOZ tem potencial e o dever de promover o desenvolvimento econômico e social do município. Mas falta um maior envolvimento da comunidade, o desenvolvimento da cidade não é somente grandes obras ou grandes programas que não atingem diretamente uma parte da população. É necessário um trabalho cirúrgico junto à comunidade, e vejo que diretoria principalmente não vê essa necessidade, o CODEFOZ poderia buscar entre seus parceiros proposta e/ou projetos que pudessem fazer esse trabalho paralelo aos grandes investimentos, por exemplo: não adiantaria trazer uma grande indústria se não tem mão de obra local, e tiver que trazer de fora; não adianta investir no turismo se não tiver uma população que entenda a importância desta atividade e esteja capacitada para oferecer uma qualidade em serviços e atendimento; não adianta criar pólos tecnológicos ou sociais se não proporcionar ensino de qualidade para ocupar estes espaços e avançar, enfim a comunidade deve caminhar junto com as tomadas de decisões, somente assim poderá haver um desenvolvimento local de fato.

A participação também foi o ponto destacado pelo Entrevistado I para o conselho desenvolver o município, “sim, se tivesse maior participação dos membros”, e igualmente para o Entrevistado T junto com o planejamento,

O CODEFOZ é a principal ferramenta para desenvolver economicamente e socialmente o município, porque permite a participação de todos, através de diálogo, planejamento e propostas, diagnosticar as prioridades e promover as ações para avançar ordenadamente. Somente nas mãos do poder público, a cidade vai atender outros interesses que não são os interesses da comunidade que aí sim, viram reféns de um sistema não participativo.

A participação e a visão de políticas de estado, contínuas, e que gerem recursos para dentro do município foram os pontos abordados pelo Entrevistado R, que participa direta e ativamente desde a criação do CODEFOZ,



A principal missão do CODEFOZ é mobilizar a sociedade com ações e projetos que visam o desenvolvimento, principalmente nas políticas de Estado que transcendem as políticas de governo. Via de regra os gestores públicos focam as políticas de governo que são de 4 ou 5 anos e normalmente na troca de gestor não há continuidade das políticas, além de não contemplar políticas de longo prazo. No campo econômico o CODEFOZ tem focado em projetos que visam uma alta demanda de mão de obra justamente para geração de empregos. Uma vez promovendo o pleno emprego, estes trabalhadores via de regra consomem todo seu salário nos estabelecimentos do próprio município. Também direcionamos os projetos que contemplam investimentos na produção de produtos ou serviços para exportação para outros territórios ou países, com isto entra recursos de fora para dentro, classificadas como forças econômicas propulsivas. É fundamental que cada município ou região foque em atividades propulsivas gerando com isto superávit para impulsionar atividades econômicas reflexivas. No caso de Foz do Iguaçu identificamos quatro forças propulsivas que estamos buscando potencializá-las que são: - Turismo – Logística - Educação - Saúde Para identificar se uma força é propulsiva e tem potencial para se desenvolver como pólo regional, se pega, por exemplo, o setor de saúde: após tabulação de dados se o município apresentar um número de leitos hospitalares acima de 20% da média dos municípios em geral, isto é caracterizado como pólo de saúde. Isto faz com que pacientes de outras regiões ou municípios se desloquem para tratamento. Este deslocamento além de trazer recursos de fora para o médico, enfermeira, hospital, faz com que estes consumidores gastem em outras atividades como lojas, hotéis, etc.

O desenvolvimento para o Entrevistado Q dá-se pela pressão por meio da participação, “não enquanto executor, mas sim como um órgão que pode exercer pressão política sob os responsáveis pelo desenvolvimento de um município ou região - leia-se Poder Público e Sociedade Civil.”

Já na visão do Entrevistado P o conselho pode desenvolver o município cooperando com a administração municipal,

Acredito que sim. Porque visa apoiar a administração municipal para que possa desenvolver um projeto de governo único e integrado. Subsidiar os gestores locais, técnicos e sociedade para a construção de políticas públicas que considerem a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida.

O mesmo ponto de vista foi abordado pelo Entrevistado C, não apenas com a administração municipal, mas com outros órgãos públicos também, como a Itaipu Binacional,

Sozinho não, ele só vai conseguir isso se o poder público estiver apoiando e em sinergia com os projetos definidos. Esses projetos definidos eles normalmente são trabalhados com o poder público, com o executivo, com o legislativo. Então não existe projeto que vá para frente se não tiver alinhamento. Itaipu binacional é um elo muito forte neste processo do CODEFOZ, ela que solidificou muito no começo com o presidente Samek na época, então muito mérito do fortalecimento do CODEFOZ saiu dali, da base da Itaipu e ela dando esse apoio incondicional ao processo para que ele realmente alavancasse.

Ainda o Entrevistado C perguntado se a mudança na direção da Itaipu Binacional causou alguma alteração nos trabalhos do conselho respondeu que,

Não, com a gestão não. O Vianna também é uma pessoa de muita visão, de muito engajamento com a cidade, o pai dele foi daqui, ele tem raízes em Foz, tem um carinho muito grande por Foz do Iguaçu, a mãe dele é fundadora da Guarda Mirim, então são pessoas da cidade, da região e que sempre tiveram em seu DNA a parte social, bem comum, acho que são pessoas que agregam muito ao CODEFOZ e que vão estar sim apoiando o processo da cidade.

Para o Entrevistado A o potencial do CODEFOZ está na contribuição com os gestores do município, não no desenvolvimento em si, como forma de fazer chegar ao gestor o desejo da população,

Na verdade não é potencial para desenvolver, ele tem potencial para contribuir com os gestores municipais para proporcionar o desenvolvimento. O CODEFOZ em si ele não faz, ele simplesmente contribui e ele aborda caminhos e soluções tanto técnicas quanto políticas para que se concretizem os anseios da sociedade civil organizada. Não vejo outro fórum mais apropriado nessa democracia atual, na forma de, vamos dizer, nas políticas nacionais, a forma que eu vejo de cada município desenvolver-se é o gestor fazendo o que a população espera. Então para ele saber, precisa ter, chegar até ele. A forma de chegar pra mim é o CODEFOZ, o Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Planejar o futuro da cidade consiste no trabalho que deve ser realizado pelo CODEFOZ na visão do Entrevistado D, não sobrepondo os poderes, mas apoiando-os enquanto se preocupam com os problemas atuais. Além, demonstra que o alinhamento entre o conselho e os poderes mostra-se de essencial, e cita como exemplo o descompasso no passado recente devido aos problemas municipais descobertos pela Operação Pecúlio<sup>30</sup>,

Com certeza. Realmente trabalhando nas questões que são fundamentais para a cidade. Não que o prefeito e os vereadores não façam isso, mas eles têm a função de resolver os problemas do dia-a-dia, tampar buraco da rua, arrumar ponto de ônibus, a saúde do posto, essa parte operacional da cidade. O conselho já pensa estrategicamente e atua na parte econômica da cidade que é aonde as entidades tem interesse. Então este diagnóstico, foi feito um diagnóstico econômico da cidade de Foz do Iguaçu, foram elencados quatro pilares da economia que é o turismo, educação, logística e saúde. Então é nesses quatro pilares que a gente atua mais fortemente e que sabendo que desenvolvendo isso, a cidade cresce

<sup>30</sup> “Doze dos quinze vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, foram presos na manhã desta quinta-feira (15) durante a 5ª fase da Operação Pecúlio, deflagrada pela Polícia Federal (PF). Segundo a PF, dez vereadores foram presos preventivamente, quando não há prazo definido para que os investigados deixem a prisão, e dois temporariamente por cinco dias, podendo ser a prisão prorrogada por mais cinco dias ou convertida em preventiva.”

#### “Operação Pecúlio

As investigações da PF que levaram à deflagração da Operação Pecúlio, no dia 19 de abril, indicam um esquema de corrupção na Prefeitura de Foz do Iguaçu envolvendo fraudes em licitações para a contratação de obras e de serviços na área da saúde.

De acordo com o MPF, a organização criminosa era comandada pelo prefeito afastado Reni Pereira (PSB), que chegou a cumprir prisão domiciliar por 106 dias. Doze presos preventivamente deixaram a prisão depois de assinarem acordos de delação premiada. Além de empresários e do prefeito, foram presos secretários, diretores e servidores de carreira.

No total, três dos 85 réus da ação penal que resultou da operação permanecem presos. Eles respondem, entre outros, pelos crimes de peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, organização criminosa e fraude em licitações.” (G1 PR; RPC, s/ p., 2016)

com tudo e todos ganham. Sendo efetivo, profissionalizando, trabalhando profissionalmente e independente apoiando a prefeitura, mas pensando na cidade como um ser econômico, como uma empresa. É isso que a gente faz. Posso falar assim que eu fiquei frustrado como presidente de não poder ter feito muito mais coisas trabalhando pelo CODEFOZ, porque na nossa gestão foi onde aconteceu a Operação Pecúlio e aí foi esse furacão na cidade a cada dia. Trocou de prefeito três vezes, os vereadores foram presos, e o CODEFOZ depende 100% do órgão legislativo e do executivo. Mas a minha missão todo este tempo é passar três anos que tudo aconteceu, e a gente continua trabalhando, mas em um ritmo menor. Mas o CODEFOZ não foi citado, nem uma pessoa do CODEFOZ foi arrolada, nenhum ponto negativo, e o CODEFOZ passou imune por todo esse tempo. Então essa minha missão fiquei realizado por isso, porque entreguei agora a missão para o Mário Camargo com o novo prefeito, com o CODEFOZ com a mesma seriedade e sendo visto realmente como um órgão importantíssimo. E até ouvir depoimentos do tipo 'O que seria de Foz do Iguaçu se não fosse o CODEFOZ?' naquele período, ia ser muito pior. E ainda assim, independente de tudo, muitas ações andaram, muitos projetos andaram, independente do que aconteceu na parte política de Foz do Iguaçu. Então isso marcou bastante, vai ficar na história.

Além do planejamento 2040 do conselho, que na visão do Entrevistado E foi prejudicado pela recente instabilidade política do município, a sociedade precisa enxergar o CODEFOZ como essencial para reunião das forças da cidade, principalmente daquelas que são responsáveis pelos principais eixos indutores de Foz do Iguaçu,

Eu não enxergo outra saída. A sociedade para ela se desenvolver ela tem que trabalhar as causas comuns através de uma força única, ela não pode fracionar essas forças. Se a sociedade não entender que o CODEFOZ é importante e continuar apoiando o CODEFOZ, jogar as fichas, estar junto com o CODEFOZ, principalmente as lideranças do turismo, lideranças da logística, o CODEFOZ já fez muita coisa pra logística, a liderança de Itaipu, a liderança política, se eles não entenderem que o CODEFOZ é o ambiente, é o fórum ideal para se discutir, se debater e cuidar do futuro de Foz do Iguaçu, a sociedade não vai conseguir desenvolver, não vejo outra forma, a sociedade tem que pensar dessa forma. A única forma que eu vejo de desenvolvimento, de buscar o desenvolvimento (inaudível), sustentável. Já ensaiamos aí um 2040, tem algumas coisas que a gente fez. O CODEFOZ tem um planejamento 2040, ele perdeu um pouco de força em função da instabilidade política que nós tivemos até o começo do ano passado. Eu não sei como é que está na mão do Mario esse ano, mas possivelmente ele deve estar trabalhando em cima disso aí.

Dentro desta esfera política, o Entrevistado V respondeu que “tem, mas não pode, de forma alguma, ter amarras políticas.”

O Entrevistado L trouxe em sua fala a necessidade do conselho observar as questões estruturais,

Sim - Primeiramente se atuar na solução dos problemas estruturais, especialmente na questão fiscal do município que de um lado onera empresas, consumidores e trabalhadores a níveis insustentáveis e de outro não leva em conta a eficiência e a eficácia na alocação dos recursos, permitindo desvios e desperdícios de recursos públicos. Mas ainda ignora o princípio econômico básico da escassez tornando tudo prioritário e gratuito, promovendo o aumento da dependência dos indivíduos em relação ao poder público.

A questão estrutural também foi abordada pelo Entrevistado B, dando exemplos de projetos já desenvolvidos pelo CODEFOZ, fazendo uma análise da origem desta necessidade,

Tem. Totalmente. Eu acho assim tem que, tem que... Por exemplo, vamos pegar um projeto eu acho que uma das coisas foi a revitalização da Ponte da Amizade, foi uma conquista, inegável esta conquista. Tem a questão estratégica, o contorno leste é uma questão estratégica, aquele projeto linear do parque, um projeto estratégico, o Beira Foz, esse é um projeto estratégico, tem que estar à frente disso, tem que ser protagonista. Às vezes com o município na questão política há uma série de coisas, pra conquistar isso é difícil. Nós somos muito carentes de deputados, políticos, nós estamos numa região, nós estamos num canto aqui, é diferente de Cascavel, que possibilita uma área de abrangência, Cascavel está inserido numa, tem uma área de 360 graus em relação aos municípios vizinhos, um pólo, então tem muito mais facilidade do ponto de vista político, de ter representação política, Foz tem, vai ter eternamente esta dificuldade em função que só tem um município ligado a ele que é Santa Terezinha. Geopoliticamente falando Cascavel é muito mais, é..., Cascavel essa análise.

Finalizada a análise das entrevistas passa-se agora para análise de documentos explorados durante a pesquisa.

#### 4.3 ANÁLISE DOCUMENTAL

Durante a pesquisa foram coletados diversos materiais documentais como entrevistas em jornais, em revistas, a sites, entre outros, quais colaboraram para o objetivo do trabalho e corroboraram com as premissas.

Entre estes documentos tem-se a entrevista intitulada “‘Ninguém mais segura’, afirma Danilo Vendruscolo” concedida à Revista ACIFI (2014, s. p.), que inicia demonstrando o currículo do primeiro presidente do CODEFOZ,

O empresário Danilo Vendruscolo está no segundo mandato como presidente do Codefoz. Em fevereiro, ele foi reeleito para a mesa diretora, formada também por Jorge Samek (vice-presidente) e Jaime Nelson Nascimento (secretário). O prefeito de Foz do Iguaçu, Reni Pereira, é o presidente de honra do conselho.

Vendruscolo é formado em Ciências Econômicas e pós-graduado em Marketing e Propaganda, além de Administração e Estratégia Empresarial pela FAE-PR. É empresário do setor de distribuição de transportes em Foz do Iguaçu e segundo vice-presidente da ACIFI.

Nesta entrevista, ele avalia os trabalhos realizados pelo Codefoz, as conquistas nessa fase inicial, o papel das câmaras técnicas, a parceria com Ciudad del Este e Puerto Iguazú, os próximos desafios e o segredo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para a sua grande aceitação na comunidade.

Nesta entrevista, quando indagado sobre os trabalhos do conselho, Danilo apresenta como pontos positivos a participação e a articulação entre entidades, a formação de um capital social, que para “a teoria do desenvolvimento endógeno

pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial” (PIACENTI, 2016, p. 65). Nas palavras de Vendruscolo, o conselho funciona como um “guarda-chuva” (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.),

**Revista ACIFI – Qual é a avaliação dos trabalhos realizados pelo Codefoz?**

**Danilo Vendruscolo** – A grande conquista é conseguir trazer a sociedade para participar do debate. Temos plenárias lotadas, com uma média de 150 participantes por reunião da plenária; algumas delas com até 260 pessoas. Isto nos remete a uma responsabilidade muito grande. A comunidade acreditou no projeto, considera o conselho um espaço de todos, até porque não tínhamos um colegiado que reunisse todas as entidades e instituições em uma só. Não tínhamos um “guarda-chuva” de todos os setores do município.

Abordado sobre os objetivos atingidos pelo CODEFOZ, a resposta de Vendruscolo trouxe a tona o Plano de Desenvolvimento Econômico que identificou os fatores produtivos da cidade como turismo e logística. Esta visão, ligada a necessidade de planejamento apresentada pelos entrevistados na Pesquisa de Campo (2018), mostra que “a capacidade de a sociedade liderar o seu próprio desenvolvimento econômico, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento regional denominado endógeno” (PIACENTI, 2016, p. 64),

**Revista ACIFI – Quais foram os objetivos alcançados pelo Codefoz neste primeiro ano?**

**Danilo** – Tivemos duas grandes metas: o diagnóstico do PDE (Plano de Desenvolvimento Econômico), com vistas para 2040 – um verdadeiro censo econômico. Nele foram identificadas as cadeias produtivas da cidade, ou seja, foi realizado um mapeamento da economia iguaçuense. Neste estudo alguns segmentos se destacaram, como turismo e logística. Essas informações estão disponíveis para quem desejar fazer investimento em Foz do Iguaçu, tanto para quem é morador daqui quanto para pessoas de outros municípios interessadas em investir aqui. Queremos mostrar que Foz é um lugar seguro para investir. (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.)

Na continuidade da resposta, o entrevistado além de informar o segundo objetivo alcançado, a revitalização da Ponte Internacional da Amizade que está ligada ao turismo e a logística, também revela um dos financiadores dos projetos do CODEFOZ, no caso, o Fundo Iguaçu (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.),

**Revista ACIFI – O senhor falou em duas grandes conquistas. A primeira é o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Econômico. E a segunda?**

**Danilo** – Outro ponto trabalhado neste período é a revitalização da Ponte da Amizade, que tem uma imagem muito forte sobre Foz para o Brasil e exterior, tanto para aspectos positivos quanto para negativos. Além da falta de segurança sobre a ponte, todo o seu entorno é malcuidado, abandonado, sujo e mal iluminado. Não é um local para receber as pessoas. E, contraditoriamente, a maioria dos turistas da cidade tem como destino as compras no Paraguai. O projeto foi pago pelo Fundo Iguaçu. A obra ficará em R\$ 10,3 milhões. O valor compreende toda a restauração da pista de rolamento, todo o sistema de grade,

implantação de cobertura para os pedestres, iluminação. O Codefoz vai acompanhar as ações dos órgãos competentes para que a ponte seja um lugar bonito, limpo e seguro.

Ainda sobre financiamento dos trabalhos, Vendrusculo destaca a manutenção do Programa Fronteiras Cooperativas, qual visa inclusive à formação de lideranças e conta com a participação das três cidades da região da tríplice fronteira, pelo SEBRAE (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.),

**Revista ACIFI – O Codefoz também tem ações com as cidades vizinhas do Paraguai e da Argentina?**

**Danilo** – Sim. O Sebrae, por exemplo, tem uma verba de 250 mil reais por ano, durante três anos, ou seja, nós temos 750 mil reais garantido para o Programa Fronteiras Cooperativas, coordenado pelo Sebrae, com a participação do Codefoz. O Programa Fronteiras Cooperativas visa única e exclusivamente o fortalecimento das pequenas e médias empresas das três cidades. Busca também desenvolver projetos voltados para formação de liderança das três cidades.

Esta integração regional mostra-se com um dos objetivos do conselho, que fez parte da replicação do modelo do CODEFOZ aos vizinhos paraguaios e argentinos, sendo um passo para uma caminhada maior, de trazer o Parlamento do Mercosul para Foz do Iguaçu (REVISTA ACIFI, 2014, s. p),

**Revista ACIFI – O modelo implantado em Foz do Iguaçu está servindo de base para Ciudad del Este e Puerto Iguazú?**

**Danilo** – Exatamente. O Codeleste (Conselho de Desenvolvimento de Ciudad del Este) ainda não está formalizado, ele está em processo de constituição formal. Em Puerto Iguazú também está para ser instalado um conselho de desenvolvimento. Qual é o objetivo? Discutir todos os entraves, questões impeditivas a uma integração efetiva dos conselhos. Um outro sonho, grande meta, é trazer o Parlamento do Mercosul para Foz do Iguaçu. O Mercosul não tem avançado. Nós acreditamos que se os parlamentares se reunirem em Foz do Iguaçu, é chance de conseguirmos destravar processos.

Esta visão de integração igualmente está presente na bandeira levantada à construção da segunda ponte entre o Brasil e Paraguai. Tal construção mostra-se fundamental para o CODEFOZ, pois está ligada ao crescimento e ao desenvolvimento regional com base nos fatores identificados no diagnóstico. Também segundo o entrevistado, o conselho esteve presente na articulação entre a sociedade civil e o poder público levando os interesses municipais aos gestores federais (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.),

**Revista ACIFI – Quais são os prejuízos causados pela falta da segunda ponte entre Brasil e Paraguai?**

**Danilo** – A falta de uma nova alternativa de travessia, com certeza, será um dos principais entraves para o crescimento de Foz do Iguaçu. Se nós não fizermos um canal específico para a logística (a segunda ponte e a perimetral), correremos o sério risco de sufocarmos o turismo, que é a nossa grande vocação. Esse é o grande desafio. Isso vai dar condição de desenvolvimento não só para Foz do Iguaçu, mas para o Paraguai; enfim, para toda a região das “Três fronteiras”.

**Revista ACIFI – Qual foi a contribuição do Codefoz na segunda ponte?**

**Danilo** – O papel do Codefoz na segunda ponte entre o Brasil e o Paraguai é fundamental porque a primeira licitação foi considerada fracassada. As empresas ofereceram lances 10% acima do previsto no orçamento do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Aprendemos com o passado. Agora realizamos duas audiências públicas. Outra ação foi a elaboração de um documento em defesa da construção da segunda ponte. Levamos para Brasília uma posição de Foz do Iguaçu sobre a importância da obra para o desenvolvimento.

Novamente referindo-se a participação, Danilo destaca o trabalho fundamental realizado pelas câmaras técnicas, e conta como planejam o financiamento das ações (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.),

**Revista ACIFI – Qual é o papel das câmaras técnicas na elaboração das propostas?**

**Danilo** – As câmaras técnicas são o pulmão do Codefoz. É ali onde os debates acontecem, onde eles são fundamentados, para depois seguirem para plenário. Um fato extraordinário é a construção, dentro das câmaras técnicas, de 24 propostas que acabaram integrando o plano plurianual do município. Uma das propostas de destaque é a criação de um pólo têxtil, um setor que agrega muita renda e emprego às famílias. É importante ressaltar que todas as ações têm previsão de fonte orçamentária. A origem altera entre orçamento do município, do governo estadual ou federal. Ou mesmo origem específica, como é o caso de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), do Focem (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul).

Quase no fim desta entrevista, falando sobre o planejamento e as metas do CODEFOZ, Danilo Vendrusculo reforça a importância do envolvimento da comunidade local neste processo como leciona Piacenti (2016),

**Revista ACIFI – Além de concretizar a segunda ponte, qual é o próximo grande desafio do conselho?**

**Danilo** – Vamos concluir o PDE (Plano de Desenvolvimento Econômico). Depois, o próximo passo será começar a elaborar o plano diretor da cidade em 2015 ou quem sabe ainda no fim deste ano. Vamos redesenhar a cidade a partir do interesse da comunidade. (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.)

Por fim, questionado sobre o segredo da aceitação do CODEFOZ, Vendrusculo coloca a frente o voluntariado e o suprapartidarismo, este último identificado entre as premissas e nas entrevistas, e atuando com base nas lições aprendidas com o CODEM de Foz do Iguaçu e assim evitando possíveis erros. Em seguida, aborda o planejamento do próprio conselho, com sua missão e valores claros. Ainda, aborda sobre as propostas surgirem do envolvimento dos cidadãos (REVISTA ACIFI, 2014, s. p.),

**Revista ACIFI – Qual é o grande segredo para a aceitação do Codefoz?**

**Danilo** – O grande segredo é que o conselho é de voluntariado e suprapartidário. A sua missão e valores estão muito bem claras e alinhadas. Todos os assuntos são tratados de forma independente, sem interesses de políticas partidárias ou de governos. O Codefoz organiza as propostas da base da sociedade para atuar como suporte para prefeito e vereadores. São projetos que visam o bem comum.

Justamente por isso ele é muito maior que o seu presidente, que a sua mesa diretora. O Codefoz tem vida longa. Ninguém mais segura. (REVISTA ACIFI, 2014, p. 22-23)

Em uma reportagem realizada pelo veículo de comunicação digital CLICK FOZ DO IGUAÇU (2016, s. p.) pode-se notar a articulação realizada pelo CODEFOZ com o poder executivo municipal para a concretização de projetos para o desenvolvimento do município, a necessidade de cooperação entre os interessados para realização dos trabalhos e o apoio necessário por parte do poder público para estruturação do conselho,

Integrantes da mesa diretora do Codefoz (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu) reuniram-se nesta quarta-feira, 03, com o secretário de Turismo, Lourenço Kurten, e com a secretária de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio, Salete Aparecida Horst. Durante o encontro foram montados dois grupos de trabalho visando à efetivação de projetos de desenvolvimento e inovação tecnológica no município.

[...]

O encontro abrangeu também a recomposição da equipe executiva do Codefoz, a partir da cessão de servidores públicos do município para o trabalho permanente no órgão.

[...]

**Grupos de trabalho** – O primeiro grupo de trabalho será responsável pela finalização da redação do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social. A comissão terá a participação de representantes do Codefoz, do Gabinete da prefeita, da Procuradoria e das secretarias municipais da Fazenda, Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo.

No tocante a integração, a reportagem da Rádio Cultura Foz (2016a, s. p.) relata a fundamental união de forças entre os países à segurança regional e ao desenvolvimento, conforme os trabalhos realizados pela Câmara Técnica de Segurança Pública do CODEFOZ,

#### **CODEFOZ APRESENTA PROJETO INTEGRADO DE SEGURANÇA**

Durante a reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, nesta quarta-feira (13), a Câmara Técnica de Segurança Pública (CTSP) do órgão apresentou o projeto de segurança pública integrada para a região trinacional. A proposta é resultado de estudos, planejamento e diálogos promovidos pela câmara técnica do Codefoz com as instituições do Brasil, Paraguai e Argentina.

O projeto aponta desafios imediatos, de médio e longo prazo, e defende a segurança como premissa de desenvolvimento. Foram apresentados resultados obtidos por meio da atuação conjunta entre as representações da sociedade organizada, governos e órgãos de segurança, como a implantação de duas bases náuticas no Rio Paraná e o sistema de fiscalização, controle e segurança implementado durante a revitalização da Ponte Internacional da Amizade.

O plano elaborado pela Câmara Técnica de Segurança Pública do Codefoz enfatiza a atuação integrada e sistêmica entre as autoridades das Três Fronteiras.

Nesta mesma entrevista relata-se sobre o papel do conselho como articulador das demandas da sociedade (RÁDIO CULTURA FOZ, 2016a, s. p.) e apresenta-se ainda um novo fator de desenvolvimento: a segurança,



O presidente do Codefoz, Roni Temp, destacou o trabalho da câmara técnica e papel do conselho como articulador das demandas da sociedade. “Com sinergia e união, a Câmara de Segurança Pública tem garantido grandes resultados”, apontou. “Os órgãos de segurança escolheram o Codefoz para a condução desse debate, por isso estamos envolvendo toda a comunidade, garantindo a participação de todos”, complementou Roni Temp.

Na apresentação do projeto de segurança para a fronteira, o coordenador da Câmara Técnica de Segurança Pública do Codefoz, coronel Carlos Roberto Sucha, enfatizou a relação entre segurança pública e desenvolvimento. “A segurança deve ser uma premissa para a vida em sociedade, não apenas uma prioridade que pode mudar. Para obtermos crescimento com qualidade de vida, precisamos entender a segurança como elemento intrínseco”, refletiu.

Em outra entrevista também concedida a Rádio Cultura Foz (2017a, s. p.) aparece a carta aos candidatos ao poder executivo municipal antigamente realizada pela ACIFI, como mencionada na Pesquisa de Campo (2018) e agora executada pelo CODEFOZ,

Os seis candidatos à prefeito por Foz do Iguaçu, foram até o auditório da sede da Polícia Federal, onde se encontraram com representantes da sociedade civil organizada, para assinar uma carta-compromisso. Os candidatos firmaram um acordo com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, se comprometendo com o desenvolvimento econômico e social, gestão e transparência, turismo, infraestrutura e logística, políticas fiscais e sociais, meio ambiente e terceiro setor.

A carta-compromisso do Codefoz foi elaborada a partir de debates, consultas e estudos realizados por organizações da sociedade civil, órgãos de classe, conselhos de políticas públicas e câmaras técnicas do Codefoz.

[...]

O presidente do Codefoz, Roni Temp, explica que a carta assegura o comprometimento do novo gestor com as reivindicações da sociedade civil. “A finalidade é registrar o compromisso do futuro prefeito com as propostas das entidades que elaboraram a carta”, expõe. “Ao cumprir reivindicações, o administrador terá o apoio da comunidade e fará uma gestão qualificada, com planejamento voltado para o futuro”, aponta.

A participação e o planejamento para o desenvolvimento também voltam a aparecer nesta mesma entrevista quando da abordagem sobre a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (RÁDIO CULTURA FOZ, 2017a, s. p.),

#### **Plano diretor**

O dirigente do Codefoz destaca a importância da aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (PDDIS), uma das propostas da carta-compromisso. A atualização do plano diretor foi realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, com o apoio do Codefoz, Itaipu Binacional, ACIFI, Fundo Iguaçu, AEFI, Arup Consultoria, universidades e outras instituições. A normativa foi amplamente debatida em 2016 em fóruns técnicos e audiências públicas itinerantes.

Para Roni Temp, a aprovação do novo plano diretor deve ser prioridade e uma das primeiras realizações do próximo prefeito. “O PDDIS baliza a organização e o planejamento do crescimento do município, determinando como será a expansão de Foz do Iguaçu nos próximos dez anos. É o marco legal que estabelece o desenvolvimento urbano, social, ambiental e econômico da cidade. Não é possível iniciar uma gestão nova sem a sua aprovação”, ressalta.

Outro assunto retomado trata-se da solicitação do CODEFOZ aos candidatos de estrutura para os trabalhos do conselho, que até aquele ano, 2016, havia sido fornecida por pouco tempo (RÁDIO CULTURA FOZ, 2017a, s. p.),

#### **Estrutura do Codefoz**

No compromisso a ser firmado pelos candidatos, o Codefoz requer da Prefeitura de Foz do Iguaçu a oferta de estrutura operacional permanente para o conselho. Segundo Temp, são necessários serviço de secretaria, equipe técnica em várias áreas, salas, equipamentos e materiais. “Tivemos esse apoio por pouco tempo na gestão passada. Sem isso é muito difícil para os diretores, membros e voluntários manterem o funcionamento do Codefoz”, revela.

De acordo com Temp, o Codefoz foi criado por lei para ser uma instância de consulta e deliberação da sociedade civil organizada sobre as políticas de desenvolvimento socioeconômico de Foz do Iguaçu. “O conselho é um órgão do município que auxilia a gestão com assessoramento. O prefeito deve dar condições para o funcionamento do Codefoz. Somos todos voluntários, mas precisamos de estrutura mínima para o trabalho”, finaliza.

Já no informativo da Gestão Integrada do Turismo de Foz do Iguaçu (2016, p. 10) foi possível identificar a contratação, financiamento, da empresa ARUP pela Itaipu para elaboração do Plano Diretor do município, processo qual o CODEFOZ participou,

“O Plano Diretor é de 1979 e passou por atualizações pontuais em 1991 e em 2006. Desta vez, serão definidas as bases do planejamento da cidade para os próximos 30 anos. Por lei, valerá pelo mínimo de dez anos”, disse Gilmar Piolla, superintendente de Comunicação Social da Itaipu e secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - Codefoz. Ele informou que o Codefoz formará uma câmara técnica para acolher subsídios ao novo plano. A contratação da Arup para estudar o futuro da cidade foi feita pela Itaipu, em parceria com o Codefoz e a Prefeitura. (GESTÃO INTEGRADA DO TURISMO FOZ DO IGUAÇU, 2016, p. 10)

Por meio do jornal Gazeta Diário de Foz do Iguaçu (2017b, p. 07) foi possível identificar que as ações do CODELESTE, conselho inspirado no CODEFOZ, estão transformando a economia de Ciudad del Este por meio da capacitação local, do processo de educação para o desenvolvimento endógeno,

#### **Turismo é aposta de Ciudad del Este para atrair mais visitantes**

Conselho de Desenvolvimento local encabeça projetos de ampliação de serviços e mais qualificação para atendimento aos turistas

Ciudad del Este, Paraguai, fronteira com Foz do Iguaçu, aos poucos está ganhando uma nova identidade. Conhecida internacionalmente como destino de compras, devido aos preços competitivos de eletrônicos e revenda de grandes marcas, a capital das compras vem ampliando os serviços voltados ao turismo de lazer.

A mudança começou há quatro anos, e nesse tempo o município implantou um City Tour, que sai todos os dias do Shopping del Este, localizado na área da aduana paraguaia. O passeio leva os turistas para conhecer a cidade. O valor do ingresso é US\$ 20, e entre os pontos visitados estão a catedral da cidade e o Salto Monday, que fica a aproximadamente 15 quilômetros da aduana.

Além do City Tour em Ciudad del Este, em novembro será inaugurado o Kattamaram, que ligará o Paraguai à Argentina. O passeio sairá do porto da cidade de Presidente Franco, vizinha a Ciudad del Este, e irá até a Argentina pelo Rio Paraná.

As ações voltadas ao turismo são conduzidas diretamente pelo Conselho de Desenvolvimento de Ciudad del Este (Codeleste), fundado há dois anos, que entre as suas diretrizes está a capacitação local para o desenvolvimento turístico.

Nota-se no jornal paraguaio Última Hora (2017, s. p.) que o Programa Fronteiras Cooperativas, iniciado pelo CODEFOZ, ajudou a concretizar o CODELESTE, onde por meio do envolvimento da sociedade busca-se a resolução de problemas com a união de esforços, ou seja, cooperação,

Después de un largo proceso para su formación el Consejo de Desarrollo Económico y Social de Ciudad del Este (Codeleste), en poco tiempo se afianza como agente de desarrollo. Esta instancia, tiene como principal objetivo coordinar entre las instituciones públicas y el sector privado inversiones de desarrollo, empezó a operar efectivamente en agosto del 2016, mes en que tuvo su primera sesión oficial.

Organizados en cámaras técnicas trabajan en el diseño de proyectos de desarrollo en Ciudad del Este. Fue creado por resolución 033 de la Junta Municipal, como órgano consultivo y de asesoramiento del Gobierno Municipal, para formular y proponer la implementación y proponer la implementación de políticas de desarrollo económico, social, laboral, medioambiental y cultural. Por medio de esta organización, se busca una vía de comunicación permanente con los diversos sectores de la sociedad.

Codeleste integra un proyecto regional, denominado Fronteras Cooperativas, que integra consejos de Foz de Yguazú y Pyerto Yguazú, donde se socializa los problemas sobre cuestiones económicas y sociales de la región.

La intención es aunar esfuerzos, involucrar a la sociedad en los problemas y ser partícipes de la búsqueda de soluciones. Para ello, dentro del organigrama se encuentran representantes del Gobernación y la Itaipú Binacional, entre otras instituciones.

“La Idea surgió a partir de una serie de reuniones en el seno del proyecto denominado Fronteras Cooperativas, iniciativa de empresarios de Foz de Yguazú, Brasil, y que trabaja por la coordinación de acciones conjuntas en la Triple Frontera para el desarrollo económico, cultural y turístico de la región, del cual participan empresarios de Ciudad del Este”, recordo Natalia Ramírez Chan, presidenta de Codeleste.”

Além das cidades próximas, o case do CODEFOZ foi apresentado em Curitiba às lideranças e diretores da FACIAP dentro de um processo de formação de líderes voltados para o associativismo para desenvolvimento territorial (RÁDIO CULTURA FOZ, 2016b, s. p.),

A atuação do Codefoz (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu) será apresentada a lideranças empresariais paranaenses durante o Workshop Líderes Associativistas: Desenvolvimento e Competitividade Territorial, promovido pela Faciap (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná). O evento acontece nesta terça-feira, 27, em Curitiba.

Durante a programação do encontro, o presidente do Codefoz, Roni Temp, fará palestra sobre as atividades promovidas pelo conselho para estimular o desenvolvimento socioeconômico de Foz do Iguaçu e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. O workshop reunirá dirigentes de associações

comerciais e de coordenadorias da Faciap, além de participantes do curso de formação de líderes associativistas da federação empresarial.

Neste encontro também foram apresentados o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Maringá e o Programa Oeste em Desenvolvimento, que, respectivamente, inspirou e foi inspirado pelo CODEFOZ demonstrando a sequência dos modelos e das lições aprendidas, exemplos de participação e de planejamento territorial (RÁDIO CULTURA FOZ, 2016b, s. p.),

O evento organizado pela Faciap tem como objetivo conscientizar empresários e gestores sobre a importância dos conselhos de desenvolvimento para a transformação e o crescimento dos territórios. Além da ação do Codefoz, serão compartilhadas as experiências do Programa Oeste em Desenvolvimento, por Mário César Costenaro, e do Codem (Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá), por Edson Luiz Cardoso.

“É uma honra participar do evento e poder dividir a experiência do Codefoz como exemplo de conselho de desenvolvimento com lideranças de todo o Paraná, mostrando os resultados que já conquistamos neste curto espaço de tempo, desde a criação conselho em 2012”, expõe Roni Temp. “Os conselhos são importantes por serem espaços em que a sociedade pode participar diretamente do planejamento e do desenvolvimento das cidades”, conclui.

Temp explica que o Codefoz foi inspirado no modelo do Codem. Atualmente, o conselho iguaçuense contribui para a formação de colegiados em várias cidades, a exemplo do Codespi o Codeleste, conselhos de desenvolvimento de Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). “O Codefoz também incentiva e apoia várias cidades a criarem seus conselhos, como Cascavel, Medianeira, Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu”, exemplifica.

Para o diretor da FACIAP a possibilidade de replicação do CODEFOZ esta pautada na participação diversificada em prol da resolução dos diversos problemas (RÁDIO CULTURA FOZ, 2016b, s. p.),

O diretor institucional da Faciap, Márcio José Vieira, destaca a importância dos conselhos de desenvolvimento para o crescimento local, por serem espaços plurais que envolvem diversos setores sociais. “São órgãos que congregam a sociedade civil organizada e, por isso, têm a condição de reunir e direcionar todos os anseios e necessidades dos diferentes segmentos da comunidade”, enfatiza.

“Os conselhos trabalham na construção de soluções para a melhoria da competitividade local e territorial e contribuem com a melhoria da qualidade de vida para os cidadãos”, reflete Márcio José Vieira. Para ele, o Codefoz é uma experiência que pode ser replicada. “Com certeza, a essência do modelo do Codefoz, seus princípios, modelo de organização e soluções das demandas da sociedade organizada podem ser replicados”, avalia.

O cumprimento da carta compromisso assinada pelo prefeito eleito de Foz do Iguaçu representa a relação entre eficiência, atendimento aos anseios da sociedade e ao protagonismo desta, segundo matéria da Revista ACIFI (2017b, p. 24). Esta visão aproxima-se do que ensina Piacenti (2016, p. 69), “uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos

grupos sociais que tomam consciência dos seus problemas e se empenham em resolvê-los.”

Este protagonismo nas escolhas das políticas públicas faz “aliar o estoque de conhecimentos e de habilidades com a prática de políticas democráticas, de confiança e de cooperação” (PIACENTI, 2016, p. 69) entre os munícipes e o gestor público, conhecimentos gerados a partir de consultas e estudos visando à continuidade das políticas no caso do modelo do CODEFOZ (REVISTA ACIFI (2017b, p. 24),

A eficiência da gestão pública é medida pelo atendimento das demandas sociais e pelo nível de protagonismo da comunidade durante a escolha e a execução das políticas públicas. O prefeito eleito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro, inicia a gestão comprometido com as propostas que fazem parte da carta-compromisso do Codefoz (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social).

O documento reúne prioridades nas áreas de desenvolvimento econômico e social, gestão e transparência, turismo, infraestrutura e logística, políticas fiscais e sociais, meio ambiente e terceiro setor. Resultado da participação cidadã, a elaboração do termo contemplou consultas e estudos desenvolvidos desde 2013, com contribuições de representantes de 180 entidades dos setores público e privado.

A carta-compromisso constitui-se em um pacto para o desenvolvimento planejado e estruturado de Foz do Iguaçu. De acordo com o presidente do Codefoz, Roni Temp, o objetivo é garantir a continuidade e a permanência das medidas de interesse coletivo, evitando descontinuidades na transição dos governos e a interrupção de programas e projetos.

Retornado a continuidade dos exemplos e das lições aprendidas no CODEFOZ, o primeiro presidente deste conselho, Danilo Vendrusculo, relata que nesta gestão a frente do Programa Oeste em Desenvolvimento trabalhará com parcerias e união, desviando das vaidades para que haja cooperação e desenvolvimento, o que se assemelha aos trabalhos desenvolvidos no conselho de desenvolvimento (REVISTA ACIFI, 2017a, p. 44-45).

O presidente do POD revela que presente agregar o capital intelectual da região em torno de um projeto, aproximando-se das academias (REVISTA ACIFI, 2017, p. 44-45). Em outras palavras pretende-se agregar o capital social para o planejamento sendo de fundamental importância a educação para que aconteça o desenvolvimento regional endógeno (REVISTA ACIFI, 2017a, p. 44-45),

Em entrevista, o presidente do POD fala sobre os desafios e as oportunidades para o crescimento econômico e social do Oeste e revela as principais metas de sua gestão. O empresário, que integra o Conselho Consultivo do Codefoz, afirma que o Oeste em Desenvolvimento atuará em estreita parceria com a Itaipu Binacional, Sebrae, AMOP, PTI, Caciopar, Sindicato Rural, Emater e cooperativas. [...]

**Como será a relação com as demais instituições?**

Sugerimos a construção de uma representatividade política mais específica do Oeste, com representantes em cargos expressivos nas esferas estadual e federal,

além dos nossos deputados em Curitiba e Brasília. Para que isso seja alcançado, faz-se necessário que nos unamos sem vaidades, com espírito de construção conjunta, visando, acima de tudo, a benefícios para os municípios.

[...]

**Qual será a ação estratégica em sua gestão?**

Queremos envolver todos os representantes das instituições públicas e privadas para se somarem na construção de um projeto. Queremos ampliar a relação com as academias, parceria que resultará benefícios para as universidades e para o setor produtivo. A educação é a base de qualquer sociedade desenvolvida. Esta simbiose, sem dúvida, revelará e atrairá muitos talentos. Construiremos novas tecnologias e, principalmente, reteremos todo esse capital intelectual para o desenvolvimento do Oeste do Paraná. (REVISTA ACIFI, 2017, p. 44-45)

Referente à crise política que Foz do Iguaçu enfrentou nos últimos anos, as reportagens reafirmaram o que os entrevistados relataram durante a Pesquisa de Campo (2018), no sentido que este cenário influencia o desenvolvimento da cidade, como relata o ex-presidente do CODEFOZ, Roni Temp, em entrevista à Revista ACIFI (2017c, p. 39),

**Indispensável para o desenvolvimento**

“Os integrantes do plenário do Codefoz aprovaram a participação do órgão na campanha ‘Basta de Vergonha!’. A aprovação foi por unanimidade durante a reunião ordinária do conselho, realizada em março. A aprovação da participação na campanha oficializa o envolvimento das entidades que compõem o conselho e já atuam no movimento. A campanha ‘Basta de Vergonha!’ é importante por combater a impunidade e a corrupção e exigir mais eficiência e transparência por parte dos representantes públicos. É uma ação da cidade e que interessa a todos. A moralização da política é indispensável para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu.”

Roni Temp, presidente do Codefoz

Em sua coluna sobre educação na Revista ACIFI (2017e, p. 54) o professor José Afonso de Oliveira relata que “essa crise também criou novos laços como o Observatório Social, que busca controlar diretamente em que os recursos estão sendo utilizados, e o Codefoz, que auxilia os detentores de poder na cidade, indicando caminhos e projetando o futuro da nossa sociedade”, reforçando o papel do conselho durante a crise conforme narrado na Pesquisa de Campo (2018).

Na linha de ativação da sociedade civil e de não esperar pelo poder público foi encaminhado por um dos entrevistados, via e-mail, fotos dos materiais de divulgação do CODEFOZ, nele mostra-se possível identificar esta ideia igualmente apresentadas durante as entrevistas da Pesquisa de Campo (2018),

**Quem resolve é o cidadão**

O Codefoz é a sociedade civil organizada fazendo a sua parte, não esperando que o poder público resolva os problemas. É o espaço em que você encontra pessoas com objetivos parecidos, cujos verbos preferidos são: participar e organizar. Basta tomar parte das atividades com regularidade que, em pouco tempo, você encontrará inspiração para transformar a realidade da nossa cidade.

Mas nada adianta a pessoa apresentar uma proposta e depois aguardar o retorno em casa. Não é assim que funciona. Agindo assim, você terá grande chance de

ver a sua ideia ficar apenas no papel. É preciso tirar um tempinho do seu dia para ajudar na construção de um sonho.

O Codefoz também é a sociedade civil organizada fazendo a sua parte, não esperando que o poder público resolva os problemas. Podemos contribuir para melhorar a gestão pública, em vez de apenas esperar dela as soluções. O conselho é uma ferramenta de união e força do cidadão para resolver e agir. (CODEFOZ, s.d, s.p)

No mesmo material percebe-se a consolidação do ciclo educacional e a importância da educação no processo de desenvolvimento (CODEFOZ, s.d, s.p),

#### **Foz, inovação e tecnologia**

O Codefoz tem papel fundamental na elaboração do projeto da Lei da Inovação de Foz do Iguaçu. A proposta prevê medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e social municipal.

Ela vai ao encontro do pólo universitário que está consolidando-se na cidade. Já contamos com duas universidades, uma estadual e outra federal, um Instituto Tecnológico Federal e diversos cursos espalhados pelas faculdades particulares. A lei de tecnologia e inovação vai oferecer as condições ideais para que o poder público, por meio de articulações e parcerias com as instituições científicas e tecnológicas, possa apoiar o desenvolvimento de novos processos e produtos, criando o ambiente ideal para que empresas de alta tecnologia possam instalar-se na cidade.

Os incentivos para a constituição de empresa de base tecnológica, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica, parques tecnológicos, incubadoras, *startups*, aceleradoras de *startups*, condomínios empresariais e tecnologia social serão constituídos por meio de modalidades a serem fixadas pela prefeitura em lei específica e de acordo com a realização da receita e o cumprimento das metas fiscais.

Por fim da análise documental, identificou que para o atual presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, Mario Camargo, mostra-se necessário olhar localmente focando nas vocações do município para o turismo e logística, contando com o protagonismo local para encontrar soluções conjuntas<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> “Os fatores que incidem nas relações econômicas e comerciais em uma fronteira são complexos, determinados em grande parte pelas políticas dos governos centrais de cada país. Essas decisões nem sempre consideram as especificidades regionais, por isso cabe às instituições que atuam localmente o protagonismo na busca de soluções conjuntas para o desenvolvimento.

Ao assumir a presidência do Codefoz (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu), no final de julho, o empresário Mário Camargo vem propondo um amplo debate sobre as potencialidades das Três Fronteiras. Para ele, é necessário intensificar esforços nas duas principais vocações econômicas da região: o turismo e a logística.

Camargo adianta algumas intervenções e medidas que podem contribuir para o desenvolvimento, expandir a economia e gerar renda. São iniciativas que também ajudarão Foz do Iguaçu a desafogar o trânsito de veículos pesados nas vias centrais e turísticas, gerando mobilidade e tornando a cidade mais atraente para visitantes e moradores.” (REVISTA ACIFI, 2017d, P. 12).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomou-se como ponto de partida do presente estudo a participação dos sujeitos visando compreender como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu tornou-se modelo para outras cidades e outros países, e responder a pergunta: seria o CODEFOZ um caminho para o desenvolvimento regional endógeno?

Partindo de proposições como a relação entre o capital social e a cooperação dentro do colegiado, a pesquisa também permitiu acompanhar a participação neste espaço e averiguar facilidades à concretização de políticas públicas.

Entre os aspectos descobertos durante a pesquisa o ponto de partida dá-se das lições aprendidas entre os conselhos, desde o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, passando pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu - CODEM, alterado por meio de lei para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ, e deste para os conselhos inspirados em seu modelo, como o Consejo de Desarrollo de Ciudad Del Este - CODELESTE e o Consejo de Desarrollo Económico y Social de Puerto Iguazu - CODESPI, e todos os outros conselhos do Paraguai e aqueles da região Oeste do Paraná.

Dentre as lições aprendidas está o apartidarismo das ações do conselho e da mesa diretora, isso aparece em várias falas e em vários documentos, o que foi repassado de um espaço para o outro. Percebeu-se em algumas falas a confusão entre os termos apartidarismo e apolítico. Enquanto o primeiro trata de não haver interesses de partidos nos trabalhos, a segunda expressão refere-se a estar fora de discussões políticas, o que não condiz com as ações dos conselhos.

Notou-se uma dissonância do apontado nas entrevistas e até mesmo no próprio material de divulgação do CODEFOZ, no tocante a sociedade não esperar pelo poder público para resolução de problemas. Por mais que o colegiado tenha o desejo de permanecer independente dos poderes executivo e legislativo para sua atuação, a indispensabilidade de proximidade revelou-se em alguns momentos.

Tem-se como exemplo a necessidade de apoio por parte do poder legislativo para aprovação da lei de criação do conselho como relatado nas entrevistas. No tocante ao poder executivo, a contínua cobrança por estrutura para funcionamento do colegiado, como espaço físico, recursos humanos para secretaria, equipamentos e materiais.



Há também a inevitável aproximação entre o poder executivo e o CODEFOZ para alinhamento e cumprimento dos anseios da sociedade encontrados por meio de diagnósticos e descritos nos planos e no planejamento. Assim os trabalhos necessitam de laços políticos estreitos, pois se demonstrou nas falas que uma gestão com problemas, não comprometida, ou que não acredite, apóie, o conselho, pode atrapalhar o desenvolvimento do planejado.

Dentro deste ponto aborda-se a percepção da necessidade do conselho possuir caráter deliberativo ao invés de consultivo, o que faz com que o gestor público fique vinculado às deliberações do coletivo, pelo menos legalmente, obrigando-o a cumprir o desejo da sociedade.

Assim, por mais que o conselho tenha o interesse de independência, sem a sinergia necessária na articulação e na cooperação entre a sociedade civil e os poderes, o deliberado, o planejado, restará prejudicado como no caso da crise política que Foz do Iguaçu enfrentou conforme narrado pelos próprios entrevistados.

Falando sobre planejamento, este aspecto surgiu como outro ponto destacável, tanto às ações do próprio conselho quanto para o desenvolvimento regional. Percebeu-se que mesmo com o planejamento, discutindo o estratégico, os participantes acabam pendendo a atuação, enquanto conselheiro ou participante de alguma câmara técnica, para sua origem representativa, deve-se isso a construção plural do sujeito por suas vivências. Ou seja, um participante que venha de uma área, a exemplo, de prestação de serviços tenderá, geralmente, a pensar em sua respectiva atuação.

Estes conflitos de interesses e a busca por consenso, inerentes aos espaços dos conselhos, compõe a construção do capital social com a junção de saberes de diversas áreas e participantes.

Além desta diversidade, a liderança foi outro aspecto que apareceu entre as respostas para que o conselho constituísse em um modelo a ser replicado. Tanto a composição plenária e das câmaras técnicas com líderes de suas áreas quanto o encabeçamento do colegiado por uma liderança destacável, atuante, foram lembrados.

Por outro lado, enquanto monitoramento da participação, os entrevistados indicaram a necessidade de envolver mais a sociedade em critérios quantitativos, - a divulgação de massa do espaço participativo - e para isso ocorrer à população precisa acreditar nos trabalhos, gerando assim uma relação de confiança para conseqüentemente aumentar o número de participantes e evitar que o conselho torne-se, nas palavras dos entrevistados, elitizado ou pertencente a uma mesa diretora, e ainda tenha mais

representatividade para que os anseios da população cheguem ao conselho e posteriormente ao gestor municipal.

No processo para a integração e cooperação as respostas revelaram que se deve enxergar a cidade como uma região, com um “olhar em trezentos e sessenta graus”, ou seja, lembrar tanto dos países vizinhos quanto do potencial da região Oeste do Paraná, utilizando-se, a exemplo, do Programa Fronteiras Cooperativas e do Programa Oeste em Desenvolvimento.

O movimento centrípeto realizado pelo conselho juntamente com a relação de confiança estabelecida entre as diversas organizações presentes possibilitaram com que este ele atuasse como um “guarda-chuva”, unindo as bandeiras por meio de um único levante o que se pode chamar de capital social. O fato de vários nomes e várias organizações serem citadas nas entrevistas demonstra o fortalecimento deste capital. Todavia, ao menos um nome e uma organização se destacaram.

Enquanto pessoa e com sua liderança destacada, Danilo Vendrusculo, primeiro presidente do CODEFOZ, inclusive ocupando duas gestões seguidas neste período, e atual presidente do Programa Oeste em Desenvolvimento, foi o mais lembrado neste processo.

Enquanto organização da sociedade civil a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu teve lugar de destaque, boa parte devido ao processo de criação ter acontecido no seio desta entidade e de suportar parte de sua estrutura até os dias atuais.

A presença de empresários, não apenas do setor de comércio e indústria, mas também de outros setores trouxe ao conselho a visão de administrá-lo como uma empresa, afirmação encontrada durante a Pesquisa de Campo (2018).

Outra organização relativamente referenciada foi a Itaipu Binacional, diante também a algum financiamento por ela realizado. E em se tratando de recursos financeiros, o Fundo Iguaçu igualmente foi lembrado.

No que tange a capacitação e a educação ambos também apresentaram um caráter dúplice, importante à participação e ao processo de desenvolvimento regional endógeno. Nestes aspectos, o conselho contou com o apoio de algumas organizações e tem entre seus objetivos o desenvolvimento deste novo ciclo que Foz do Iguaçu passa como pólo universitário.

Academicamente a pesquisa colaborou para a percepção de como o sujeito, construído por diversas percepções que adquiriu em suas vivências, pode se

juntar com demais líderes formando um capital social, e pautados em uma relação de confiança podem cooperar e promover o desenvolvimento regional endógeno tendo como base os fatores inerentes a região.

No caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, as diversas organizações da sociedade civil que compõem as câmaras técnicas, a plenária e conseqüentemente o CODEFOZ, uniram-se por meio de seus líderes que portam o *know-how* adquiridos em suas atividades sob um mesmo “guarda-chuva”, o conselho. Ali, estabelecida a relação de confiança em prol de unirem-se para erguer uma mesma bandeira no intuito de buscar soluções para problemas corriqueiros e dar continuidade a política pública municipal independente das trocas de gestões, cooperaram para planejar o desenvolvimento da cidade olhando para os municípios vizinhos e pautaram-se nas forças identificadas em seu diagnóstico, como o turismo e a logística, articulando soluções com os poderes executivo e legislativo de todas as esferas.

Socialmente a pesquisa contribui à replicação do modelo do CODEFOZ aos demais conselhos identificando tecnicamente os fatores relevantes do processo apontados empiricamente pelos conselheiros, podendo assim ser utilizada como instrumento na sedimentação destes novos espaços e na construção de outros semelhantes.

O trabalho poderá também ajudar a contornar o panorama relatado pelos entrevistados quanto ao ritmo menor de atuação do conselho nos últimos anos devido à instabilidade política e de necessidade de fortalecimento de liderança. Além disso, demonstra a importância da educação à cidadania, especificamente à participação, e para o desenvolvimento regional endógeno.

Percebeu-se durante a análise que as informações levantadas durante a pesquisa de campo se assemelham às informações obtidas por meio da pesquisa documental, validando o encadeamento de ideias aqui demonstrado.

Como proposta de continuidade deste estudo de desenvolvimento regional endógeno vislumbra-se como proposta a possibilidade de pesquisar uma possível cooperação entre o Programa Fronteiras Cooperativas e o Programa Oeste em Desenvolvimento, ambos que tiveram como berço o CODEFOZ, como forma de potencializar o “olhar de trezentos e sessenta graus” para a região, ou seja, enxergar tanto a tríplice fronteira quanto o Oeste paranaense como uma região.

Lembra-se que os potenciais turísticos e educacionais de Foz do Iguaçu passam pelo elo da logística, bem como o potencial da cadeia produtiva da região Oeste

depende da logística de Foz do Iguaçu para outros países, bem como a rede educacional entre os estudantes das diferentes nacionalidades dependem da logística, criando um panorama de interdependência e de potencial crescimento (PAIVA, 2014) qual pode ser estudado, planejado e desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

A GAZETA DO IGUAÇU. **Edição Especial do centenário de Foz do Iguaçu**. Terça-feira, 10 de junho de 2014. 192 p.

\_\_\_\_\_. **Foz do Iguaçu 102 Anos**. Quinta-feira, 09 de junho de 2016.

ACIFI. **UNANIMIDADE NA APROVAÇÃO DA CRIAÇÃO DO CODEFOZ**. Notícias. 22 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.acifi.org.br/2012/06/unanimidade-na-aprovacao-da-criacao-do-codefoz/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

ADEJ. **O desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

ALVES, Fernando de Brito. **Constituição e participação popular: a construção histórico-discursiva do conteúdo jurídico-político da democracia como direito fundamental**. Curitiba: Juruá, 2013.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e Políticas Públicas. Políticas Públicas e Planejamento. N. 23. Junho, 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

ÁVILA, Vicente Fidélis de. **Dupla relação entre Educação e Desenvolvimento Local (endógeno-emancipatório)**. Universidade Fumec. Belo Horizonte. Ano 9. N. 12. 2012. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/download/1578/988>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, maio de 2012. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td\\_1739.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1739.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Opinião Pública. Vol. 14. N° 1. Campinas: junho, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762008000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100002)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. Disponível em: <[https://issuu.com/grupoautentica/docs/a\\_delibera\\_o\\_p\\_blica\\_e\\_suas\\_dim](https://issuu.com/grupoautentica/docs/a_delibera_o_p_blica_e_suas_dim)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Teoria democrática e deliberação pública**. Lua Nova, São Paulo. N. 50. P. 25-46, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452000000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. CEPAL. Chile, 2000. Disponível em: <<http://campesinoacampesino.com/biblioteca/files/original/0036fb4747ed27c394efbb08c1daca3.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BERCLAZ, Márcio Soares; MOURA, Millen Castro Medeiros de. **O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas (des) funcionalidades: Síndrome do Peter Pan em busca da "Terra do Nunca"? Até quando?** ABMP, 2010. Disponível em: <[http://www.abmp.org.br/media/files/biblioteca/00001423\\_marcio\\_berclaz\\_public\\_e\\_violacao\\_dos\\_dire\\_da\\_cria.pdf](http://www.abmp.org.br/media/files/biblioteca/00001423_marcio_berclaz_public_e_violacao_dos_dire_da_cria.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2017.

BOBBIO, Norberto. et al. (Org.) **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 2v.

BOISIER, Sérgio. **Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional**. In: HADDAD, Paulo Roberto (org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil S.A., 1989.

BOISIER, Sérgio. **Sociedad Civil, participacion, conocimiento y gestion territorial**. ILPES. Serie Ensayos. Santiago: Editora CEPAL, 1997. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7354/S9760438\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7354/S9760438_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Anexo ao Decreto que Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) – MRE**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.911, de 27 de março de 1872**. Legislação Informatizada. Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4911-27-marco-1872-550978-publicacaooriginal-67047-pe.html>>. Acesso em: 28 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável**. Comitê Nacional de Organização Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. 2011. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/desenvolvimento-sustentavel.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/desenvolvimento-sustentavel.html)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Exposição de Motivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Subchefia de Assuntos Parlamentares. EMI nº 00007 CC/MJ/MRE/MD/AGU/SEDH/GSI/SECOM/CGU-PR. Brasília, 05 de maio de 2009.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2009/7%20-%20CC%20MJ%20MRE%20MD%20AGU%20SEDH%20GSI%20SECOM%20CGU.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2009/7%20-%20CC%20MJ%20MRE%20MD%20AGU%20SEDH%20GSI%20SECOM%20CGU.htm)>. Acesso em: 18 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direitos à participação em assuntos públicos.** Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 64 p. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-e-defesa/publicacoes-2013/pdfs/direito-a-participacao-em-assuntos-publicos>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 493.811-SP.** 2ª Turma. Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo. Recorrido: Município de Santos. Relatora: Ministra Eliana Calmon. Brasília, 11 de novembro de 2003. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=964833&num\\_registro=200201696195&data=20040315&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=964833&num_registro=200201696195&data=20040315&tipo=5&formato=PDF)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CHRISTENSEN, Henrik Serup. **Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means?** First Monday. Fevereiro, 2011. V. 16. N. 2. Disponível em: <<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3336/2767>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CINTRA, Antônio Octávio. **Democracia na América Latina (II).** Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Informação e Coordenação. Coordenação de Biblioteca. Estudo. Brasília: novembro, 2000. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2236/democracia\\_america\\_2\\_cintara.pdf?sequence=5](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2236/democracia_america_2_cintara.pdf?sequence=5)>. Acesso em: 07 set. 2017.

CLICK FOZ DO IGUAÇU. **Reunião define andamento dos projetos do CODEFOZ.** 05 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.clickfozdoiguacu.com.br/reuniao-define-andamento-dos-projetos-do-codefoz/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

CODEFOZ. **Aniversário 2 anos do Codefoz.** Notícias. 12 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.codefoz.org.br/2014/11/aniversario-2-anos-codefoz/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Codefoz – Apresentação Institucional - 2016.**

\_\_\_\_\_. **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu.** Disponível em: <<http://www.codefoz.org.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.codefz.org.br/institucional/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Os passos do conselho**. 19 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.codefz.org.br/2014/09/os-passos-conselho/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno**. Disponível em: <<http://www.codefz.org.br/legislacao/regimento-interno/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Senado do Paraguai quer replicar experiência de integração do CODEFOZ**. Notícias. Agosto, 2016. Disponível em: <<http://www.codefz.org.br/2016/08/senado-do-paraguai-quer-replicar-experiencia-de-integracao-do-codefz/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CODEM. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá**. Disponível em: <<http://www.codem.org.br>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO FÓRUM DCA/PR. In: LAZZARINI, Valtênir (Org.). **Participação e Controle Social**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2012. 220p.

CORNWALL, Andrea; BROCK, Karen. **What do buzzwords do for development policy? A critical look at 'participation', 'empowerment' and 'poverty reduction'**. 2005. Third World Quarterly, 1043-1060.

COSTA, Frederico Lustosa; CUNHA, Augusto Paulo Guimarães. **Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos**. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal, 8-11. Oct 2002. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CREMONESE, Dejalma. **A questão da participação na teoria democrática contemporânea**. Seminário Nacional de Ciência Política: Democracia em Debate. UFRGS. Porto Alegre: setembro, 2008. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/nupergrs/arquivos/view.php/download/publicacao\\_online/50aa28b848955.pdf](http://www.ufrgs.br/nupergrs/arquivos/view.php/download/publicacao_online/50aa28b848955.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DANIEL, Vanessa Cristhina Zorek; MARTINS, Fernando José. **As mobilizações de junho de 2013 no Brasil e as teorias dos movimentos sociais**. InterSciencePlace – Revista Científica Internacional. Nº 1. V. 10. Artigo nº 4. Janeiro/Março 2015. Disponível em: <<http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/312/309>>. Acesso em: 18 set. 2017.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.



FARIA, Cláudia Feres. **Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**. Lua Nova nº 49. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente; anotado e interpretado**. Curitiba: SEDS, 2013.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

DURSTON, John; LÓPEZ, Eduardo. **Capital social y gestión participativa en la cuenca de Pátzcuaro**. Revista de la CEPAL. N. 90. Dezembro, 2006. Disponível em: <[http://www.academia.edu/4537789/Capital\\_social\\_y\\_gesti%C3%B3n\\_participativa\\_en\\_la\\_cuenca\\_de\\_P%C3%A1tzcuaro](http://www.academia.edu/4537789/Capital_social_y_gesti%C3%B3n_participativa_en_la_cuenca_de_P%C3%A1tzcuaro)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

EVANS, Peter. **Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy**. 1996. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.599.6830&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

FARIA, Cláudia Feres. **Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**. Lua Nova. São Paulo. N. 50. P. 47-68, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452000000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

FERREIRA, Éricka Sales. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: uma abordagem teórico-conceitual**. Revista Campo Território. V. 7. N. 14. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/17207/11185>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

FOZ DO IGUAÇU. Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. **ACIFI APRESENTA PROJETO DO CODEFOZ NA CÂMARA MUNICIPAL**. Notícias. Disponível em: <<http://www.cmfi.pr.gov.br/noticiasdetalhesV.php?p2=2407>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. **Projeto de Lei Ordinária 64/2014**. Projetos. Disponível em: <<http://www.cmfi.pr.gov.br/projetos.php?p2=2087>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. **Projeto de Lei Ordinária 65/2015**. Projetos. Disponível em: <[http://www.cmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/2327\\_1.pdf](http://www.cmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/2327_1.pdf)>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. **Projeto de Lei Ordinária 117/2012**. Projetos. Disponível em: <<http://www.cmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/1651.pdf>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Planejamento e Captação de Recursos. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável 2016**. Foz do Iguaçu, 05 de outubro 2016.

G1 PR; RPC. **PF deflagra 5ª fase da Operação Pecúlio e prende 12 dos 15 vereadores de Foz**. Oeste e Sudoeste – PR. 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/12/pf-cumpre-mandados-da-5-fase-da-operacao-peculio-no-pr-pe-e-df.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

GAZETA DIÁRIO DE FOZ DO IGUAÇU. **Estudantes de medicina mudam a rotina e a economia de Foz do Iguaçu**. 24 de outubro de 2017a. Disponível em: <<http://gdia.com.br/10-79/10988>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Turismo é aposta de Ciudad del Este para atrair mais visitantes**. Setur Foz. Geral. Foz do Iguaçu. 14 e 15 de novembro de 2017b. P. 07.

GAZETA DO POVO. **Ciudad Del Este faz obras e atrai shoppings**. Economia. 20 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/ciudad-del-este-faz-obras-e-atrai-shoppings-edvw745q3ujljz6510vx5owge>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraguai reinventa economia e vai de “primo pobre” a estrela da América Latina**. Economia. 24 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/paraguai-reinventa-economia-e-vai-de-primo-pobre-a-estrela-da-america-latina-6k7nm8k52792th72ue1028irw>>. Acesso em: 29 out. 2017.

GENRO, Tarso. **Entrevista concedida à Revista Eletrônica de Administração**. Revista Eletrônica de Administração – REAd. Ed. 15. N. 3. V. 6 Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/36659542/ler-artigo-pdf-read>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

GESTÃO INTEGRADA DO TURISMO FOZ DO IGUAÇU. **Informativo nº 1. Junho de 2016**. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular**. Cadernos MetrÓpole. Nº 7. 2002. Disponível em: <<http://portaldosconselhos.curitiba.pr.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/Participa%C3%A7%C3%A3o-Social-M-G-Gonh.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **O que significa democracia deliberativa**. Tradução: Bruno Oliveira Maciel. Revisor técnico: Pedro Buck. Why Deliberative Democracy? Princeton: Princeton University, 2004. Disponível em: <<http://www.upenn.edu/president/images/president/pdfs/significa-democracia-2007.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

HEALEY, Susan. **The Case for "Development from Below"**. University of Guelph. Canadá: abril, 2013. Disponível em: <<http://www.paecon.net/studentessays/Healey1.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

HOWLETT, Michael. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Tradução técnica: Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO PÓLIS; INESC. Projeto de Pesquisa: Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e Sociedade na Construção de Políticas Públicas. **Arquitetura da Participação no Brasil: avanços e desafios**. Agosto, 2011. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/textos/relatorio-arquitetura-da-participacao-social-no-brasil>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

ITAIPU BINACIONAL. **CODEFOZ PERMITIRÁ PLANEJAMENTO MUNICIPAL A LONGO PRAZO, DIZ SAMEK**. Institucional. 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.py/sala-de-imprensa/noticia/codefoz-permitira-planejamento-municipal-longo-prazo-diz-samek?page=87>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

JIE. **Audiência pública discute revisão do Plano Diretor de Foz do Iguaçu**. 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://jie.itaipu.gov.br/conte%C3%BAdo/audi%C3%Aancia-p%C3%BAblica-discute-revis%C3%A3o-do-plano-diretor-de-foz-do-igua%C3%A7u>>. Acesso em: 29 out. 2017.

KLEINMAYER, Luiz Augusto Martins; NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento Local Sustentável: um processo planejado e participativo**. ACTAS. 14ª Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Julho, 2008. Disponível em: <[http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/A\\_tudo.pdf](http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/A_tudo.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei nº 3.702, de 02 de junho de 2010**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2010/370/3702/lei-ordinaria-n-3702-2010-cria-o-programa-de-desenvolvimento-economico-de-foz-do-iguacu>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.041, de 12 de novembro de 2012**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2012/404/4041/lei-ordinaria-n-4041-2012-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-de-foz-do-iguacu-codefoz-institui-o-fundo-municipal-de-desenvolvimento-economico-e-social-fmdes-e-altera-a-lei-n-3702-de-2-de-junho-de-2010-que-cria-o-programa-de-desenvolvimento-economico-de-foz-do-iguacu>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MORONI, José Antônio; CICONELLO, Alexandre. **Participação social no governo Lula. Avançamos?** In: ABONG. A Abong nas Conferências 2005: Criança e Adolescente – Assistência Social. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <[www.abong.org.br/download.php?id=685](http://www.abong.org.br/download.php?id=685)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **A ONU e o desenvolvimento**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

OESTE EM DESENVOLVIMENTO. **Boletim de Conjuntura Econômica Regional do Oeste do Paraná**. Ano 2. Nº 2. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Programa**. Institucional. Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/institucional/o-programa>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

OLIVEIRA, Armando Albuquerque de. **Democracia e cidadania na América Latina: uma análise comparada**. Direitos fundamentais e democracia I. Org. CONPEDI/UFPB. Coord. Luciano Mariz Maia, Marcelo Labanca Corrêa de Araújo, Lucas Gonçalves da Silva. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=251be5d69cc38dd1>>. Acesso em: 07 set. 2017.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. In: O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006, p. 15-30.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável**. In: **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Curitiba: São Paulo: Annablume, 2006, p. 31-43.

OSBFI. **Foz do Iguaçu comemora a criação do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu – CODEFOZ**. 14 de novembro de 2012. Disponível em: <[http://www.osfi.org.br/noticias\\_detalhes.php?foz-do-iguacu-comemora-a-criacao-do-conselho-de-desenvolvimento-de-foz-do-iguacu-codefoz&ID=ODc0](http://www.osfi.org.br/noticias_detalhes.php?foz-do-iguacu-comemora-a-criacao-do-conselho-de-desenvolvimento-de-foz-do-iguacu-codefoz&ID=ODc0)>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

PAIVA, Carlos Águedo. **Diagnóstico**. Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu. 10 de abril de 2014.

PAIXÃO, Rodrigo. **Políticas Públicas e Mecanismos de Participação**. Valinhos: Anhanguera Educacional, 2014.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. **Município que respeita a criança: manual de orientação aos gestores municipais**. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente. Fevereiro, 2009. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/cartilha\\_prefeitos\\_eleitos\\_ed3\\_2012.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/cartilha_prefeitos_eleitos_ed3_2012.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério Público do Estado do Paraná. **FOZ DO IGUAÇU - Justiça bloqueia verbas do Município para forçar atendimento de crianças e adolescentes**. Assessoria de Comunicação. Dezembro, 2015. Disponível em: <<http://mp-pr.jusbrasil.com.br/noticias/268952408/17-12-15-foz-do-iguacu-justica-bloqueia-verbas-do-municipio-para-forcar-atendimento-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PARO, Denise. **Foz do Iguaçu: do descaminho aos novos caminhos**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2016. 240 p.

PESQUISA DE CAMPO. **Entrevistados nomeados de “A” a “Z”**. 08 de novembro de 2017 a 05 de fevereiro de 2018.

PIACENTI, Carlos Alberto. **Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 216 p.

PIACENTI, Carlos Alberto; LIMA, Jandir Ferreira de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro (orgs.). **Economia e desenvolvimento regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016. 200 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **O que é Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

PUTNAM, Robert D. **The Prosperous Community: Social Capital and Public Life**. The American Prospect. 1993. N. 13. Disponível em: <<http://prospect.org/article/prosperous-community-social-capital-and-public-life>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

RÁDIO CULTURA FOZ. **Candidatos assinam carta-compromisso com o Codefoz e recebem petição Viadutos Foz**. Política. 16 de março de 2017a. Disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/candidatos-assinam-carta-compromisso-com-o-codefoz-e-recebem-a-peticao-viadutos-foz/#.WfUT2GhSxPZ>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Codefoz apresenta projeto integrado de segurança**. Local. 14 de abril de 2016a. Disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/codefoz-apresenta-projeto-integrado-de-seguranca/#.WfUU2mhSxPZ>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Codefoz é apresentado a lideranças empresariais do Paraná**. Local. 26 de setembro de 2016b. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br/2016/09/26/codefoz-e-apresentado-a-liderancas-empresariais-do-parana/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **IAP concede licença para duplicação da Rodovia das Cataratas**. Local. 07 de junho de 2016c. Disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/iap-concede-licenca-ambiental-para-projeto-de-duplicacao-da-br-469/#.WfUTIGhSxPZ>>. Acesso em: 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ipardes aponta diminuição da população de Foz do Iguaçu até 2040**. Local. 07 de julho de 2017b. Disponível em: <<http://www.radioculturafoz.com.br/ipardes-aponta-diminuicao-na-populacao-de-foz-do-iguacu-ate-2040/#.WfUUCmhSxPZ>>. Acesso em: 30 out. 2017.

REVISTA ACIFI. **“A união é o caminho para o desenvolvimento do Oeste”, afirma Danilo Vendrusculo**. Ano 2017a. Nº 15.

\_\_\_\_\_. **Cenário econômico da Tríplice Fronteira é debatido em Foz do Iguaçu.** Ano III. Nº 11. Maio, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaacifi.com.br/edicoes/edicao-11/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Codefoz, a força da sociedade.** Nº 2. 2014a. Disponível em: <<http://www.revistaacifi.com.br/edicao-2/codefoz-forca-da-sociedade/>>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento com participação da comunidade.** Ano 2017b. Nº 15.

\_\_\_\_\_. **Enquete Lideranças.** Ano 2017c. Nº 15.

\_\_\_\_\_. **“Ninguém mais segura”, afirma Danilo Vendrusculo.** Nº 2. 2014b. Disponível em: <<http://www.revistaacifi.com.br/edicoes/edicao-2/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Olhar para o futuro.** Ano 2017d. Nº 17.

\_\_\_\_\_. **Tempos novos e melhores para Foz do Iguaçu.** Professor José Afonso da Silva. Ano 2017e. Nº 15.

SARTRE, Xavier Arnauld de; BERDOULAY, Vincent. **Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local.** Novos Cadernos NAEA. V. 8. N. 2. Dezembro, 2005. P. 114. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/54>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

SILES, Marcelo E; ROBISON, Lindon J.; WHITEFORD, Scott. **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma.** Introducción. CEPAL. Santiago de Chile, 2003. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2324/1/S029693\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2324/1/S029693_es.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002. Disponível em: <[http://www.yorku.ca/ishd/LEDCD.SP/Links%20BQ/68\\_Desenvolvimento\\_regional\\_endogeno\\_capital\\_social\\_coopera.pdf](http://www.yorku.ca/ishd/LEDCD.SP/Links%20BQ/68_Desenvolvimento_regional_endogeno_capital_social_coopera.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

STORTO, Paula Raccanello. **Estudio Regional sobre Marcos Regulatorios de las Organizaciones de la Sociedad Civil en América Latina.** Setembro, 2014. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2015/02/Estudio-Marcos-Regulatorios-de-las-OSC.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2017.

SUNDERMANN, Jorge *et al.* Democracia deliberativa: uma análise do decreto nº 8.243. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 21, n. 68, abr. 2016. ISSN 2236-5710. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/52967/58722>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Para o Congresso, eleitor participa votando e só.** PELLEGRINI, Marcelo. *Carta Capital*. 18 de dezembro 2014. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/politica/para-o-congresso-eleitor-participa-votando-e-so-8781.html>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef; SIMÕES, Silvio Jorge Coelho; TRANNIN, Isabel Cristina de Barros. **A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de**

**Foz do Iguaçu**. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. 13 a 18 de abril de 2013, INPE. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/profile/Silvio\\_Simes/publication/260079347\\_A\\_construcao\\_da\\_usina\\_hidreletrica\\_de\\_Itaipu\\_e\\_seu\\_impacto\\_sobre\\_a\\_urbanizacao\\_de\\_Foz\\_do\\_Iguacu/links/55184c2f0cf29ab36bc4d17c/A-construcao-da-usina-hidreletrica-de-Itaipu-e-seu-impacto-sobre-a-urbanizacao-de-Foz-do-Iguacu.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Silvio_Simes/publication/260079347_A_construcao_da_usina_hidreletrica_de_Itaipu_e_seu_impacto_sobre_a_urbanizacao_de_Foz_do_Iguacu/links/55184c2f0cf29ab36bc4d17c/A-construcao-da-usina-hidreletrica-de-Itaipu-e-seu-impacto-sobre-a-urbanizacao-de-Foz-do-Iguacu.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2017.

ULTIMA HORA. **Codeleste se afianza como agente de desarrollo de CDE**. Aniversario Ciudad del Este. Ano XLV. Nº 15295. Assunção: 03 fev. 2018.

UNILA. **Relatório de Gestão UNILA 2016**. Disponível em:

<<https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20Unila%20-%202016%20pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

UNIOESTE. Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Sociedade, Cultura e Fronteiras. Eventos. 2017. Disponível em: <<http://portalpos.unioeste.br/index.php/soc-eventos>>. Acesso em: 29 out. 2017.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VEIGA, José Francisco Ferragolo da. **Território e Desenvolvimento Local**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

VERSCHOORE FILHO, Jorge Renato de Souza. **Participação e cooperação: elementos para uma nova política de desenvolvimento regional**. Ensaios FEE. Porto Alegre, 2001. V. 22. N. 1. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1988/2369>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Ed. 2. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. **A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasil - Democracia, participação e decisão política**. 200 f. Tese. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese\\_Silvia\\_Zimmermann\\_2011.pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese_Silvia_Zimmermann_2011.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2017.

## APÊNDICES



## APÊNDICE A – QUESTÕES NORTEADORAS DA ENTREVISTA

### 1. Eixo de análise conceitual – Participação e Desenvolvimento:

- a) Qual a sua trajetória, envolvimento, com tema participação, com conselhos e com o CODEFOZ?
- b) O que entende por desenvolvimento e o que é necessário para que uma região se desenvolva?
- c) Onde estão os principais fatores para o desenvolvimento?
- d) Como vê a participação da sociedade civil organizada/ das pessoas na gestão municipal?

### 2. Eixo de análise – CODEFOZ:

- e) O modelo do CODEFOZ foi replicado para outras cidades da região Oeste do Paraná, para Puerto Iguazu, para Ciudad Del Este e será replicado a todos os municípios do Paraguai. Como e por que este modelo tornou-se referência para outras cidades e até outros países?
- f) Entre os atores do CODEFOZ, as pessoas e/ ou instituições, há algum ou alguns que se destacam na manutenção, articulação ou financiamento do colegiado?
- g) O CODEFOZ pode (ou tem potencial para) desenvolver econômica e socialmente o município? Caso sim, como?/ Caso não, por quê?

**ANEXOS**

## ANEXO A – LEI Nº 4.041, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU - CODEFOZ -, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FMDES E ALTERA A LEI Nº 3.702, DE 2 DE JUNHO DE 2010, QUE CRIA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FOZ DO IGUAÇU.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### Capítulo I

#### DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU - CODEFOZ

#### SEÇÃO I

##### DA INSTITUIÇÃO DO CODEFOZ

**Art. 1º** Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ -, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado por este Conselho.

#### SEÇÃO II

##### DAS COMPETÊNCIAS

**2º** O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ - terá ainda as seguintes atribuições:

I - buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando à execução da política municipal de desenvolvimento econômico;

II - coordenar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - FMDES -, estabelecendo programas e prioridades para aplicação de seus recursos;

III - estabelecer diretrizes com vistas à geração de empregos e desenvolvimento econômico do Município;

IV - criar, no âmbito de sua competência e com os recursos disponíveis do FMDES ou outras fontes, programas e linhas de crédito de interesse da economia local;

V - realizar estudos visando à identificação das potencialidades e vocação da economia do Município;

VI - identificar problemas e buscar soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;

VII - firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e contratos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VIII - contratar serviços de instituições no âmbito público ou privado, para atender, quando necessário, seus objetivos;

~~IX - instituir Câmaras técnicas, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;~~

IX - instituir, extinguir, alterar a composição das Câmaras Técnicas, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões; (Redação dada pela Lei nº 4274/2014)

X - promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário;

XI - identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Foz do Iguaçu, bem como desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

XII - formular diretrizes para o estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando à atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos existentes;

XIII - divulgar as empresas e produtos de Foz do Iguaçu, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;

XIV - criar um sistema de informações, para orientar a tomada de decisões e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

XV - decidir sobre a concessão de benefícios e incentivos ao setor da Indústria, Comércio e Serviços;

XVI - autorizar a escrituração de bens alienados concedidos em programas de desenvolvimento econômico.

Parágrafo Único. O Conselho, no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas funções aos Municípios ou entidades da Região.

### SEÇÃO III

#### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAMENTO DO CODEFOZ

~~Art. 3º O CODEFOZ compõe-se de:~~

~~I - Plenário;~~

~~II - Câmaras Técnicas.~~

~~Parágrafo Único. As Câmaras Técnicas poderão ser permanentes ou temporárias, sendo as permanentes criadas por esta Lei e as temporárias criadas por deliberação do Plenário, quando necessário.~~

**Art. 3º** O CODEFOZ compõe-se de:

I - Plenário;

II - Câmaras Técnicas;

III - Mesa Diretora;

IV - Diretoria Executiva; e

V - Conselho Consultivo.

§ 1º As Câmaras Técnicas poderão ser criadas ou extintas, bem como alteradas em sua composição, por deliberação do Plenário, quando necessário, através de Resolução do CODEFOZ publicada em Diário Oficial do Município.

§ 2º O Conselho Consultivo será composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário da primeira Mesa Diretora e pelos ex-presidentes das mesas diretoras seguintes do CODEFOZ. (Redação dada pela Lei nº 4374/2015)

~~Art. 4º Cada conselheiro e membro das Câmaras Técnicas terão um suplente, sendo ambos indicados pelas entidades a qual representam e tomarão posse na primeira sessão a que participarem, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos.~~

**Art. 4º** Cada Conselheiro do Plenário terá um suplente, sendo ambos indicados pelas entidades a qual representam e aprovados pela Plenária do CODEFOZ, que tomarão posse na primeira sessão a que participarem, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos. (Redação dada pela Lei nº 4374/2015)

§ 1º Os Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos.

§ 2º Durante o período do mandato, o conselheiro e seu suplente poderão ser substituídos pela entidade que o indicou, sendo que o substituto tomará posse na primeira reunião do conselho que se seguir à sua indicação e terminará o mandato do substituto.

§ 3º Em caso de renúncia, falecimento ou vacância do cargo pelo titular, o suplente substituirá até a indicação de um novo membro pela entidade a qual representa.

§ 4º O mandato dos Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao Município.

§ 5º As Câmaras Técnicas serão compostas apenas por membros titulares, indicados pelas entidades a qual representam. (Redação acrescida pela Lei nº 4374/2015)

**Art. 5º** O Conselho será dirigido por mesa diretora composta de um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os seus membros, com mandato de um ano, permitida uma reeleição.

**Art. 6º** O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho, na ausência ou escusa de seu Presidente, poderá convocar-se, mediante assinatura de dois terços de seus membros, presidido pelo Conselheiro mais idoso.

~~Art. 7º Para a instalação de reunião e deliberação será exigido o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.~~

Parágrafo Único. As deliberações do Conselho serão tomadas em plenário, por maioria simples.

**Art. 7º** A instalação de reuniões e as deliberações do CODEFOZ poderão ocorrer por maioria simples dos membros presentes.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas em plenário, por maioria simples de seus membros. (Redação dada pela Lei nº 4374/2015)

~~Art. 8º As Câmaras Técnicas, no âmbito de suas atribuições, enviarão ao Plenário do CODEFOZ propostas, estudos e sugestões para subsidiar tecnicamente as decisões do Conselho.~~

~~Parágrafo Único. Cada Câmara Técnica permanente terá um Presidente eleito entre seus membros para um mandato de um ano, permitida uma reeleição. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

~~Art. 9º A Câmara Técnica de Comércio, Indústria e Serviços além das atribuições descritas no art. 8º, terá também que emitir decisões e pareceres quanto à concessão dos benefícios e incentivos previstos na Lei nº 3.702, de 2 de junho de 2010. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

SUBSEÇÃO I  
DA COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO DO CODEFOZ

**Art. 10** Integram o Plenário do CODEFOZ:

- ~~I - o Prefeito Municipal, como presidente de honra;~~
- ~~II - o Secretário Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;~~
- ~~III - o Secretário Municipal de Planejamento Urbano;~~
- ~~IV - o Secretário Municipal de Fazenda;~~
- ~~V - o Secretário Municipal de Turismo;~~
- ~~VI - um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná - SINDUSCON/Oeste - PR, um do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado do Paraná - SECOVI - PR e um da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu - AEFI;~~
- ~~VII - o Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA;~~
- ~~VIII - o Diretor Geral do Instituto Federal do Paraná - IFPR - Campus de Foz do Iguaçu;~~
- ~~IX - o Diretor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu;~~
- ~~X - um representante das Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - IES, por elas indicado;~~
- ~~XI - um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE - PR;~~
- ~~XII - quatro representantes da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI, sendo o seu Presidente, e os demais representantes por ela indicados;~~
- ~~XIII - três representantes do Setor Turístico de Foz do Iguaçu, indicados pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;~~
- ~~XIV - um representante da Itaipu Binacional;~~
- ~~XV - um representante da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI;~~
- ~~XVI - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Foz do Iguaçu;~~
- ~~XVII - um representante da Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP - PR;~~
- ~~XVIII - um representante do Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu - FUNDO IGUAÇU;~~
- ~~XIX - dois representantes do setor rural, sendo um indicado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e um pelo Sindicato Rural de Foz do Iguaçu;~~
- ~~XX - um representante dos Sindicatos Patronais;~~
- ~~XXI - um representante dos Sindicatos de Trabalhadores no Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura;~~
- ~~XXII - um representante dos veículos de comunicação, por eles indicado; e~~
- ~~XXIII - um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas de classe.~~
- ~~XXIV - um representante indicado pelo setor de Logística de Foz do Iguaçu. (Redação acrescida pela Lei nº 4274/2014)~~
- ~~§ 1º O representante das entidades constantes nos incisos X, XX, XXI, XXII e XXIII, será escolhido dentro do seu respectivo segmento, sendo expressamente vedada a recondução do representante ou segmento antes da participação das demais entidades no Plenário do CODEFOZ.~~
- ~~§ 1º O representante das entidades constantes nos incisos X, XX, XXI, XXII, XXIII e XXIV, será escolhido dentro do seu respectivo segmento, sendo expressamente vedada a recondução do representante ou segmento antes da participação das demais entidades no Plenário do CODEFOZ. (Redação dada pela Lei nº 4274/2014)~~
- ~~§ 2º É vedada a escolha de um representante, no caso das entidades relacionadas nos incisos X e XXII, cujo sócio já esteja exercendo o cargo de representação do seu segmento, naquele momento.~~

**Art. 10** Integram o Plenário do CODEFOZ:

- I - o Prefeito Municipal, como Presidente de Honra;
- II - o Secretário do Órgão Municipal responsável pela gestão e ordenamento da atividade econômica, incluindo indústria, comércio e serviços;
- III - o Secretário do Órgão Municipal responsável pelo planejamento do Município;
- IV - o Secretário Municipal da Fazenda;

V - o Secretário Municipal de Turismo;

VI - um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná - SINDUSCON/Oeste - PR -, um do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado do Paraná - SECOVI - PR - e um da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu - AEFI;

VII - o Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA;

VIII - o Diretor Geral do Instituto Federal do Paraná - IFPR - Campus de Foz do Iguaçu;

IX - o Diretor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu;

X - um representante das Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - IES, por elas indicado;

XI - um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE-PR;

XII - cinco representantes da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI -, sendo o seu Presidente, e os demais representantes por ela indicados;

XIII - quatro representantes do Setor Turístico de Foz do Iguaçu, indicados pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

XIV - um representante da Itaipu Binacional;

XV - um representante da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI;

XVI - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Foz do Iguaçu;

XVII - um representante da Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP-PR;

XVIII - um representante do Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu - FUNDO IGUAÇU;

XIX - dois representantes do setor rural, sendo um indicado pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - e um pelo Sindicato Rural de Foz do Iguaçu;

XX - um representante dos Sindicatos Patronais;

XXI - um representante dos Sindicatos de Trabalhadores no Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura;

XXII - um representante dos veículos de comunicação, por eles indicado;

XXIII - um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas de classe;

XXIV - um representante da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais - ABTI - e um da Associação das Transportadoras Internacionais de Foz do Iguaçu - ATIFI;

XXV - um representante da Federação do Comércio do Paraná - FECOMÉRCIO-PR; e

XXVI - um representante do Governo do Estado do Paraná.

§ 1º O representante das entidades constantes nos incisos X, XX, XXI, XXII e XXIII, será escolhido dentro do seu respectivo segmento, sendo expressamente vedada a recondução do representante ou segmento antes da participação das demais entidades no Plenário do CODEFOZ.

§ 2º É vedada a escolha de um representante, no caso das entidades relacionadas nos incisos X e XXII, cujo sócio já esteja exercendo o cargo de representação do seu segmento, naquele momento. (Redação dada pela Lei nº 4374/2015)

SUBSEÇÃO II  
DA COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS TÉCNICAS

**Art. 11** Ficam criadas as seguintes Câmaras Técnicas:

- I— De Assuntos Comunitários;
- II— De Assuntos Universitários;
- III— De Integração Tecnológica;
- IV— De Atração de Investimentos;
- V— De Agricultura;
- VI— De Comércio, Indústria e Serviços;
- VII— De Comércio Exterior;
- VIII— Da Construção Civil e Setor Imobiliário;
- IX— Do Turismo; e
- X— Do Esporte, Cultura e Lazer.

**Art. 11** As Câmaras Técnicas do CODEFOZ serão criadas, alteradas ou extintas através de Resolução aprovada em Plenária, publicada em Diário Oficial do Município, na quantidade e forma que forem necessárias. (Redação dada pela Lei nº 4374/2015)

**Art. 12** A Câmara de Assuntos Comunitários será composta por:

- I— um representante dos Rotarys Clubes de Foz do Iguaçu, por eles indicado;
- II— um representante dos Lions Clubes de Foz do Iguaçu, por eles indicado;
- III— um representante das Lojas Maçônicas de Foz do Iguaçu, por eles indicado;
- IV— um representante da União Municipal Associação de Moradores de Foz do Iguaçu—UMAMFI;
- V— um representante da Diocese de Foz do Iguaçu;
- VI— um representante do Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos de Foz do Iguaçu—COPEFI;
- VII— um representante do Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz do Iguaçu—CCBI;
- VIII— um representante do Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIFI; e
- IX— um representante do Centro de Altos Estudos da Conscienciologia—CEAEC. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)

**Art. 13** A Câmara Técnica de Assuntos Universitários será composta por:

- I— um representante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana—UNILA;
- II— um representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná—UNIOESTE—, Campus de Foz do Iguaçu;
- III— um representante das Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu—IES, por elas indicado;
- IV— um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná—Núcleo de Foz do Iguaçu—APP-Sindicato;
- V— um representante do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino PR de Foz do Iguaçu;
- VI— um representante do Sindicato dos Professores de Ensino Superior e Escolas Particulares da Região de Foz do Iguaçu—SINPROFOZ; e
- VII— um representante de cada um dos Conselhos Oficiais de regulamentação de profissionais liberais: Ordem dos Advogados do Brasil—OAB; Conselho Regional de Medicina—CRM; Conselho Regional de Odontologia—CRO; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura—CREA; Conselho Regional de Economia—CORECON; Conselho Regional de Psicologia—CRP; Conselho Regional de Farmácia—CRF; Conselho Regional de Contabilidade—CRC. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)

**Art. 14** A Câmara Técnica de Integração Tecnológica será composta por:

- I— um representante da Universidade Estadual do Oeste do Paraná—UNIOESTE—, Campus de Foz do Iguaçu;
- II— um representante do Instituto Federal do Paraná—IFPR—, Campus Foz do Iguaçu;
- III— um representante do Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação—ITAI;
- IV— um representante das Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu—IES, por elas indicado;
- V— um representante do Núcleo de Tecnologia da Informação da ACIFI—NTI-Foz;



~~VI – um representante do Conselho do Jovem Empreendedor de Foz do Iguaçu – COJEFI; e  
VII – um representante da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – FPTI. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 15** A Câmara Técnica de Atração de Investimentos terá a seguinte composição:

~~I – um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;  
II – um representante das Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu – IES, por elas indicado;  
III – um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;  
IV – um representante do Núcleo de Comunicação da ACIFI;  
V – um representante dos veículos de comunicação, por eles indicado;  
VI – um representante de cada um dos bancos oficiais localizados em Foz do Iguaçu;  
VII – um representante da Delegacia Regional da Fazenda Estadual;  
VIII – um representante de cada um dos seguintes órgãos estatais: Companhia Paranaense de Energia – COPEL; Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; Departamento de Estradas de Rodagem – DER; e Instituto Ambiental do Paraná – IAP PR; e  
IX – dois representantes da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 16** A Câmara Técnica de Agricultura será composta por:

~~I – um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;  
II – o Secretário Municipal da Agricultura;  
III – dois representantes da Sociedade Rural de Foz do Iguaçu;  
IV – um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná – EMATER;  
V – um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e  
VI – um representante do Sindicato Rural de Foz do Iguaçu. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 17** A Câmara Técnica de Comércio, Indústria e Serviços será composta por:

~~I – um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;  
II – um representante da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI;  
III – um representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná – SINDUSCON/Oeste – PR;  
IV – um representante da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu – AEFI; e  
V – um representante do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná – SESCAP PR – Escritório de Foz do Iguaçu. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 18** A Câmara Técnica de Comércio Exterior será composta por:

~~I – dois representantes da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI;  
II – um representante da Coordenadoria Regional de Foz do Iguaçu da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;  
III – um representante do Centro de Exportação do Paraná – CEXPAR;  
IV – um representante da Estação Aduaneira do Interior – EADI;  
V – um representante do Serviço de Assistência às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;  
VI – dois representantes da Elog Logística;  
VII – um representante das Comerciais Exportadoras de Foz do Iguaçu;  
VIII – um representante da Associação das Transportadoras Internacionais de Foz do Iguaçu – ATIFI;  
IX – o Secretário Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico; e  
X – o Secretário Municipal de Assuntos Internacionais. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 19** A Câmara Técnica de Construção Civil e Setor Imobiliário será composta por:

~~I – dois representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná – SINDUSCON/Oeste;  
II – um representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado do Paraná – SECOVI;  
III – um representante do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA;  
IV – um representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;  
V – um representante da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu – AEFI;  
VI – um representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI;  
VII – dois representantes do Núcleo Setorial de Imobiliárias da ACIFI. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 20** A Câmara Técnica de Turismo será composta por um representante de cada uma das seguintes entidades:

- ~~I – Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná – ABAV-PR;~~
- ~~II – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Paraná – ABIH;~~
- ~~III – Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI;~~
- ~~IV – Associação de Agências de Viagens e Turismo Receptivo de Foz do Iguaçu – AGETURFI;~~
- ~~V – Associação de Receptivo Internacional de Foz do Iguaçu – ATRIFI;~~
- ~~VI – Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena;~~
- ~~VII – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica – INFRAERO;~~
- ~~VIII – Fundação Cultural de Foz do Iguaçu;~~
- ~~IX – Iguassu Convention & Visitors Bureau;~~
- ~~X – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;~~
- ~~XI – Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – FOZTRANS;~~
- ~~XII – Instituto Pólo Internacional Iguassu – POLOIGUASSU;~~
- ~~XIII – Itaipu Binacional;~~
- ~~XIV – Fundação Parque Tecnológico Itaipu – FPTI;~~
- ~~XV – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE/PR;~~
- ~~XVI – Secretaria de Estado do Turismo – SETU;~~
- ~~XVII – Sindicato das Empresas de Turismo de Foz do Iguaçu – SINDETUR;~~
- ~~XVIII – Sindicato dos Empregados em Turismo de Foz do Iguaçu – SECHSFI;~~
- ~~XIX – Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários – SINDTAXI;~~
- ~~XX – Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Foz do Iguaçu – SINDHOTÉIS;~~
- ~~XXI – Sindicato dos Guias de Turismo de Foz do Iguaçu e Municípios da Costa Oeste – SINGTUR;~~
- ~~XXII – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; e~~
- ~~XXIII – Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu – SMTU. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

**Art. 21** A Câmara Técnica de Esporte, Cultura e Lazer será composta por:

- ~~I – o Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Foz do Iguaçu;~~
- ~~II – o Secretário Municipal da Educação de Foz do Iguaçu;~~
- ~~III – o Secretário Municipal da Juventude e Antidrogas de Foz do Iguaçu;~~
- ~~IV – o Diretor Presidente da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu;~~
- ~~V – um representante da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Foz do Iguaçu – ACEFI;~~
- ~~VI – um representante da Associação Desportiva Embrafal;~~
- ~~VII – um representante do Conselho do Jovem Empreendedor de Foz do Iguaçu – COJEFI;~~
- ~~VIII – um representante da Casa de Educação Física de Foz do Iguaçu – FIEP;~~
- ~~IX – um representante do Núcleo de Livrarias da ACIFI. (Revogado pela Lei nº 4374/2015)~~

## Capítulo II

### DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FMDES

#### SEÇÃO I

##### DA INSTITUIÇÃO DO FMDES

**Art. 22** Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - FMDES, destinado à captação e à aplicação de recursos, visando ao desenvolvimento econômico do Município de Foz do Iguaçu, o qual terá como Gestor o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico.

#### SEÇÃO II

##### DA GESTÃO DO FMDES

**Art. 23** Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social serão provenientes de:

I - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II - doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis que venham a ser recebidos de organismos e entidades nacionais, internacionais, bem como de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

III - captações junto a instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único. As receitas que integram o FMDES serão depositadas em estabelecimentos bancários oficiais, em conta(s) corrente(s) específica(s) sob a denominação FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - FMDES.

**Art. 24** A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - FMDES - deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Único. O orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - FMDES - integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico.

**Art. 25** Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social serão destinados a financiamentos ou para apoio a investimentos produtivos, geridos, mediante convênios por instituição financeira estatal de fomento, observados os seguintes princípios básicos:

I - preservação da integridade patrimonial do Fundo;

II - maximização do retorno econômico social.

**Art. 26** O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - FMDES - terá a finalidade de gerir seus recursos com atribuições destinados a financiamentos ou para apoio a investimentos produtivos, sendo:

I - financiamento de atividades nas áreas industrial, comércio e de serviços do Município, observadas as prioridades aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CODEFOZ;

II - custeio de elaboração de projetos técnicos de viabilidade econômico-financeira;

III - estudos e pesquisas que orientem programas setoriais para a expansão de oportunidades de investimentos;

IV - dar suporte técnico e administrativo às decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ.

§ 1º São enquadráveis todas as operações previstas em normas operacionais específicas, previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ.

§ 2º A transferência de recursos para organizações governamentais e não-governamentais processar-se-á mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os planos aprovados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

**Art. 27** O FMDES terá contabilidade e escrituração, centralizada pelo Poder Executivo, das suas receitas, despesas, patrimônios e disponibilidades de caixa, bem como número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica específico, permitindo a máxima transparência possível.

**Art. 28** Os bens adquiridos com recursos oriundos do FMDES serão registrados e incorporados ao patrimônio do Município.

**Art. 29** No exercício da criação do FMDES, o Chefe do Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei buscando a autorização do Poder Legislativo para proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, para

atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

### Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 30** O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu e Social - CODEFOZ - elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

**Art. 31** Altera-se os arts. 2º, 4º, 7º, 8º e 28, da Lei nº 3.702, de 2 de junho de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º São objetos desta Lei as empresas dos setores do Comércio, Indústria, Agroindústria e Serviços, Associações Cívicas, Cooperativas, Empreendimentos relacionados com atividades da economia informal." (NR)

"Art. 4º ...

...

§ 4º As isenções previstas nesta Lei ficam condicionadas à confirmação anual, mediante requerimento do interessado, cuja solução se dará por despacho fundamentado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, diante de prévio parecer do Conselho a que se refere o art. 7º.

..." (NR)

"Art. 7º A definição do enquadramento e a concessão dos incentivos previstos nesta Lei ficam sujeitas à aprovação da Câmara Técnica do Comércio, Indústria e Serviços do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CODEFOZ." (NR)

"Art. 8º ...

...

II - formulário Geral de Informação para Fomento, a ser fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;

...

§ 2º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico ou a Câmara Técnica do Comércio, Indústria e Serviços do CODEFOZ, poderão solicitar dos interessados informações ou documentos complementares que julgar indispensáveis para a avaliação do empreendimento.

..." (NR)

"Art. 28. A fiscalização in loco dos empreendimentos ficará a cargo da Divisão de Distritos Industriais, vinculada ao Departamento de Desenvolvimento Industrial, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico." (NR)

**Art. 32** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 33** Revoga-se o § 3º e seus incisos, do art. 3º, o parágrafo único, do art. 7º, e o Capítulo II, integralmente, da Lei nº 3.702, de 2 de junho de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, 12 de novembro de 2012.

Paulo Mac Donald Ghisi  
Prefeito Municipal

Lincoln Barros de Sousa  
Secretário Municipal da Administração

Reginaldo Adriano da Silva  
Secretário Municipal da Fazenda

Adevilson Oliveira Gonçalves  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico